

Anabela Maria Vara Alves

As rádios comunitárias em Moçambique
Estudos de caso

Orientada por:

Professora Doutora Elvira Mea

Professor Doutor Eduardo Medeiros

FLUP

2005

Anabela Maria Vara Alves

As rádios comunitárias em Moçambique
Estudos de caso

Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos

Orientada por:

Professora Doutora Elvira Mea

Professor Doutor Eduardo Medeiros

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2005

Fábula

*Menino gordo comprou um balão
e assomou
assoprou com força o balão amarelo.*

*Menino gordo assoprou
assoprou
assoprou
o balão inchou
inchou
e rebentou!*

*Meninos magros apanharam os restos
e fizeram balõezinhos.*

José Craveirinha

AGRADECIMENTOS

Este trabalho agora apresentado poderia não ter forma sem a presença de pessoas indispensáveis para a sua concretização. A todas, o meu enorme agradecimento.

Aos meus orientadores, Professora Doutora Elvira Mea e Professor Doutor Eduardo Medeiros, pela permanente disponibilidade, sentido prático, rigor, compreensão e generosidade. Muito obrigada pelas palavras de estímulo e encorajamento.

À Dr^a Raquel Cunha pelo auxílio constante.

A todos os que me acompanharam em Moçambique, com a permanente disponibilidade e amizade. De entre tantos, destaco as minhas estadias na casa do Senhor Isaías Marrão, em Tete, e na aldeia “3 de Fevereiro”, na província de Gaza. Destaco a família Castro e a Sónia em Maputo, pela dedicação constante. Um obrigado enorme ao Senhor Hélder e ao Senhor Parafuso pela disponibilidade demonstrada durante a pesquisa em Mutarara.

Aos colegas e amigos do mestrado, pela amizade, pela ajuda e pelo companheirismo.

Aos meus amigos, sempre optimistas e compreensivos pela minha permanente falta de tempo. À Paula, Natascha, Nuno, Mix, Marcelino, Susana, Ernestina e Albano, por todo o apoio. À Gabriela Silva, minha companheira no terreno, por todas as ajudas e críticas partilhadas. À Carla Moreira pela leitura atenta deste trabalho e pelo apoio sempre sentido.

Ao Gabriel, por tudo, destacando o seu carinho, a sua paciência infinita e o seu apoio encorajador.

À minha família, com muita ternura agradeço o apoio imprescindível, com destaque para os meus pais, para a minha irmã Tina, para o meu irmão Paulo, para a minha cunhada Zeza e para as minhas sobrinhas Inês e Íris.

ÍNDICE

Lista de acrónimos	7
--------------------	---

Introdução

Apresentação do Estudo	9
Metodologia	11
Limitações do estudo	15

1. Perspectivas teóricas

Introdução	17
1.1. Estado – Nação	18
1.2. Reformismo Solidário	23
1.3. Terceiro Sector	26
1.4. Rádio Comunitária	30

2. As Rádios Comunitárias em Moçambique

2.1. O Terceiro Sector em Moçambique	35
2.2. Historicidade das Rádios Comunitárias	
2.2.1. Centros de Comunicação Social (1977/87)	41
2.2.2. Rádios Comunitárias (1995/2004)	50
Rádios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	55
Rádios das Organizações não Governamentais	60
Rádios do Instituto de Comunicação Social	64
Projecto das Rádios e Televisões Comunitárias	69
Rádios da Igreja Católica	73
Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (2004)	77
Rádios Comunitárias – público <i>versus</i> privado	80

3. Dois estudos de caso – Rádio ARCO e Rádio Comunitária de Mutarara	85
Caracterização das comunidades	86
3.1. Rádio ARCO	
3.1.1. Caracterização geral de Homóine	87
3.1.2. A Rádio ARCO (1999/2004)	92
3.1.3. Participação democrática	
Motivos da instalação de uma rádio comunitária em Homóine	95
O papel da comunidade na instalação da rádio comunitária	96
Princípios fundamentais	99
Dimensão organizacional	100
Dimensão institucional	102
Funcionamento democrático	103
Voluntários	105
Financiamento	110
Comunidade	113
Programação	117
3.2. Rádio Comunitária de Mutarara (1999/2004)	
3.2.1. Caracterização geral de Mutarara	133
3.2.2. A Rádio Comunitária Mutarara	138
3.2.3. Participação democrática	
Motivos da instalação de uma rádio comunitária em Mutarara	140
O papel da comunidade na instalação da rádio comunitária	141
Princípios fundamentais	143
Dimensão organizacional	144
Dimensão institucional	144
Funcionamento democrático	146
Voluntários	147
Financiamento	151
Comunidade	153
Programação	156

4. Considerações Finais	167
Bibliografia	172
Anexos	182

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADRA – Agência de Desenvolvimento e Recursos Adventistas
AIM – Agência de Informação de Moçambique
AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
AMCS – Associação da Mulher na Comunicação Social
ARCO – Associação da Rádio Comunitária de Homóine
BM – Banco Mundial
CARE – *Concerned Americans for the Reconstruction of Europe*
CCS – Centro de Comunicação Social
CNCS – Conselho Nacional da Combate ao SIDA
DTS – Doenças sexualmente transmissíveis
EDM – Electricidade de Moçambique
EP 1 – Ensino Primário de 1º Grau
EP2 – Ensino Primário de 2º Grau
ESG – Ensino Secundário Geral
FORCOM – Fórum Nacional de Rádios Comunitárias
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FUNUAP – Fundo das Nações Unidas de Apoio à População
GCS – Gabinete de Comunicação Social
GTZ – Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze
INC – Instituto Nacional de Cinema
INCM – Instituto Nacional da Comunicações de Moçambique
INE – Instituto Nacional de Estatística
ICS – Instituto de Comunicação Social
INDER – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural

LINK – Fórum de ONG's de Moçambique
NELIMO – Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas
ODM – Organização Democrática de Massas
OJM – Organização da Juventude Moçambicana
OTM – Organização dos Trabalhadores de Moçambique
OMM – Organização da Mulher Moçambicana
OMP – Organização Moçambicana de Professores
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG's – Organizações não Governamentais
PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PNA – Programa de Alimentação Mundial
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
RM – Rádio Moçambique
SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TDM – Telecomunicações de Moçambique
TVM – Televisão de Moçambique
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação,
a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Apresentação do estudo

Quando confrontados com um mundo de desigualdades, somos compelidos a solidarizarmo-nos com o que estudamos, assumindo uma posição mais responsável e normativa, mas edificando sempre um conhecimento analítico.

A escolha do tema pautou-se pela selecção de uma problemática considerada actual e ávida de estudo, tendo sempre presente a possibilidade de realização de uma análise parcelar.

Em Moçambique, a construção do Estado foi regulada pela crise profunda na estruturação social e pela falência do modelo socialista de organização colectiva. Com o surgimento do multipartidarismo e em resposta a acção precária do Estado, a “sociedade civil”¹ começa a adquirir relevância no exercício do bem comum. A constituição dos agentes sociais foi orientada pelos países do Norte², através do financiamento a instituições de organizações formais, à semelhança das suas congéneres do Norte, mas sob a exigência da edificação de um Estado alicerçado na “boa governação”. A constituição do Terceiro Sector possibilita uma diversificação de respostas para as solicitações

¹ O conceito de “sociedade civil” evoluiu e ampliou-se. Actualmente esta designação é usada normalmente na linguagem corrente como equivalente do conceito “Terceiro Sector”, ou seja o conjunto de organizações civis, distintas das instituições do Estado e do Mercado, que promovem o voluntarismo e a solidez da democracia (participativa).

² As distinções entre Norte/Sul, Países Desenvolvidos/Países em vias de Desenvolvimento são frequentemente utilizadas na abordagem das relações entre, por exemplo, a Europa e a África. Apesar de considerarmos estas designações limitadas, a sua utilização é crucial como referentes. Cf. Santos, 2002.

de bem-estar, visto que a responsabilidade unilateralmente concedida ao Estado produziu fracos resultados.

Neste trabalho pretendemos reflectir sobre a necessidade de edificação de espaços de participação democrática, o papel da “sociedade civil” neste projecto e a coexistência de funções similares do Estado e do Terceiro Sector, o que nos encaminha para a análise da participação da “sociedade civil” na construção da vida comunitária, possibilitando-nos questionar a capacidade do Estado e do Terceiro Sector na instalação e manutenção de meios de comunicação comunitária ideologicamente independentes. Sustentamos a possibilidade de construção de um Terceiro Sector forte em Moçambique, se o Estado possibilitar a sua acção independente e solidamente legislada e se as instituições internacionais sedeadas no Norte apoiarem técnica e financeiramente a sua constituição.

Com o início do processo de democratização, verificou-se a criação de um número assinalável de rádios comunitárias, com vista à edificação de uma sociedade participativa. Em comunidades rurais isoladas pelas precárias vias de comunicação e especialmente pela ausência de meios de comunicação, considerou-se prioritária a instituição do “micro” da comunidade. Em Moçambique, a instalação de rádios comunitárias divide-se entre agentes públicos e privados, mas o Estado já perdeu o papel de coordenador em benefício de uma rede de rádios comunitárias.

A pesquisa das rádios comunitárias envolveu a análise de um espaço diversificado, onde a acção do Terceiro Sector se conjuga com a do Estado. É esta característica que torna o estudo mais entusiasmante, permitindo a possibilidade de análise das semelhanças e diferenças entre público e privado. As rádios comunitárias são veículos cruciais de divulgação de mensagens no meio rural, o que justifica a pressão exercida por ambas as entidades impulsionadoras para controlarem o maior número de rádios. Consideramos essencial a contextualização teórica do Terceiro Sector para procedermos a uma análise do seu papel num país dominado pelo Estado.

No segundo capítulo, caracterizamos as dinâmicas emergentes da “sociedade civil” moçambicana, com o intuito de descortinar o papel do sector terciário na edificação de uma sociedade democrática. Ainda neste capítulo, partimos da necessidade de focalização da problemática específica do surgimento de uma rede numerosa de rádios comunitárias com origens diversas após o término da guerra civil.

Os resultados dos dois estudos de caso serão apresentados no terceiro capítulo. Apesar de representarem duas realidades diversas, permitem-nos descortinar as problemáticas cruciais entre rádios comunitárias geridas pelo Estado e as coordenadas por agentes do Terceiro Sector.

Metodologia

Numa primeira fase da investigação, efectuámos um estudo generalizado das rádios comunitárias instaladas predominantemente no meio rural moçambicano.

Numa segunda etapa da pesquisa, optámos por efectuar o estudo de caso da rádio comunitária de Mutarara, por se situar num dos distritos mais isolados de Moçambique e por pertencer ao grupo das rádios pioneiras. A situação de precariedade de funcionamento da rádio que analisámos remeteu-nos para a importância do estudo em outra rádio pioneira, a rádio comunitária de Homoine, que beneficia da gestão dos agentes sociais locais.

As rádios estudadas têm sistemas de implementação e gestão diversa, visto que a Rádio Comunitária de Mutarara foi fundada com financiamento do Fundo Norueguês para os Refugiados e está sob a tutela do ICS (Instituto de Comunicação Social), organismo estatal, e que a Rádio Comunitária de

Homoíne é apoiada financeira e tecnicamente pela UNESCO desde a sua fundação, mas é gerida por uma associação local instituída para o efeito. Neste sentido, analisámos a estrutura organizativa, o processo de produção radiofónico e os espaços e tempos canalizados para a participação da comunidade³. A escolha recaiu nestas rádios, porque foram duas das pioneiras para cada uma das instituições referidas – ICS e UNESCO –, situam-se no interior do país e estão inseridas em pequenos aglomerados, o que torna mais visível o impacto da rádio na comunidade. A localização das rádios estudadas é proeminentemente rural, visto que estes meios de comunicação se situam primordialmente no mundo rural.

A postura metodológica que privilegiámos pretende, acima de tudo, conhecer a organização das rádios comunitárias como espaços de participação democrática das comunidades rurais.

Nesta análise é imperiosa a abordagem generalista da amplitude do processo de criação das rádios comunitárias, após o termino da guerra civil, delineando o quadro geral de um dos movimento mais participativos do pós-guerra em Moçambique, tanto por parte do Estado como dos financiadores do Norte, através da instalação das rádios, mas especialmente pela adesão das populações aos projectos.

Considerámos pertinente abranger no estudo uma rádio com sistema de televisão, Rádio Comunitária de Vilankulos, projecto que foi instituído pelo Ministério da Agricultura e que posteriormente foi assumido pelo ICS. O estudo do impacto da televisão na comunidade não é nossa pretensão. Desejamos apenas constatar a viabilidade do projecto, tendo em conta a falta de recursos da população para adquirir um televisor e a existência de produção televisiva local.

Com o fim da guerra civil, as rádios comunitárias surgiram enquadradas no programa de repatriamento das comunidades, especialmente do meio rural,

³ O conceito de comunidade utilizado é imbuído dos vínculos primários, das relações de proximidade e da acção pautada pela carga afectiva. Cf. Charbonneau, 1998:116.

e sem acesso aos órgãos de comunicação social. A hipótese central da nosso estudo, que iremos desenvolver ao longo deste texto, é a de que a rádio comunitária possibilita à comunidade meios facilitadores da reorganização do grupo. Pretendemos reforçar o princípio de que a participação é resultado da comunicação estabelecida com a população e da aproximação do projecto às necessidades da comunidade. A participação é um dos factores determinantes do sucesso dos projectos implementados.

Na medida em que se trata de uma questão actual, a recolha bibliográfica incidiu essencialmente na consulta local de monografias, revistas, jornais e documentos dispersos, assim como na pesquisa na internet. Tendo em conta a insuficiente bibliografia alusiva às rádios comunitárias em Moçambique, optámos por privilegiar a pesquisa de campo. Inicialmente, o trabalho de campo assentou no estabelecimento de contactos no Porto e em Maputo, com o intuito de apreender as características essenciais de estruturação de algumas entidades da “sociedade civil”. Através de entrevistas e/ou de conversas informais com investigadores, representantes de instituições estatais e da “sociedade civil”, procedemos à sistematização de informações, como também à clarificação de algumas questões levantadas pela observação. Os contactos estabelecidos na capital de Moçambique, por vezes, foram pouco proveitosos e apresentaram-nos uma realidade completamente díspar da que fomos encontrar nas rádios da província. Os representantes nacionais e provinciais do ICS descrevem um projecto que corresponde essencialmente ao descrito nos relatórios de financiamento, mas que não corresponde à realidade que encontrámos em Mutarara, a trezentos e sete quilómetros da capital da província, a cidade de Tete.

Apesar de todas as vicissitudes que conduziram ao adiamento do trabalho de campo na região central de Moçambique, considerámos crucial manter a proposta inicial de efectuarmos a pesquisa fora da província de Maputo, o que se veio a confirmar ao verificarmos que a realidade encontrada não correspondia, em aspectos cruciais, às informações recolhidas em Maputo

e que as rádios não beneficiaram dos mesmos recursos das suas congéneres visitadas na província de Maputo.

Pretendemos inserir-nos na comunidade, diluindo a nossa diferença, o que à partida era impossível, mas nunca desejamos registar o exótico, as imagens que provocariam espanto no regresso a casa. As imagens que captámos foram normalmente resultado de vários dias de convívio. Nas situações que vivemos, desde o transporte em camionetas de caixa aberta com um número incontável de passageiros, até às visitas a casas de famílias, muitas vezes realizadas em resposta a convites, tivemos sempre a preocupação de estabelecermos inicialmente uma conversa informal sobre as vivências dos interlocutores. Desde o início, sentimos o impacto da imagem do investigador que pertence a outra cultura e que transporta uma máquina fotográfica e um gravador.

A escolha da técnica de entrevista recaiu, essencialmente, no facto de permitir maior flexibilidade na apresentação das questões, tendo em conta o vocabulário adquirido em contacto com as populações, e de permitir um diálogo mais próximo da conversa informal.

O estudo de caso das rádios foi alicerçado na observação directa, com intuito participante, e na elaboração de entrevistas semi-directivas e/ou directivas ao grupo coordenador da rádio comunitária, às mais destacadas entidades locais e ao público alvo, de forma a cruzar informações, analisar as flutuações ocorridas e proceder a novos contactos. Para além das entrevistas, estabelecemos conversas informais, que trouxeram pertinentes achegas para o estudo e também procedemos à análise sistemática da programação das rádios e de todos os documentos que nos facultaram, à elaboração de um caderno de campo, ao preenchimento diário das grelhas de observação e ao registo fotográfico.

O trabalho de campo decorreu durante dez meses em comunhão com a actividade lectiva em Maputo, sonho que já há muito acalentávamos. A permanência prolongada em Moçambique possibilitou-nos a edificação de um

processo de pesquisa mais consistente, em que, passo a passo, relativizámos os nossos códigos de apreensão da realidade com os códigos da comunidade estudada. Assim, os dados analisados são referentes à pesquisa efectuada entre Outubro de 2003 e Julho de 2004.

Consideramos que o investigador do Norte não deve apenas ficar com o que retém da sua janela. A poeira deve colorir os seus pés “descalços”.

Limitações do estudo

As limitações surgidas ao longo do trabalho de campo foram ultrapassadas pela motivação do investigador, bem como também pelo recurso à criatividade. A ciência possibilitou o confronto com dificuldades que não estavam previstas no plano de pesquisa.

Ao longo da investigação tornou-se por vezes difícil gerir o não cumprimento de compromissos de alguns entrevistados, especialmente no fornecimento de documentação e até na comparência a entrevistas. Esta atitude foi mais visível nos representantes de entidades estatais. Tivemos também que aprender a gerir a indiferença manifestada por alguns entrevistados, que não se mostravam disponíveis para interromper as suas actividades a fim de nos prestarem as informações solicitadas, uma vez que não recebiam, para isso, nenhuma recompensa material.

O desejo concretizado de o investigador residir um ano lectivo em Maputo fez adiar por mais de um ano o trabalho de campo e conduziu a uma situação de trabalho precário, com vencimentos em atraso e a ameaça

constante de ilegalidade. Estes factos não condicionaram o plano de pesquisa, mas alteraram os recursos utilizados para o concretizarmos, nomeadamente a utilização de transportes colectivos pouco seguros e a estadia em locais muito precários.

O estudo de um programa em plena concretização – as rádios comunitárias – dificultou o acesso à pouca documentação existente e confrontou o investigador com informações contraditórias, o que exigiu o prolongamento da pesquisa e a diversificação de amostra de estudo.

O desconhecimento das línguas locais das comunidades estudadas limitou a análise de questões de oralidade, apesar de recurso sistemático a tradutores que pertenciam aos grupos estudados.

O entusiasmo sentido pelo trabalho de campo conduziu à recolha de uma multiplicidade de informação, cuja análise se revelou complexa e bastante demorada. Os dias de trabalho de campo foram vividos em pleno envolvimento com os elementos das comunidades, mas tendo sempre presente a necessidade do investigador manter a objectividade. Contudo, reconhecemos que, apesar do esforço em sentido contrário, a subjectividade, proveniente da ligação estabelecida com as comunidades, é uma realidade emergente no trabalho de um investigador.

1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Introdução

Neste trabalho pretendemos proceder à análise da estrutura institucional das organizações e à sua caracterização interna, bem como ao estudo das ligações das organizações do Terceiro Sector com o Estado e com os cidadãos.

Para captarmos o cerne dos acontecimentos temos que partir de a uma visão global. Os conceitos originários do Ocidente são cruciais para perceber alguns fenómenos em África, que são apresentados como uma possibilidade de ascensão ao desenvolvimento.

Os conceitos expressos neste capítulo justificam-se pelo surgimento em Moçambique de uma política social criada à semelhança dos países democráticos do Norte que financiam o recente projecto de boa governação. Cronologicamente, podemos situar a origem de tal viragem aquando da abertura à economia de mercado através da adesão ao Banco Mundial (BM), em 1988, e posterior multipartidarização, iniciada com o Tratado de Roma de 1992. No entanto, reconhecemos o carácter precário e, por vezes, híbrido da reforma começada, que teve como principal motivação o acesso ao financiamento dos doadores do Norte.

O estudo do fenómeno das rádios comunitárias em Moçambique implica a necessidade de contextualizar a relação Estado/Terceiro Sector, fazendo-a emergir de conceitos universais de democratização. Pretendemos reflectir sobre os princípios solidários da reforma do Estado Moderno e delinear a contextualização que nos possibilite uma análise da relação do Terceiro Sector com o Estado em Moçambique, no quadro específico do projecto das rádios comunitárias. Queremos partir da realidade estrutural global para a realidade

moçambicana, tendo em conta as suas singularidades. O desafio que surge prende-se com a preservação da identidade cultural num mundo dominado por poderes globais. O projecto das rádios comunitárias debatesse com essa polémica.

1.1. Estado – Nação

“A crise do Estado é, consequentemente, antes de mais, a crise endémica da própria democracia decorrente do rompimento do tradicional tecido social. É hoje um dado de grande evidência empírica, a crescente decomposição das sociedades.” (Fernandes, 1993:13). A crise do Estado liberal provém da pressão exercida pelas interacções transnacionais de pessoas, de bens, de serviços e de capitais, dotadas de uma dinâmica supra-estatal que abrange a globalidade do sistema mundial. E, por outro lado, da pressão decorrente da “reemergência” de dinamismos e de identidades locais e regionais frente às quais o Estado-Nação é uma entidade abstracta e “desmesurada” (Santos, Hespanha, Reis, 1992:6). Actualmente, qualquer análise sobre o papel do Estado está condicionada pela força supra nacional da globalização. É neste contexto que se justifica a apropriação de conceitos emergentes dos países centrais para analisar as estruturas organizacionais de um país periférico. Para Giddens, a globalização diz respeito à intersecção de presença e da ausência, o entrelaçar de eventos sociais e relações sociais “à distância” com as contextualizações locais. Deveríamos compreender a expansão global da modernidade em termos de uma relação contínua entre a distanciação, por um lado, a mutabilidade crónica das circunstâncias locais e dos engagements locais (1994:19).

O destino prometido às sociedades modernas fica muito aquém das expectativas, o que está bem patente na crise do Estado da modernidade. Considera-se premente a mudança, impulsionada pelas incertezas e tensões que reforçam a necessidade de reinvenção da estrutura social que privilegie os direitos humanos e a condição humana, no seu todo. Para tal, é necessário construir um Estado com novas atribuições que sejam o espelho das necessidades actuais. Segundo Giddens, "Desde meados da década de 70, o número de democracias mais do que duplicou. (...) O período que começou em 1989 provocou a transição para regimes democráticos, envolvendo a Europa de Leste, a antiga União Soviética e mais tarde a África." (2000:71) A Queda do Muro de Berlim despertou a insegurança ideológica nas correntes socialistas, bem como nas teorias de natureza social democrática. O alargamento do regime democrático conduziu-nos para um olhar criterioso das lacunas do sistema político ocidental, o que nos provocou a necessidade de reconstruir novas relações entre Estado e "sociedade civil".

O Estado encontra-se dependente do capital global e dos mercados financeiros para garantir as condições de legitimação da governação (Beck, 1998:27). O capital já não necessita do Estado-Nação para se legitimar e, em contrapartida, exercer influência sobre o Estado.

"Os efeitos localizados dos processos de globalização e o tipo de respostas por eles suscitadas variam significativamente de sociedade para sociedade e estão intimamente relacionados com a posição das respectivas sociedades dentro de um sistema mundial fortemente hierarquizado. É neste sentido que se pode falar em formas hegemónicas de globalização e em Estados-Nação, regiões e localidades subordinadas." (Hespanha, 1996:3)

A falta de condições básicas de sobrevivência das populações africanas, nomeadamente a falta de emprego ou a precariedade laboral, a pobreza e os conflitos armados, reforçam a influência da economia mundial, o que provoca uma profunda alteração das relações entre economia e sociedade e faz diminuir a credibilidade do Estado na gestão do projecto social.⁴ "Mais poderosa que a lei dos

⁴ Em África, o surgimento do Estado-Nação contrasta com a identidade étnica.

Estados, a lei dos mercados e abertura ao Mundo diluem cada país num conjunto indiferenciado em que nenhuma sociedade nacional é senhora do seu destino." (Fitoussi; Rosanvallon, 1997: 71)

Os governos africanos, iludidos com os benefícios do apoio internacional, promoveram a adesão à economia de mercado, mas não previram a pressão exercida pela globalização hegemónica das lógicas mercantis. O preço a pagar ameaça a sobrevivência económica dos Estados Africanos. " (...) A soberania dos Estados mais fracos está agora directamente ameaçada, não tanto pelos Estados mais poderosos, como costumava ocorrer, mas sobretudo por agências financeiras internacionais e outros actores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais. A pressão é, assim, apoiada por uma coligação transnacional relativamente coesa, utilizando recursos poderosos e mundiais." (Santos, 2001:44) Exemplo bem elucidativo do que afirmamos é a política de agências supranacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

As agências internacionais personificam a humanização das práticas da economia de mercado, mas não podemos esquecer que se encontram dependentes dos governos nacionais que as financiam. O BM é acusado de servir os interesses hegemónicos norte-americanos e do grupo dos países mais ricos do mundo.

O BM enquadra-se no liberalismo económico, mas, por vezes, assume pretensões humanitárias junto dos governos dos países em vias de desenvolvimento. O BM contorna a regulação dos governos nacionais e estabelece projectos com ONG's dos países do Sul, escudando-se na valorização da eficácia das ONG's em relação aos governos locais e colocando os actores privados sob a sua dependência, o que lhes permite orientar agentes de desenvolvimento de natureza nacional.

A pressão exercida pelas agências supranacionais está mais patente no FMI, que instituiu a dependência de um conjunto de países em vias de desenvolvimento em troca de empréstimos que se realizam perante a existência das seguintes condições: abertura ao comércio livre, redução da despesa pública e desenvolvimento das políticas monetárias não inflacionadas. Tal

política contribui para uma dependência dos devedores às regras da economia de mercado, da qual não se conseguem libertar. Segundo Boaventura Sousa Santos, “nunca tantos grupos estiveram tão ligados ao resto do mundo por via do isolamento, nunca tantos foram integrados por via do modo como são excluídos.” (2003^a:14)

Os países em vias de desenvolvimento que “recebem” o capital global têm consequências positivas e negativas. As negativas são muitas e bem visíveis. A corroborar esta perspectiva estão a destruturação de sistemas pobres mas fiáveis de segurança básica, a alteração radical de oportunidades conhecidas de investimento e de emprego e o apagamento da função tutelar do Estado na vida económica, naquilo que ela tinha de positivo, ou seja a protecção contra os desmandos do capitalismo selvagem (Hespanha, 1996:39). Atendendo a Santos, a globalização política dominante adoptou o consenso do Estado fraco. “ O Estado é inerentemente opressivo e limitativo da sociedade civil, pelo que só reduzindo o seu tamanho é possível reduzir o seu dano e fortalecer a sociedade civil.” (2001:48) Em contrapartida, verifica-se uma expropriação dos direitos individuais a favor de uma classe política privilegiada que contribui para aparecimento de novos movimentos sociais exigindo uma governação responsável. Actualmente, a opinião pública tem muito peso, numa realidade social que reside no facto de os governos e cidadãos viverem no mesmo universo de informação. O aumento de casos de corrupção de governos, não é sinónimo do aumento de corrupção, mas sim o aumento da transparência, exigida pelos cidadãos (Giddens, 1999:72).

A crise do Estado manifesta-se fundamentalmente na crise da regulação social, que advém da impossibilidade de construção de um Estado Providência. No entanto, o Estado não abdica da sua vertente social em áreas como a educação, segurança social e saúde. Para Giddens, “O Estado Providência assenta em três grandes intenções estruturais: a criação de uma sociedade na qual o trabalho ocupa o lugar central; a criação de uma solidariedade nacional, sustentada na figura do Estado – Nação; e a gestão do risco, pela instituição de um seguro social que partilha colectivamente os imprevistos.” (1997:119) Segundo o autor, os direitos da cidadania e os programas de protecção social derivaram, em grande parte, da necessidade

que os Estados tinham de manter o apoio às populações, como o garante para a edificação do Estado. Para Giddens, “o projecto do Estado-Providência fracassou em parte por ter incorporado aquilo que veio a revelar-se serem as aspirações deficientes do socialismo e, em parte, devido ao impacto das mudanças de globalização intensificada.” (1997:130) “A adequação entre Estado-Providência europeu e uma realidade sócio-económica foi desaparecendo gradualmente ao longo da última década. A transição para uma economia pós-industrial era uma inadequação adicional entre a oferta e a procura de bens e serviços”. (Ferrera; Hemerijck; Rhodes, 2000:102). Para os referidos autores, nos últimos anos verificou-se uma modificação das necessidades de protecção social que passam pela exclusão educacional e pelo aumento de fenómenos como a gravidez na adolescência e os sem-abrigo. Neste contexto, aplicou-se a ideia de “reexperimentação” no processo de reforma, que possibilitou a promoção da mudança, através do encaminhamento de informação e da criação de condições facilitadoras da troca de experiências (Ferrera; Hemerijck; Rhodes, 2000:100).

Os países em vias de desenvolvimento não apresentam uma tipologia nítida do regime de Estado Providência, como acontece nos países desenvolvidos. Os países em vias de desenvolvimento, regulam-se por especificidades características dos Estados pré-modernos, em luta contra a instabilidade social, agravada com as guerras civis e as catástrofes naturais. A edificação do Estado Providência está associada ao desenvolvimento económico, ao planeamento urbanístico e à governação democrática. O carácter embrionário do Estado nos países africanos está intimamente ligado à precária democratização dos regimes e à manutenção de uma sociedade rural pouco esclarecida, e especialmente à falta de meios financeiros e à excessiva corrupção da elite governamental.

Recorrendo a autores como Hespanha, podemos apresentar uma análise mais ampla de Estado Providência que se enquadra nas políticas dos países pobres. Nos países da periferia, a regulação do bem-estar caracteriza-se pela improvisação proveniente de um Estado Providencial fraco e de uma sociedade informal que tenta compensar a fragilidade estatal. O aparelho do Estado não

consegue assegurar as condições mínimas de bem-estar social. Apesar dos condicionantes locais travarem a solidificação de um aparelho de Estado Moderno, está presente uma perspectiva global de edificação do Estado. Quando há um Estado Providência quase inexistente, torna-se mais visível o sistema de bem-estar informal, vindo das formas primárias de solidariedade, ou seja, as unidades domésticas e os agregados comunitários (Hespanha, 1996:4-5).

O nefasto para os países africanos é presenciarem a crise do Estado Providência de que nunca usufruíram. Apenas deslumbraram a instauração de algumas medidas do modelo de providência estatal. A luta pela sobrevivência, o processo de democratização ainda embrionário, o urbanismo não planeado e a falta de assistência à saúde e à educação são características denunciadoras da inexistência das bases do Estado Providência.

1.2. Reformismo Solidário

“O triunfo das instituições liberais e democráticas sobre as outras não é o grande responsável, nem talvez o mais importante, pela atracção que a democracia exerce, pois há outras forças mais profundas que estão a criar a sociedade global, nelas incluídas a existência de liberdade individual e a emergência de uma cidadania mais responsável.” (Giddens, 1999:69) Com a perda dos referentes históricos do socialismo e o alargamento da economia de mercado verificou-se a necessidade de reinvenção das práticas de governação. É com esta renovação que surge o reformismo solidário, que se traduz pela responsabilização colectiva, pela solidariedade e pela equidade.

Nos países do Norte, especialmente da Europa, o Estado assume o garante do bem-estar dos cidadãos, colocando como premissa atingir a competitividade económica exigida pela globalização, aliada à implementação de medidas de política social. A relação entre a comunidade e o Estado reforça a autonomia dos cidadãos e fomenta os laços de solidariedade. Para Giddens, é necessário aceder a democratização dialógica, não como uma recriação da democracia liberal, mas como a reconstrução da solidariedade social não centrada no Estado. As reformas deverão pautar-se pelo reforço da solidariedade e equidade, demarcando-se do reformismo clássico (1997:98).

Rosanvallon e Fitoussi propõem um novo reformismo solidário que se centra no que é o bem-estar social, distanciando-se da reflexão de quem paga o bem-estar social (1997). O conceito de bem-estar social não se deve deter apenas na bipolarização das políticas de estatização ou privatização do seu financiamento⁵. Para os autores anteriormente referidos será premente a redefinição dos papéis do Estado e da “sociedade civil”. Nesta perspectiva, o Estado partilha responsabilidades sociais com os próprios cidadãos, fomentando a responsabilização e a descentralização. Assim, a “sociedade civil” assume responsabilidades no fomento da solidariedade colectiva, através da realização de serviços que anteriormente seriam da responsabilidade exclusiva do Estado Providência. Como motor impulsionador destas perspectivas, surge o Terceiro Sector⁶, estabelecendo a corrente entre o Estado e a comunidade. A transferência de funções sociais para a “sociedade civil” surgirá como o caminho mais coerente a seguir para ultrapassar o impasse do descrédito do Estado Providência.

Alain Touraine (1978:151-153), Rosanvallon e Fitoussi (1997:62) afirmaram a importância do Terceiro Sector enquanto aglutinador da vontade

⁵ A instalação da dicotomia privatização/estatização, face à ineficácia do Estado Providência suportado pelo modelo Keynesiano, revelou-se pouco eficaz. A privatização reforçou a ausência de solidariedade colectiva e a estatização manifestou-se insustentável ao nível financeiro e distante das necessidades prioritárias dos cidadãos.

⁶ A individualização do Terceiro Sector surgiu nos E.U.A. através do desenvolvimento de organizações privadas sem fins lucrativos e de voluntariado após a 2ª Guerra Mundial

colectiva e espaço para o exercício da solidariedade social, reabilitando valores de participação e responsabilidades colectivas, e demarcando-se, ao mesmo tempo, das lógicas burocráticas dos aparelhos do Estado. Os autores promovem o papel do Terceiro Sector na reabilitação de lógicas de solidariedade e participação.

A actuação do Terceiro Sector impulsionou o incremento do voluntariado, da responsabilização e da participação colectiva, construído um espaço de realização de um conjunto de práticas de solidariedade que possibilitam a diminuição da acção do Estado. O Terceiro Sector conduz-nos a novas criações de bem-estar, que alargam os espaços de democracia, o que está reforçado nas doutrinas reformistas.

Para Giddens, não se deve “atribuir ao Estado-Providência a erosão da civilidade, ou pensar que ela pode ser invertida, deixando a “sociedade civil” entregue aos seus mecanismos próprios de actuação. Os governos podem, e devem, chamar a si a parte mais importante da renovação da cultura cívica.” (1999:74) Assim, o Estado e a “sociedade civil” devem agir em parceria, que se completam e controlam mutuamente. Para o autor referido anteriormente, não existem fronteiras entre o Estado e o Terceiro Sector. Por vezes, o governo é crucial na orientação da acção, mas outras vezes deverá retirar-se, mesmo que atribua fundos para a realização do projecto (1999:75). A reforma solidária do Estado Providência pretende a aproximação ao cidadão, responsabilizando-o e apelando à sua participação e emancipação na resolução dos problemas sociais, normalmente de âmbito local.

A promoção de uma cidadania responsável, protagonizada pelo Terceiro Sector, possibilita a reinvenção de uma solidariedade alternativa, à margem das directrizes mercantis. O surgimento de organizações para a realização de tarefas mais ambiciosas, que vão além das comunidades locais, é bom exemplo disso (Giddens, 1999:76).

Nos países centrais, os frágeis resultados do Estado Providência impulsionaram o reforço do Terceiro Sector. No entanto, nos países periféricos foi a ausência do Estado providencial que fez com que surgisse um Terceiro

Sector preocupado com as necessidades mais prementes das comunidades. De realçar, que a falta de confiança no Estado não deve ser indicador da apatia do Terceiro Sector, mas indicador do contrário (Giddens, 1999:75).

1.3. Terceiro Sector

“O redimensionamento do espaço de actuação do Estado será apenas conseguido mediante o fortalecimento da sociedade civil, dada a correlação entre Estado e sociedade.” (Fernandes, 1993:35). O Estado atravessa uma profunda reconstituição a nível mundial, mas que ocorre de modo diferente no centro, na periferia e na semiperiferia do sistema mundial. Para Boaventura Sousa Santos, Pedro Hespanha e José Reis não se descortina actualmente uma nova forma política estatal que poderá surgir deste processo de reconstituição. Desta forma, a análise deverá concentrar-se nas transformações políticas e institucionais em curso, como seja a relação entre o Estado e a “sociedade civil” (Santos, Hespanha e Reis, 1992:4). “A globalização introduz a necessidade de outras formas de democracia que não se esgotam no processo de votação consagrado. Os governos devem restabelecer contactos mais directos com os cidadãos, e estes com os governos, através de experiências de democracia.” (Giddens, 1999:72)

A insatisfação da população face aos fracos resultados obtidos pelo Estado para a provisão de bem-estar impulsionou o surgimento de soluções de responsabilidade colectiva democrática. A frágil dinâmica social do Estado Providência evidenciada nas duas últimas décadas do século XX, reforçou o papel do Terceiro Sector na participação das actividades de bem-estar (Santos, 2002:214). O Terceiro Sector é o conjunto de organizações com campos de acção diversificados e com características distintas. O Terceiro Sector

enquadra-se na esfera das relações sociais formais, mas de carácter privado e sem fins lucrativos. Desta forma, encontra-se inserido nas relações privadas da comunidade, de carácter institucional.

Segundo Adalbert Evers, o Terceiro Sector deve ser enquadrado no âmbito da esfera pública, num espaço de relações dinâmicas entre intervenientes de origens diversas (1995:161). Assim, não há uma divisão demarcada entre o público e o privado, possibilitando-se uma troca de dinâmicas entre esses dois campos.

O conceito de Terceiro Sector não é consensual. Por exemplo, nos E.U.A., utiliza-se o termo de sector não lucrativo com o intuito de se beneficiar de isenções fiscais; e na Inglaterra, designa-se de sector voluntário. A afirmação social e política do Terceiro Sector nos finais do século XX é comparável à importância que teve a formação do Estado-Nação no século XIX.

Nos países socialistas, onde o governo é o único sector, o conceito de Terceiro Sector remete-se apenas para os grupos de voluntários, controlados pela instituição estatal. Nos países em vias de desenvolvimento, verificou-se um assinalável crescimento do sector não lucrativo, fortemente impulsionado pela descentralização dos projectos de desenvolvimento do BM, com o argumento de que as ONG's são mais eficazes que as instituições estatais desses países, o que provocou a sua multiplicação a um ritmo acelerado.

Segundo Evers, o Terceiro Sector pertence a um campo de acção social complexo de produção de bem-estar, que actua num espaço de tensão entre Estado, Mercado e Comunidade, pautando-se os dois primeiros por regulamentos que privilegiam a racionalidade e a universalidade. O Terceiro Sector é um espaço dinâmico de constantes tensões, provocadas por orientações de conduta solidária. É neste clima de tensão que o Terceiro Sector define os seus papéis sociais e políticos (1995:161).

Segundo um estudo de Peter Hall, os grupos mais ricos da sociedade exercem mais actividade cívica. As pessoas mais pobres têm tendência a limitarem a suas actividades informais à família. No entanto, outros estudos,

como os de Anne Power, reconheceram que a iniciativa local de comunidades mais pobres pode inverter o processo de declínio, possibilitando melhores condições de vida (Giddens, 1999:77).

As principais vantagens do Terceiro Sector prendem-se com a proximidade às necessidades locais e com a maior facilidade de mobilização dos recursos locais. A orgânica mais flexível permite a participação dos cidadãos na prática de serviços e na resolução de problemas. A orientação não lucrativa possibilita incutir na prática social o espírito de solidariedade, indo mais longe do que as lógicas economistas de prestação de bem-estar, enraizadas na economia de mercado.

O Terceiro Sector faz a ponte entre o lar e o Estado e, desta forma, deve ser considerado não como elemento integrante, mas como elemento colaborador da promoção do desenvolvimento, especialmente, nos países do Sul. As formas organizacionais derivadas do parentesco têm uma inserção controversa no Terceiro Sector. Para muitos, nos Estados costumeiros, as organizações derivadas do parentesco, como as autoridades tradicionais, enquadram-se melhor em conceitos de descentralização.

O conceito de Terceiro Sector deve ser ajustado à realidade dos países em vias de desenvolvimento, privilegiando mais do que o simples somatório das partes, mais do que a simples definição de uma comunidade que valoriza a auto-organização, a adesão voluntária sem fins lucrativos e a defesa dos direitos do cidadão perante o Estado e o Mercado.

O incremento do Terceiro Sector possibilita a anulação da distância existente entre o indivíduo e o social através de novas formas de intervenção colectiva e, ultrapassa a rede burocrática de solidariedade abstracta e distante do indivíduo do Estado Providência (Beck, 1998:104). O Terceiro Sector viabiliza a criação de um laboratório de experimentação de relações de solidariedade, que não se restringe a um conjunto de regras e procedimentos preconcebidos e que proporciona a proximidade e o voluntarismo.

Uma das questões proeminentes da acção do Terceiro Sector é colocada por Alcides Monteiro, ao afirmar que “a outra parte do problema deriva da existência ou não de actores capazes de protagonizarem tal mudança, de se consolidarem como alternativa inovadora às políticas estatais. Por outras palavras, terá a sociedade civil vitalidade para inventar e liderar a implantação de novas alternativas?” (2004:147).

A área do Terceiro Sector, especialmente nos países em vias de desenvolvimento, é pautada pelo apelo ao desenvolvimento comunitário, utilizado permanentemente para minimizar os problemas colectivos de uma comunidade, partindo-se das necessidades locais e promovendo-se a sustentabilidade de todo o processo.⁷ O desenvolvimento sustentado, para além de obter lucros económicos, pretende responsabilizar os indivíduos beneficiários no processo de desenvolvimento, bem como ir “de encontro à superação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em superar as suas próprias necessidades.”⁸

O fracasso do Estado Providência e do Reformismo Solidário nos países desenvolvidos e a imposição das regras da globalização, tiveram repercussões também nos países em vias de desenvolvimento. Num mundo pautando pelo seguidismo da globalização, os conceitos utilizados nas análises dos países mais desenvolvidos são também referência para os restantes. Desta forma se justifica o recurso aos conceitos apresentados neste capítulo da dissertação.

⁷ Em 1995, realizou-se a Cimeira do Desenvolvimento Social com a aprovação dos “10 Compromissos de Copenhaga” com o intuito de promover o desenvolvimento social e sustentado.

⁸ Relatório “Our Common Future” da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento de 1987 in http://www.forumdc.net/forumdc/artigo.asp?cod_artigo=127632, p.3

1.4. Rádio Comunitária

A comunicação é crucial para o sucesso dos programas de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento. Nos nossos dias, a análise dos índices de desenvolvimento têm em conta as várias dimensões do próprio desenvolvimento. Um dos índices mais utilizados é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pela primeira vez em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O HDI adoptou como indicadores do desenvolvimento humano a longevidade, o conhecimento e o nível de qualidade de vida. Para João José Fernandes, «O IDH parte da premissa de que as pessoas são a real riqueza das nações. O conceito de desenvolvimento humano focaliza-se mais nos fins do que nos meios do “desenvolvimento” e progresso. O objectivo fundamental do desenvolvimento deve ser a criação de um ambiente favorável e que permita às pessoas o usufruto de uma vida longa, saudável e criativa.»⁹

Depois dos projectos assistencialistas de desenvolvimento terem conseguido fracos resultados, os doadores apostam numa postura participativa e decisória da população. As comunidades organizam-se para promover a resolução dos seus problemas e para reivindicarem junto das entidades estatais o cumprimento dos seus serviços. Para Friedman, “O que o desenvolvimento alternativo faz é procurar uma mudança nas estratégias nacionais existentes através de uma política de democracia participativa, de crescimento económico apropriado, de igualdade de géneros e de sustentabilidade ou equidade entre gerações” (1996:36)

A comunicação para o desenvolvimento valoriza a comunicação horizontal dos participantes, com o intuito de articularem os interesses, necessidades e problemas da comunidade. A resolução dos problemas é protagonizada pela comunidade, que apenas recorre aos serviços de apoio quando estritamente necessário.

A anterior difusão vertical da informação dos organismos estatais dá lugar à comunicação originária das comunidades, com o intuito de promover a

⁹ http://www.forumdc.net/forumdc/artigo.asp?cod_artigo=127632, p.2, consultado a 30/01/2004

construção de um projecto participativo, oriundo da mobilização comunitária, ou seja, a participação surgida dos indivíduos, grupos e organizações da comunidade, por iniciativa autónoma ou impulsionada por outros, na valorização do desenvolvimento integral e da promoção da cidadania.

Os primórdios das rádios comunitárias situam-se na América Latina. Em 1947, na Bolívia, grupos de mineiros criaram um meio de difusão de luta por melhores condições de vida, formas de protesto que, mais tarde, se alastraram aos camponeses colombianos. No entanto, estes projectos pretendiam assumir a luta social de um grupo profissional e não continham a dimensão integradora da comunidade, inerente ao conceito de rádio comunitária.

Em África, as rádios comunitárias surgiram no âmbito da construção de um quadro social igualitário, após a queda do Apartheid, na África do Sul. Em outros países do continente africano, os projectos advêm essencialmente da implementação do regime democrático e dos pressupostos da boa governação.

Segundo a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC),¹⁰ a rádio comunitária é “um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o seu desenvolvimento de uma maneira progressista, promovendo a mudança social e a democratização da comunicação através da participação da comunidade.”¹¹

A rádio comunitária estimula a mobilização e a organização da comunidade. O sentido de coesão interna da comunidade é condição essencial para a implementação de uma rádio comunitária, quando há vontade de cooperar no projecto e explorar o entusiasmo de acordo com os interesses e necessidades da comunidade.

Nos países com regimes democráticos recentes, a cidadania é uma realidade embrionária que necessita de constante coordenação dos facilitadores. Nas comunidades mais desfavorecidas – essencialmente rurais –,

¹⁰ A sede da AMARC é em Montreal, no Canadá, mas também existem representações em outras regiões do mundo: Em África, a coordenação da AMARC situa-se em Joanesburgo, na África do Sul. De realçar o papel da AMARC na divulgação dos princípios da comunicação comunitária.

¹¹ in www.africa.amarc.org, consultado a 20/08/2003.

as autoridades locais muitas vezes actuam não tendo em conta os direitos dos cidadãos. A Rádio comunitária constitui a plataforma de reivindicação dos direitos do indivíduo. Para Fitoussi e Rosanvallon os meios de comunicação social para além de se apresentarem como um contra poder necessário, “é preciso que desempenhem um maior papel na dimensão deliberativa da democracia: não há democracia sem eles, porque não há democracia sem espaço público vivo.” (1997: 132)

A participação é um direito de todos os elementos da comunidade, promovendo uma diversidade de vozes. A rádio comunitária deverá objectivamente abranger todos os sectores sociais, contribuído para a reorganização das relações democráticas.

O direito democrático da participação activa, implementado pelas rádios comunitárias, implica o envolvimento de toda a comunidade na definição dos objectivos, na elaboração do projecto, na orientação dos serviços da rádio, na administração e na avaliação do projecto. A comunicação constante entre a equipa de produção e os ouvintes é a principal via para a edificação de uma rádio à imagem das aspirações da comunidade. A Rádio Comunitária providencia uma plataforma independente de discussão interactiva para a tomada de decisões importantes na vida da comunidade. O debate público impulsionado pela rádio comunitária irá servir para que a “voz do povo” chegue aos detentores do poder público local e às instituições privadas, possibilitando a essas entidades um conhecimento mais aproximado da comunidade e uma acção mais concertada.

Nas zonas rurais onde não existe acesso telefónico, a rádio comunitária tem uma importância reforçada na comunicação entre grupos familiares e profissionais. A mensagem dos elementos familiares que vivem na zona mais isolada da comunidade, o anúncio de oferta de um posto de trabalho ou a convocatória para uma reunião profissional/associativa são divulgadas com eficácia através da rádio comunitária.

Nas sociedades tradicionais, as minorias não detêm espaço social de intervenção. Como exemplo, na sociedade africana, as mulheres não têm

disponibilidade familiar para participarem como voluntárias em acções da comunidade. As rádios comunitárias criam condições para a participação equitativa do género e promovem programas impulsionadores dos interesses da mulher. A rádio comunitária permite a expressão das minorias, criando um espaço de tolerância pela diferença.

A rádio comunitária é o resultado de uma produção local, que privilegia a identidade e a cultura do grupo. Os índices de audiências aumentam à medida que o projecto constrói uma identidade própria, arredando-se dos princípios comerciais e estereotipados dos meios de comunicação nacionais. A programação é o resultados dos sonhos, aspirações e dificuldades do todo, numa dialéctica que se altera, tal como a realidade aquando de uma catástrofe natural, da escassez de recursos ou do aumento de uma pandemia, mas também como uma realidade de um óptimo ano de produção agrícola ou da construção de infra-estruturas. A cultura é infinitamente variável nos países africanos com regiões permanentemente isoladas. A rádio comunitária alimenta a identidade cultural, valorizando as expressões artísticas locais, como a música, a dança, o teatro, a poesia e a lenda, entre outras. A utilização das línguas autóctones é um dos factores determinantes para a edificação de um órgão de comunicação identitário do grupo a que pertence. Os programas são maioritariamente transmitidos na língua ou línguas dos grupos étnicos predominantes, e com alguns programas na língua nacional.

As rádios comunitárias em África debatem-se, de forma mais premente, com a falta de recursos financeiros para a manutenção dos projectos. A sua localização na zona rural, onde são muito escassas as fábricas e as empresas comerciais, possíveis patrocinadores e/ou clientes de publicidade, dificultam a sua sustentabilidade. Para ultrapassar a precariedade económica, o suporte financeiro de uma rádio sem fins lucrativos deve valorizar a diversidade de recolha de fundos, que inclui os donativos, ganhos, vendas de avisos e dedicatórias, organização de eventos e aluguer de espaço, entre outros.

A visão fatalista das comunidades africanas, assoladas por constantes catástrofes e subjugadas a uma corrupção incontrolável, é diminuída com a construção de uma visão colectiva da realidade local, que parte da apresentação real da situação, descortina as causas e aponta os caminhos para ultrapassar as carências mais prementes. A rádio comunitária providencia a perfeita plataforma para o debate local, abrangido por uma percepção comum da situação e impulsionando a acção colectiva.

Segundo um documento do ICS, a rádio comunitária tem por finalidade primordial "o desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade, promovendo a cultura da paz, a democracia, os direitos humanos, a equidade e o *empowerment* da comunidade onde está inserida" (1999:2).

2. AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MOÇAMBIQUE

2.1. O Terceiro Sector em Moçambique

“O “terceiro sistema” é aquela parte das pessoas que está a alcançar uma consciência crítica do seu papel. Não é um partido ou uma organização, constitui um movimento daquelas associações livres, cidadãos e militantes que se apercebem de que a essência da História é a luta interminável pela qual as pessoas tentam dominar o seu próprio destino – o processo de humanização do homem.” (Friedmann, 1996:3-4).

Uma das características fundamentais das associações é a sua independência em relação ao Estado. O direito de associação é um direito conquistado e não um privilégio atribuído pelo Estado. Daqui se depreende que o movimento associativo se enquadre, apenas, no sistema democrático. Para Helena Vilaça, “as sociedades democráticas surgem historicamente conjugadas com o princípio de liberdade de associação”. (Vilaça, 1993:40) Reforçando a pertença do sistema associativo apenas ao sistema político democrático, consideramos fundamental fazer uma abordagem da política associativa durante o período do monopartidarismo moçambicano, especialmente porque a primeira estrutura de comunicação comunitária surgiu nesse período e as rádios comunitárias emergiram das cinzas desse regime.

Em Moçambique, após a independência, as associações institucionalizaram-se em nome do desenvolvimento da ideologia socialista.¹² Algumas associações que vinham da ilegalidade do Estado Colonial legalizaram-se a par da criação de associações imbuídas dos ideais dos governantes socialistas. Estes organismos abarcam não só o campo cultural e de lazer, mas também a área da satisfação das necessidades básicas em

¹² Em 1977, no III Congresso, a FRELIMO define-se como um partido marxista-leninista.

comunhão com a política de criação de infra-estruturas e equipamentos colectivos para diminuir a fraquíssima escolarização e informação da população.

O governo da FRELIMO nacionalizou a estrutura social com o intuito de anular a fraquíssima escolarização da população e as estruturas herdadas do colonialismo. O associativismo emergente estava submetido à supervisão do Estado. Foram criadas as ODM's (Organizações Democráticas de Massas), exclusivas do grupo identitário abrangido. Assim, para a mulher havia a OMM (Organização da Mulher Moçambicana) e para os trabalhadores assalariados a OTM, entre outras.

Ao contrário de outros países da África, como a África do Sul, não houve iniciativa na criação e gestão de órgãos de comunicação social pela comunidade, devido ao controle estatal do governo socialista, que apenas impulsionou a criação de jornais de parede - apesar do seu carácter propagandístico das ideologias da FRELIMO - e de centros de comunicação social (Sadique, 2001:10). No entanto, há a destacar a constituição da União Nacional dos Camponeses à margem da política restritiva de controlo estatal.

Nos inícios da década de 1980, com o alastrar da guerra civil a quase todo o território moçambicano e a grave seca, verificou-se um acentuado processo de deslocamento populacional, afectando cerca de 40% da população (refugiados nos países vizinhos e deslocados internos para as regiões mais seguras), o que conduziu a um processo de ruptura das comunidades com os seus territórios e determinou o fim do domínio governamental nas regiões rurais e uma acentuada deterioração nas zonas urbanas. A acção das ODM'S cresceu em oposição à queda da organização socio-económica do Estado. Muitas vezes, o improvisado apresentou-se como a única resposta às solicitações de sobrevivência dos cidadãos.

A deterioração da situação económica levou o governo a procurar ajuda nos países ocidentais, especialmente nos Estados Unidos. Esta só foi possível com alguma mudança na governação do país, através do estabelecimento dos primeiros sinais de abertura a uma economia de mercado, o pedido formal de

adesão ao BM e FMI e o início das negociações de Paz com a África do Sul. A partir de 1988, com a liberalização da economia, as ONG's do Norte implementaram projectos para a criação de ONG's de desenvolvimento. As ONG's surgiam no decurso da ajuda a um país destruído pela guerra e devastado por catástrofes naturais. A liberalização da economia marca a abertura à Ajuda do Norte. Mas a intervenção das comunidades foi especialmente impulsionada pelo fracasso das entidades estatais na resolução dos problemas de miséria e pelos constantes desastres naturais no território.

As ONG's apresentavam uma homogeneidade precária, copiando as características das suas congéneres do Norte e justificadas pela necessidade da existência de ONG's locais para a implementação dos projectos financiados pelo Norte. As primeiras ONG's reproduziam as regras impostas pelos parceiros no Norte, não tendo em conta algumas tradições e formas de acção locais, com o intuito de rapidamente beneficiarem de financiamento. De realçar a pouca flexibilidade das ONG's do Norte na estruturação das novas associações locais. As estruturas de organização social local não eram atendidas, os chefes locais não eram solicitados para a implantação do projecto, a mobilização da comunidade era praticamente inexistente. Segundo José Negrão, assiste-se assim à formação acelerada de ONG's locais, em cujas reuniões se utilizava a língua inglesa, cujos fundos provinham do exterior, cujo recrutamento de pessoal era em detrimento do tecido produtivo e administrativo local, que usavam metodologias até então desconhecidas e, sobretudo, que respondiam a agendas concebidas e elaboradas no exterior (Negrão, 2004:8). Os parceiros do Norte procuravam associações que tivessem o seu formato. Estas, muitas vezes, eram formadas no imediato das propostas de financiamento para minorar o resultado das várias catástrofes que assolaram Moçambique. As estruturas tradicionais e locais, especialmente as originárias do mundo rural, foram muitas vezes preteridas por desconhecimento da natureza de organização e funcionamento.

A constituição de uma associação de voluntários¹³ era muitas vezes decorrente de interesses financeiros do grupo fundador. Foram criadas ONG's sem identidade e/ou com objectivos exclusivamente financeiros, adoptando-se um discurso que permitisse o acesso ao ambicionado financiamento do Norte. Em contrapartida, muitas associações de desenvolvimento descentralizado e com objectivos coerentes não eram financiadas por não cumprirem todos os pressupostos ditados pelos doadores do Norte. Em muitos dos projectos implementados neste período, os intervenientes não estabeleceram diálogo com o Estado e não recorreram a estudos de viabilidade. O intuito primordial provinha do impulso urgente de projectar, mesmo de costas viradas para os beneficiários (Negrão, 2004:8). A participação nos projectos estava condicionada pela escassez de bens de sobrevivência e pela alta taxa de analfabetismo. No entanto, a motivação para participar dependia do ajuste dos objectivos às necessidades essenciais da comunidade envolvida.

A homogeneização da intervenção da "sociedade civil" através da criação das ONG's coordenadas pelo Norte restringiu a participação da comunidade. É pouco proveitoso o exclusivo da representatividade da sociedade moçambicana nesses organismos. Outra crítica que é apontada ao processo de criação de ONG's relaciona-se com os elevados custos dos serviços dos técnicos provenientes do Norte em detrimento dos mesmos serviços prestados pelos técnicos moçambicanos.

Com o decorrer da formação das ONG's nacionais, a diferenciação do seu papel na comunidade tornou-se mais nítida. Enquanto que algumas sobreviveram exclusivamente dos financiamentos do Norte, outras rentabilizaram as capacidades dos seus membros através de acções concretas, nomeadamente da promoção do desenvolvimento participativo em projectos de saúde e educação nas comunidades rurais.

¹³ As associações voluntárias são constituídas «por um grupo de indivíduos que congregam espaços com vista a prossecução de um ou mais objectivos, relacionados com a satisfação de interesses e aspirações "comuns"» (Vilaça, 1993:37).

Nos finais da década de 1980, o governo moçambicano procurou conter o estabelecimento de estruturas paralelas de emergência através do enquadramento dos programas de ajuda no quadro de organismos estatais, como o Ministério da Agricultura. Estipularam-se vários acordos tripartidos entre o governo moçambicano, ONG's e agências das Nações Unidas.

A seca de 1991-92 e o prolongar da guerra civil conduziram o país a uma situação insustentável, que apressou o cessar-fogo efectivo e a assinatura do Acordo de Paz em 1992.¹⁴ As eleições de 1994 e o estabelecimento da democracia multipartidária formal incentivaram as populações para a defesa dos seus direitos e deveres de cidadãos, criaram uma nova consciência de luta contra as injustiças sociais e económicas e incrementaram a formação de diferentes tipos de associações/organizações. A opinião pública é um contra-poder forte nas situações de injustiça ou desequilíbrio ao nível individual ou colectivo. Nos finais da década de 90 do século XX, a "sociedade civil" emergente assumiu práticas mais congruentes com a realidade local, estando atenta à redução do índice de pobreza absoluta e ao combate à pandemia da SIDA. A valorização do desenvolvimento descentralizado alargou a participação aos grupos populares, o que estimulou a difusão da alfabetização e a divulgação de técnicas tradicionais. O respeito pela cultura local facilitou a motivação, o esclarecimento e a capacitação dos indivíduos.

Recorrendo a Dominique Mehl através de Viegas, são os grupos sociais com maiores rendimentos e níveis de instrução que preconizam a criação de novas identidades e solidariedades do movimento associativo. O associativismo "representaria um lugar privilegiado de expressão de valores de uma classe em ascensão, um dos meios pelos quais essa classe conseguiria definir os seus interesses, identificar a sua própria consciência e delimitar o seu campo de acção. Classe com aspectos contraditórios cuja identidade contestatária se forjaria a partir das suas posições e reivindicações fora da esfera de produção (como a cultura), e que situada nas margens do poder, aspiraria a transformações sociais que lhe conferissem um poder local e político alargado." (Viegas, 1986:115). O

¹⁴ Com a implementação do Acordo de Paz procedeu-se ao repatriamento de 1,5 milhões de refugiados em países vizinhos e ao reassentamento de mais de 4,5 milhões de deslocados internos. Cf. Coelho, 2004:190

aparecimento de uma elite cultural atenta às necessidades reais das comunidades traduziu-se no “Grupo Moçambicano da Dívida”. Esta acção foi estimulada pela criação de um grupo internacional de perdão da dívida dos países pobres e desencadeou o aglutinar de esforços e motivações transversais, abrangendo a população mais carenciada e os intelectuais independentes. Outro exemplo foi protagonizado pelo Conselho Cristão de Moçambique¹⁵ com a “Campanha Armas por Enxadas”. A troca de armas por enxadas abrangeu a população mais martirizada durante a guerra civil e menos favorecida pelos primeiros projectos de desenvolvimento. Estas duas iniciativas representam o início de uma prática de responsabilidade colectiva democrática.

Em 1993, surgiu a LINK (Fórum das ONG's de Moçambique) como instituição aglutinadora dos interesses da “sociedade civil”¹⁶, com cinquenta e quatro membros fundadores. Esta associação foi criada com o intuito de promover a democracia e a paz em Moçambique e apoiar o desenvolvimento das actividades das ONG's em Moçambique. Em 1999, a LINK atingiu o número de cento e cinquenta e cinco membros, com noventa ONG's nacionais¹⁷, cinquenta e cinco ONG's estrangeiras e dez membros observadores. A partir de 2001, a associação passa de uma organização coordenada pelos doadores e impulsionadora de projectos para uma organização orientada pelos seus membros e promotora de serviços – serviços de informação; serviços de formação e mentoria; serviços de ligação e fórum, serviços de mediação financeira; serviços de assistência jurídica. Desta forma, a LINK pretende apresentar-se como uma entidade auto sustentável e atenta às necessidades e interesses dos seus membros.

¹⁵ Conselho Cristão de Moçambique é originário da época colonial e continuou a sua acção durante a governação monopartidária da FRELIMO.

¹⁶ Entrevista a Gil Manuel, elemento da direcção da LINK, em 27 de Novembro de 2003.

¹⁷ No início do trabalho de pesquisa, enviámos carta e/ou emails para 90 ONG's nacionais. Contudo os resultados foram fracos, visto apenas termos recebido 4 respostas através de email. Já em Moçambique constatámos que algumas das associações contactadas já não existiam, mudaram de residência ou a carta enviada não tinha chegado.

Atendendo às informações recolhidas no site desta organização, “a LINK pretende facilitar o processo de retorno ao voluntarismo e auto-ajuda entre a Sociedade Civil”.¹⁸ Consideramos esta posição condizente com a prática a seguir pelo Terceiro Sector num país onde a riqueza considerável é constituída pelo serviço voluntário e pelo espírito criativo da população eminentemente jovem.

2.2. Historicidade das Rádios Comunitárias

2.2.1. Centros de Comunicação Social (1977/87)

Aquando da independência, Moçambique tinha um sistema de informação concentrado nas duas principais cidades, através do jornal “Notícias”, da revista “Tempo” e da Rádio Moçambique, em Maputo, e do jornal “Diário de Moçambique”, na Beira.

Em 1977, o Ministério de Informação, com o apoio da UNICEF, criou o Gabinete de Comunicação Social (GCS), com a intenção de instituir uma rede informativa que abrangesse as províncias e apoiasse a recém-criada Agência de Informação de Moçambique (AIM) e a Rádio Moçambique (RM) na produção de informação promotora do desenvolvimento do mundo rural. Segundo Juarez de Maia, fundador da instituição, “a escolha de uma entidade pública surgiu da preocupação de garantir os salários aos seus funcionários, pois inicialmente pretendia-se criar uma fundação independente, que não tivesse o mesmo carácter político e ideológico dos media

¹⁸ in <http://link.org>, consultado a 12/06/2004

produzidos em Maputo”.¹⁹ Ao longo da pesquisa, notou-se, da parte dos representantes dos projectos do Estado, uma constante preocupação em separar a comunicação para o desenvolvimento da alçada do Estado em favor da gestão comunitária. Tal atitude é contraditória e era de impossível concretização num Estado regido pelos princípios do marxismo-leninismo.

As organizações internacionais OMS, UNICEF e UNESCO defendiam a criação de um organismo nacional de informação que apoiasse o Ministério da Saúde nos projectos de desenvolvimento social. Assim, o projecto do GCS consistiu na criação de centros de comunicação social nos bairros e nas aldeias comunais²⁰, implementadas sob orientação do Ministério da Agricultura. O movimento das aldeias comunais caracteriza-se por dois grandes traços: o movimento contínuo, considerado a principal estratégia de desenvolvimento rural, no qual foram mobilizados todos os camponeses para iniciarem o processo de produção colectiva; o movimento improvisado, ao longo de 10 anos, como resposta às contingências adversas, às catástrofes naturais, aos interesses políticos locais, às contrariedades da base económica socialista. Segundo Raposo, em 1979, existiam cerca de mil aldeias, sendo trinta e seis por mobilização política, cento e três nas zonas libertadas, cento e sete nas zonas atingidas por calamidades naturais, treze criadas pelos refugiados e quatrocentos e cinquenta e oito de antigos aldeamentos reorganizados (Raposo, 1988:11). As aldeias comunais tinham em média três mil habitantes, mas algumas atingiram vinte mil habitantes. O imprevisto dominou a edificação das aldeias comunais. O Estado chegou a forçar a deslocação de população, nomeadamente de Maputo, para edificar as aldeias nos pontos mais longínquos de Moçambique, como por exemplo na província do Niassa. A FRELIMO justificava o projecto, alegando a constituição de comunidades rurais com todas as infra-estruturas necessárias, sob a égide dos princípios socialistas. Os

¹⁹ Entrevista a Juarez de Maia, fundador do GCS, em 12 de Dezembro de 2003.

²⁰ Sugerimos a leitura de Adolfo Yañez Casal e de Raposo. Para Casal, o modelo do novo *habitat* rural possuía uma configuração e uma estrutura radicalmente diferentes do modelo de *habitat* disperso (Casal, 1996:121)

defensores do projecto, nomeadamente a população fundadora da aldeia comunal de “3 de Fevereiro”, na província de Gaza, reafirmaram as vantagens de concentração da população rural para a rentabilização dos poucos recursos técnicos e humanos. A constituição de cooperativas de camponeses e a política de incremento da educação e da saúde faziam parte deste projecto de desenvolvimento integrado, no qual os centros de comunicação social funcionavam como motor de mobilização.

Os centros de comunicação social eram rádios com sistemas de altifalantes. Ao nível do equipamento técnico eram utilizados um amplificador de 120 watts, um gerador de luz eléctrica, um receptor, um gira-discos, um gravador e leitor de cassetes e dois microfones. Numa torre de quinze metros eram colocados os altifalantes. Segundo Juarez de Maia e Francisco Tembe, fundadores do projecto, a escolha recaiu neste meio por ser o mais “prático, barato e de fácil manutenção”. Partindo do conhecimento de experiências de sucesso em países como a China e o Brasil, o sistema de altifalantes foi considerado o que se adaptava melhor à realidade moçambicana. Apesar de não existirem dados precisos, a população possuía um número muito reduzido de transístores, o que reforçava a adequação dos centros de comunicação comunitária.

Em 1980, a UNICEF procedeu a uma avaliação da utilização de altifalantes, por considerar que eram “muito verticais, que eram uma coisa para propagar a ideologia da FRELIMO, que fazia muito barulho, que as populações estavam a ser massacradas(...)”²¹. A UNICEF convidou Boubakar Sock, jornalista senegalês, e o GCS escolheu Armand Mattelart e Michéle Mattelart, professores da Universidade de Paris. Para Juarez de Maia, a avaliação desta equipa foi favorável à utilização de altifalantes, afirmando que “apesar do seu meio muito vertical, o serviço era compensado pela extrema participação da população nos programas”.²²

Actualmente, no ICS há duas posições em relação aos centros de comunicação social: os elementos desta instituição que participaram no projecto

²¹ Entrevista a Juarez de Maia, fundador do GCS, em 12 de Dezembro de 2003.

²² Entrevista a Juarez de Maia, fundador do GCS, em 12 de Dezembro de 2003.

dos primeiros centros continuam a apoiar a sua instalação, especialmente nos locais dos mercados das grandes cidades; os profissionais mais recentes do ICS desvalorizam o seu contributo, reforçando a sua menor valia por utilizarem uma comunicação vertical e por imporem a sua mensagem a toda a comunidade. Para Sofia Ibraimo, Directora do ICS, os CCS “apenas promoviam a comunicação vertical, através da apresentação de programas educativos implementados pelos técnicos do ICS. A participação da comunidade limitava-se à apresentação de pedidos para repetirem os programas.”²³ É de salientar que se verificou um crescimento multiplicador de transístores nas comunidades, o número de habitantes aumentou na maioria das povoações, o raio de cinco quilómetros²⁴ abrangido pelos CCS tornou-se escasso e a grelha de programação dos centros não ia de encontro as necessidades da comunidade, visto ser aplicada a mesma em todo o país.

Os fundadores do projecto entrevistados reforçavam o papel dos centros de comunicação social nas aldeias, salientando que as aldeias que beneficiaram da comunicação comunitária cresceram, proporcionalmente, mais que as outras. No entanto, pelos contactos que estabelecemos na aldeia “3 de Fevereiro” a população salientava a importância da existência do centro de saúde e dos correios nas aldeias comunais e nenhum dos entrevistados referia o centro de comunicação social. Actualmente, os espaços anteriormente ocupados pelos centro de saúde, correios e centro de comunicação social situam-se na mesma praça e todos se encontram ao abandono. Não se deve proceder a uma relação directa entre os centros de comunicação social e o desenvolvimento rural, pois neste processo verificou-se a intervenção de outros actores públicos, como o enfermeiro ou o professor.

Os primeiros centros de comunicação foram instalados nas aldeias comunais de M’ tamba, na província de Cabo Delgado, “25 de Setembro”, em Nampula e “3 de Fevereiro”, em Gaza.

²³ Entrevista a Sofia Ibraimo, Directora do ICS, em 22 de Dezembro de 2003

²⁴ A potência dos altifalantes dos CCS é um assunto pouco consensual entre os representantes do ICS. No entanto, a maioria referiu um raio de cinco Kms.

O aglomerado de M'tamba era constituído fundamentalmente por combatentes da guerra de libertação nacional e os seus habitantes encontravam-se numa situação de extrema debilidade socio-económica. O acesso à aldeia era feito por uma picada, num terreno ainda minado, devido à guerra de libertação nacional. A implementação do projecto previa a consulta às populações, através de reuniões gerais para a apresentação do projecto. O enfermeiro e o professor também participavam, com o intuito de divulgarem os programas de saúde e educação. Após a aceitação do projecto, a população construía voluntariamente a "palhota" para o estúdio e a torre para colocar os altifalantes. Ao contrário do que foi referenciado pelos representantes do Estado, a população não tinha poder deliberativo no projecto. A consulta à comunidade funcionava como uma apresentação do que iriam realizar.

A participação da população abrangia a equipa técnica. Normalmente, era seleccionado um grupo de jovens escolarizados, que frequentava uma formação básica para operar com o equipamento. A primeira dificuldade que foi sentida era a inexistência de pessoal qualificado - a formação académica mais elevada era a 7ª classe. Todas as opiniões recolhidas juntos dos fundadores dos vários projectos de comunicação comunitária foram unânimes em afirmar que a aprendizagem técnica requeria mais tempo que a assimilação das regras essenciais de programação. Contudo, constatámos que os membros da comunidade que participavam nas emissões eram dirigidos por funcionários do Estado.

Os horários de emissão eram das cinco às sete horas da manhã e das dezassete às dezanove horas. A primeira hora da programação da manhã era de carácter educativo, sobre cuidados primários de saúde ou organização do trabalho. Todos os dias o agente polivalente de saúde apresentava um tema, como a importância do banho, outros cuidados sanitários, doenças como a sarna ou a bilharziose. Os conselhos relativos às campanhas de vacinação e à divulgação dos cuidados primários de saúde eram atendidos pela população. Juarez de Maia referiu o exemplo da diminuição da sarna através da promoção

do banho de uma esponja de folhas, a *buxa*, em substituição do sabão que naquela época escasseava, especialmente nas zonas rurais e o exemplo da divulgação da utilização da *mulala* para escovar os dentes. Os CCS promoviam a utilização de produtos tradicionais e a criatividade individual para colmatar a escassez de bens. A população utilizava os centros para reclamar um roubo ou falar de uma atitude incorrecta de um vizinho. A divulgação de técnicas agrárias mais eficazes era uma preocupação. Como exemplo, Francisco Tembe, apresentou as vantagens da utilização do cabo comprido da enxada, visto o agricultor não necessitar de se curvar tanto, nem fazer tanto esforço.²⁵

A dominação ideológica do governo é comprovada pelos programas da responsabilidade do Partido FRELIMO e pela Organização da Mulher Moçambicana, entre outros. Às seis horas a rádio entrava em cadeia nacional com a Rádio Moçambique para a retransmissão do serviço noticioso. A programação da tarde era especialmente dedicada à música do país ou da própria aldeia, transmitida ao vivo, à retransmissão de programas da RM e ao tratamento de temas ligados à organização interna da aldeia - como o lixo ou o banho no rio. A emissão terminava com a apresentação de um conto tradicional, uma história da guerra de libertação, ou uma conversa sobre tradições, entre outras. Para os fundadores do projecto, a retransmissão dos noticiários da RM possibilitava o acesso à informação em zonas isoladas.

A coordenação da programação era efectuada de acordo com uma grelha padrão fornecida pelo GCS, com escassas adaptações à realidade local. Os líderes da aldeia intervinham na elaboração da programação, mas, em caso de excessivo controlo por parte das entidades locais, os representantes do GCS interferiam para que os objectivos do centro fossem cumpridos. No entanto, as autoridades locais detinham dez minutos diários para falarem à comunidade.

As línguas utilizadas eram seleccionadas de acordo com as preferências manifestadas pela população. No início, uma parte da programação era proferida em português, especialmente os noticiários. Mais tarde, todos os

²⁵ Entrevista a Francisco Tembe, delegado provincial do ICS, em 31 de Dezembro de 2003.

programas eram emitidos numa língua autóctone, com a excepção da retransmissão dos programas da RM.

O GCS colaborava com outras instituições estatais que exerciam acção nas comunidades locais, como os Ministérios da Educação, Agricultura e Obras Públicas, bem como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Rádio Moçambique (RM) e Instituto Nacional de Cinema (INC), entre outros. Com a RM a colaboração era permanente. Alguns dos espaços da programação dos CCS eram preenchidos pela retransmissão em cadeia nacional dos noticiários, dos relatos desportivos e dos discursos do chefe de Estado. Para Juarez de Maia, a retransmissão dos programas da RM era um serviço de utilidade pública, pois na época a maioria da população não possuía transístor²⁶. Consideramos que os centros possibilitavam a divulgação dos princípios orientadores do desenvolvimento, sendo também, contudo, transmissores dos ideais da FRELIMO, nomeadamente através da retransmissão dos discursos de Samora Machel.

A colaboração com o INC surgiu com a instalação de unidades móveis do GCS. Os técnicos do INC tinham uma vasta experiência no cinema móvel. A unidade móvel do GCS era uma viatura equipada com projectores de cinema, audiovisuais e dois altifalantes.²⁷ Nas aldeias sem CCS, entre as cinco e sete horas da manhã, transmitiam-se programas com recurso aos altifalantes. À noite, a população reunia-se debaixo de uma mangueira para ouvir um técnico de saúde e um mobilizador. No final do programa, projectava-se um filme alusivo à campanha que o Estado estava a desenvolver no momento, o que valida as críticas de propaganda governativa de alguns independentes. O INC fornecia também filmes de 16 mm a serem projectados nos CCS. Nomes como o Tarzan e Kung Fu chegaram, assim, ao interior do país. A receita da bilheteira

²⁶ Entrevista a Juarez de Maia, fundador do GCS, em 12 de Dezembro de 2003

²⁷ O programa de desenvolvimento rural do GCS impulsionou a instituição de um projecto fotográfico, através da formação de cinco fotógrafos, com o intuito de constituir um banco de imagens. Foram realizadas dezenas de exposições nas aldeias do país e algumas imagens foram utilizadas para ilustrar os manuais escolares.

era utilizada para a compra de gasolina do gerador²⁸, para a manutenção dos equipamentos e para os salários dos técnicos. Inicialmente, o projecto não previa a criação de condições de sustentabilidade. O recurso à projecção de filmes decorreu da escassez de recursos financeiros. Os fundadores do projecto assumiram a execução de um projecto pouco consistente como a única forma viável de concretização, face à falta de recursos financeiros e humanos.

Os CCS pretendiam inverter a pirâmide informativa. Através dos correspondentes locais, o ocorrido no meio rural chegava à cidade: notícias de feiticeiros, os problemas locais, uma criança que caiu ao poço, conflitos pela posse de terras e casamentos tradicionais, entre outros. Os jornais nacionais *Notícias*, *Domingo* e, hoje, o *Savana* divulgavam e divulgam essas informações.

Em 1987, segundo Juarez de Maia, encontravam-se em funcionamento noventa e três centros de comunicação social, mas, para Francisco Tembe, o total era apenas de quarenta e nove. Foram instalados pelo Ministério da Informação sob financiamento da UNICEF: o primeiro garantia a construção das infra-estruturas e os salários dos funcionários e o segundo suportava a compra e importação do equipamento. Segundo Juarez de Maia, em dez anos foram investidos cerca de 2 milhões e 465 mil dólares para equipamentos, sua manutenção e formação de pessoal. O quantitativo despendido para a montagem de cada centro foi cerca de 5 mil dólares, o que perfaz a soma de 465mil dólares, para os noventa e três centros. No entanto, para manutenção também foram gastos cerca de 500 mil dólares e o maior quantitativo – cerca de um milhão e quinhentos mil dólares – foi destinado à formação de técnicos. Algumas ONG's, como a Crocevia Italiana e a Hivos da Holanda, enviavam técnicos estrangeiros, no âmbito de parcerias estabelecidas com o GCS.²⁹

A guerra contribuiu fortemente para a destruição da quase totalidade dos centros, inviabilizando a sua continuidade. Quando as aldeias eram ocupadas

²⁸ Na época, a instalação de electricidade não abrangia grande parte da área rural. Os CCS eram alimentados a geradores.

²⁹ Não nos foi possível confrontar estes valores com os solicitados ao ICS e ao Gabinete da Informação, visto estas duas instituições terem “adiado” sempre a sua cedência.

pela RENAMO, os Centros de Comunicação Social eram uns dos primeiros locais a serem destruídos. Os CCS eram considerados os porta-vozes dos órgãos governativos, tanto pelos opositores como pelos académicos independentes. Em contrapartida, Juarez de Maia afirma que “é preciso ter em conta que nos primeiros anos da independência não existia uma “sociedade civil” empreendedora. A organização da sociedade foi orientada pelo governo da FRELIMO, todas as acções tinham que ter a autorização do governo, especialmente um trabalho na área da comunicação social. O governo não exercia pressão e não fazia interferência na coordenação do projecto. Os CCS eram meios ao serviço das comunidades. Não havia controle do governo, pois até as catequistas faziam aí as pregações e rezas.”³⁰ O impacto dos CCS nas populações rurais foi significativo, pois detinham a exclusividade da informação. Contudo, não consideramos pertinente a valorização da participação da comunidade, tendo presente a acção controladora dos órgãos de comunicação por um governo monopartidário. Como afirmaram os próprios defensores do projecto, por vezes, verificaram-se episódios de violência e/ou prisão por parte dos governantes locais contra os locutores mais rebeldes. Admitimos que a opção pelo projecto de CCS com altifalantes é justificável com a falta de transístores e com as dificuldades financeiras para comprar as pilhas. No entanto, não se verificava uma constante participação da comunidade na gestão e programação da rádio. Os elementos da comunidade que trabalhavam nos CCS tinham de seguir as directrizes do GCS.

Quando terminou a guerra, o projecto foi substituído pela instalação de rádios comunitárias com ondas hertzianas. Apesar do aumento significativo do número de transístores, para os fundadores mais fundamentalistas dos CCS, os altifalantes são actualmente aceites pelas comunidades rurais e suburbanas. A Directora do ICS confirmou que existem alguns pedidos de reinstalação dos CCS, mas sempre rodeados de alguma polémica referente à perturbação causada pelos altifalantes. Assim, considerou que os CCS deverão ser instalados nos grandes mercados como *Xiquilene* e o *Xipamanini*, locais privilegiados de transmissão de mensagens sobre cuidados primários de saúde

³⁰ Entrevista a Juarez de Maia, fundador do GCS, em 12 de Dezembro de 2003

e higiene. Presentemente, a promoção da comunicação para o desenvolvimento passa pelas rádios comunitárias instaladas essencialmente no meio rural.

No estudo dos CCS, mais do que qualquer outra temática, o investigador teve que confrontar o carácter ideológico das informações recolhidas junto dos participantes no projecto e de outros entrevistados, com os escassos dados quantitativos existentes na altura e a precária implementação do projecto, devido ao eclodir da guerra civil. Pretendemos apenas estabelecer uma abordagem de carácter descritivo para contextualizar os primórdios da comunicação comunitária em Moçambique.

2.2.2. As Rádios Comunitárias (1995/2004)

Em Moçambique, apenas uma minoria da população tem acesso à informação. Esse grupo restrito é constituído fundamentalmente pelas comunidades urbanas que falam português.³¹

A Constituição da República de 1990, no artigo 74, defende que “todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação.”³² Na década de 90, iniciou-se a construção de um Estado democrático, que prevê a liberdade de expressão e imprensa, o que impulsionou o surgimento da imprensa livre. Em 1991, com a aprovação da lei da Imprensa Moçambicana (Lei 18/91, de 10 de Agosto)³³, surgiu um quadro pluralista de comunicação, com novas iniciativas de comunicação comunitária escrita e radiofónica, pretendendo responder às lacunas deixadas pela televisão

³¹ Cerca de 36% da população fala português.

³² Constituição da República de Moçambique de 1990, artigo 74

³³ A lei da Imprensa rompeu com a política da comunicação de um Estado monopartidário.

e radiodifusão públicas e os jornais de grande tiragem, por não conseguirem cobrir todas as regiões do país.

Em 1992, com o fim da guerra civil, a implantação do sistema democrático e o advento da economia de mercado, assistiu-se à aprovação da Lei da Imprensa, que regula a intervenção do sector privado nas actividades da comunidade. No entanto, o acesso à informação e à comunicação estava praticamente restringido às populações urbanas, através da RM. Tendo em conta que 70% da população moçambicana vive nas zonas rurais, o governo moçambicano implementa medidas para melhorar o acesso das comunidades rurais aos meios de comunicação social, promove a comunicação para o desenvolvimento através de jornais e rádios comunitárias³⁴ e dá capacitação técnico-profissional aos quadros da comunicação social dos sectores públicos e comunitários (Boletim de República, I Série, nº 7, Resolução nº3/97, 25 de Fevereiro).

As primeiras rádios comunitárias surgiram na segunda metade da década de 90, sob a tutela do Instituto de Comunicação Social, da Igreja Católica e de algumas associações com projectos financiados por doadores internacionais.

O documento redigido aquando do *workshop* "Estratégia para o Desenvolvimento das Rádios Comunitárias em Moçambique" designa por Rádio Comunitária "um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o desenvolvimento de uma maneira progressiva, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação da comunidade." (ICS, 1999:5) A relevância dada ao papel da comunidade está presente nos discursos e documentos impulsionadores de todos os projectos das rádios comunitárias. A premência da transmissão à população dos princípios democráticos e das linhas orientadoras do desenvolvimento sustentável personifica-se exemplarmente na

³⁴ Em África, a génese das rádios comunitárias é relativamente recente. No ano de 1985, existiam cerca de dez estações de rádio independentes em todo o continente. Devido às profundas mudanças socio-políticas, passados cerca de 20 anos (2004), estavam registadas dezenas de rádios independentes, entre as quais se encontravam as rádios comunitárias.

criação da rádio comunitária, que está na comunidade, serve a comunidade e é da comunidade. (ICS, 1999:5)

A origem das rádios comunitárias é diversa, quer no formato organizacional, quer no regime de propriedade. Segundo o *Directório das Rádios Comunitárias em Moçambique*, o grupo mais numeroso de rádios, dezanove, está sob a alçada do ICS, havendo para além deste grupo, dezasseis rádios geridas por associações constituídas nas próprias comunidades, oito rádios de orientação comunitária pertencentes à Igreja Católica e uma estação gerida por um Conselho Municipal (UNESCO, 2004:5)³⁵

O conceito de propriedade comunitária não está previsto na legislação moçambicana, não existindo nenhuma legislação específica para os meios de comunicação de carácter comunitário. A legislação moçambicana não privilegia o desenvolvimento das rádios comunitárias pela inexistência de redução de impostos e de benefícios fiscais e pela morosidade no processo de legalização das rádios da responsabilidade do Instituto Nacional da Comunicações de Moçambique (INCM) e do Gabinete do Primeiro Ministro. O INCM coordena e supervisiona o uso de comunicações para o serviço público, e gere também a distribuição das frequências. A legalização das rádios comunitárias varia consoante a sua natureza, ou seja, as rádios do ICS têm um mandato concedido através do Gabinete do Primeiro Ministro, as estações comunitárias da Igreja Católica enquadram-se na legislação dos órgãos de comunicação privados e as rádios com gestão comunitária legitimam-se na legislação para as associações, salvaguardadas pela lei que autoriza a posse e operacionalização de meios de comunicação comunitários.

O movimento das rádios comunitárias é considerado ímpar em Moçambique. No ano de 1995, surgiu em Xai-Xai, na província de Gaza, a primeira rádio de carácter comunitário, alargando-se para oito em 1998. Em 2001, no *Workshop* sobre coordenação e sustentabilidade das rádios

³⁵ Neste capítulo, aquando da análise detalhada das rádios comunitárias, iremos analisar a atribuição do estatuto de comunitárias, às rádios do ICS e da Igreja Católica.

comunitárias estiveram representadas trinta comunidades. Em 2004, estão registadas quarenta e duas estações. Este movimento alargou-se aos telecentros comunitários e aos recentes centros multimédia comunitários, que não fazem parte do nosso estudo.³⁶

De acordo com as informações recolhidas, apresentadas numa grelha em anexo³⁷, 52,5% das rádios comunitárias situam-se no Norte do país, distribuindo-se as restantes de forma uniforme pelas restantes zonas. O ICS coordena 47,5% das rádios, seguido da Igreja Católica e da UNESCO com 20% e 17% respectivamente. O ICS foi o pioneiro, ao contrário da IBIS que se encontra na fase de arranque do programa, com 10% das rádios comunitárias. Ao nível da língua, as rádios transmitem normalmente numa ou duas línguas autóctones e, em horário mais reduzido, em Português. Apenas a Rádio da Escola Feminina de Nacala da Igreja Católica transmite somente em Português. Ao nível do pessoal que trabalha/colabora nas rádios existem em média quatro homens e uma mulher assalariados. As rádios do ICS têm menos assalariados que as das restantes “famílias”, devido à falta de investimento por parte do Estado. Em todas as rádios, o número de voluntários é mais elevado, com a média de dezoito homens e sete mulheres. Todas as instituições têm sentido dificuldades na motivação das mulheres, o que se deve especialmente aos valores culturais que se opõem à participação da mulher na acção pública e à sua falta de escolaridade. Os participantes da rádio são os mais escolarizados da comunidade e têm normalmente outra ocupação, sendo nomeadamente professores, estudantes, funcionários públicos e enfermeiros. As rádios da IBIS, UNESCO e Igreja Católica têm uma situação financeira mais estável por ainda usufruírem do financiamento dos doadores. De destacar que nenhuma comunidade conseguiu condições de sustentabilidade para a rádio. As rádios do ICS sobrevivem apenas com o dinheiro das receitas, que se limita à venda de

³⁶ Em Dezembro de 2003, na Cimeira Mundial da Sociedade da Informação foi aprovada a instalação de centros multimédia através do financiamento do Projecto UNESCO e da Agência para o Desenvolvimento e Cooperação da Suíça.

³⁷ Ver quadro 1 do anexo II.

dedicatórias e anúncios. Todas as rádios emitem programas educativos sobre saúde e agricultura, mas apenas 22,5% das rádios apresentam teatro radiofónico, género privilegiado para transmitir mensagens educativas, para motivar as mulheres a participarem na rádio e para responder ao gosto dos ouvintes. Com a excepção de uma rádio do ICS e de duas da Igreja Católica de gestão centralizada, todas as restantes assumiram uma gestão comunitária. No entanto, muitas vezes a gestão tem o rótulo de comunitária, mas restringe-se à escolha de dois ou três nomes para a constituição de um comité de gestão, sendo o coordenador quem gere a rádio. Identificamos com esta situação, as rádios do ICS e da Igreja Católica.

Para os técnicos do projecto da UNESCO, “o movimento das rádios comunitárias é hoje, provavelmente, o mais poderoso movimento da “sociedade civil” em Moçambique” (UNESCO, 2004:5). O movimento das rádios comunitárias em Moçambique decorre de diversos processos de formação. Privilegiamos a componente associativa das rádios instaladas pela UNESCO e IBIS, visto considerarmos imprescindível a natureza associativa na constituição de uma rádio com o atributo de comunitária. Contudo, não recorremos a nenhuma tipologia das associações devido ao seu carácter restritivo, isto é, pela possibilidade de restringir a análise a tipologias distanciadas do objecto em estudo. Pretendemos incluir a natureza particular das rádios comunitárias em Moçambique, tendo sempre presente a sua originalidade, mas associando-as a formas operativas identificadas com o Terceiro Sector.³⁸

³⁸ Cf. Salomon and Anheier: 1992; Archambault:1996

Rádios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

O programa “Fortalecimento da democracia e boa governação através dos Media” da UNESCO em Moçambique pretende reforçar a transparência e a participação das comunidades e combater a corrupção. Para tal, apoia com recursos materiais os jornais independentes, incentiva a descentralização do serviço público da rádio (RM) com onze delegações regionais, reforça a formação de jornalistas, especialmente da mulher jornalista, através da concessão de bolsas de estudo e viabiliza a instalação de rádios comunitárias.

Em 1995, em resposta ao Acordo de Paz de 1992, o projecto é assinado pelas partes intervenientes, ou seja, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como financiador, e o governo moçambicano, como beneficiário. Os fundos advêm de doadores bilaterais de Moçambique: Portugal, Irlanda, Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia. No ano de 1999, após o período de instalação, inicia-se o trabalho no terreno. Segundo o Coordenador Nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media UNESCO/PNUD, o Projecto MEDIA é o mais dispendioso que a UNESCO tem no terreno: nos últimos cinco anos, para as áreas da informação e educação foram doados cerca de onze milhões de dólares.³⁹

A escolha de um projecto de comunicação nas comunidades rurais advêm de que 70% da população moçambicana vive na área rural e de que 54% não beneficiou de instrução. Para Tomás Vieira Mário, o jornal não é solução para o meio rural moçambicano, tendo em conta o analfabetismo, a falta de recursos para comprar jornal, a precária distribuição de jornais e o

³⁹ Entrevista a Tomás Vieira Mário, Coordenador Nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO, em 22 de Fevereiro de 2004

elevado custo do papel, que ronda o preço do petróleo. Apenas 1% da população lê jornais. A solução para as comunidades comunicarem é a rádio.

O projecto das rádios comunitárias pretende contribuir para o processo de democratização através da comunicação. Para tal, é necessária a existência de três pressupostos: o sentido de pertença da rádio à comunidade; a procura de formas de sustentabilidade pela comunidade; a formação contínua dos intervenientes no projecto. A comunidade tem que sentir a rádio como sua propriedade – para esta reflectir os interesses e necessidades da comunidade –, bem como salvaguardar a sua manutenção. A formação de voluntários deverá privilegiar os jovens, por serem mais dinâmicos e mais entusiastas das técnicas colocadas ao seu dispor. No entanto, este é o grupo de maior mobilidade devido à prossecução de estudos fora da sua comunidade e à procura de postos de trabalho.

Em Maio de 2000, decorreu a instalação da primeira rádio comunitária, mas o projecto começou com o trabalho de mobilização e informação na comunidade. Normalmente, durante um mês, uma equipa permanece no terreno para contactar com líderes locais e entidades públicas, informar a população das vantagens da instalação de uma rádio comunitária, constatar as necessidades e interesses da comunidade e apoiar a criação de uma associação cívica que irá coordenar a instalação e funcionamento da rádio comunitária. Segundo Tomás Vieira Mário, a primeira reacção da população é a de se mostrarem capazes, surgindo muitos interessados.⁴⁰ De referir que na comunidade normalmente não existem pessoas com capacidades para elaborarem os documentos necessários para a instalação da rádio. Só após a eleição dos corpos sociais da associação e da sua legalização, a UNESCO inicia o processo de instalação da rádio e de formação do pessoal.

O processo de legalização de uma associação local é muito moroso. É exigida uma autorização do governador da província – que, em alguns casos,

⁴⁰ Entrevista a Tomás Vieira Mário, Coordenador Nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO, em 22 de Fevereiro de 2004

demora cinco meses –, como também o registo criminal dos membros constituintes da associação. Em algumas zonas é necessário um dia para chegar à capital de província, local onde se podem requerer os documentos referidos.

O processo não termina com a legalização da associação, pois é necessário solicitar o alvará da rádio. Para tal, tem de se redigir o estatuto editorial da rádio, de acordo com a lei de imprensa, para ser aprovado pelo Gabinete de Informação. De seguida, procede-se ao estudo das radiações da zona em que se vai instalar a rádio. Após a realização destas duas etapas, o Conselho de Ministro atribui o alvará. Para Tomás Vieira Mário, é urgente a aprovação de uma lei específica para as rádios comunitárias, que permita reduzir a burocracia e o tempo de aprovação do projecto, uma vez que actualmente é necessário cerca de um ano para tal aprovação, o que em muito contribui para o descrédito e a desmotivação das comunidades participantes.

A implantação das rádios do Projecto ocorreu em duas fases: a “Onda Um” com três rádios comunitárias e a “Onda Dois”, inicialmente com oito rádios comunitárias, mas reduzida a sete com a retirada da Rádio da Liga dos Escuteiros de Moçambique, a Rádio Escuta⁴¹. No entanto, o Projecto mantém o objectivo de criação de oito rádios, visto encontrar-se em fase de instalação a Rádio Comunitária de Macequece em Vila Manica, na Província de Manica, utilizando o equipamento da Rádio Escuta. Na primeira fase, procedeu-se à criação de associações cívicas que gerissem as rádios comunitárias; na segunda etapa, e face à morosidade do processo de criação de associações cívicas, abriu-se um concurso para apoio à instalação de emissores e estúdios, para associações já existentes.

⁴¹ Segundo o Coordenador Nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO, esta rádio foi desmantelada devido ao facto de não cumprir os princípios democráticos iminentes ao projecto, visto ter seguido as directrizes rígidas da Liga de Escuteiros e não ter possibilitado a participação da população local (Entrevista a Tomás Viera Mário, no dia 22 de Fevereiro de 2004).

Os critérios para a escolha da localização das rádios comunitárias tiveram em conta a valorização das comunidades menos abrangidas por emissores que privilegiem as temáticas comunitárias. Com a excepção das rádios Voz Coop da União Geral das Cooperativas de Maputo e Gesom do Grupo Social de Chimoio, as rádios comunitárias do Projecto estão instaladas em comunidades rurais isoladas. De salientar que a Gesom, em Chimoio, pertence a uma associação que trabalhava na área de educação ambiental com recurso a altifalantes. Com a criação da rádio comunitária, a temática ambiental permaneceu e verificou-se o alargamento às questões de saúde pública, com o apoio da OMS. A Voz Coop está situada num bairro periférico de Maputo, embora numa comunidade eminentemente agrícola.

O espaço da rádio torna-se um centro comunitário, constituído pelo edifício dos estúdios e serviços administrativos, tendo também duas “palhotas” tradicionais para a realização de assembleias do povo, encontros de ouvintes e conversas informais, entre outros.

O grupo da rádio abrange programadores, produtores, técnicos e gestores de cinco elementos permanentes assalariados e de todos os voluntários, em média entre quarenta e a quarenta e cinco indivíduos. As profissões mais relevantes entre os voluntários são estudantes, professores do ensino básico, enfermeiros e funcionários públicos.

O grupo de trabalho das rádios organiza-se por grupos editoriais, tendo em conta as características da comunidade, onde vão recolher informações para a elaboração dos programas. Os princípios da comunicação para o desenvolvimento estão presentes na programação, na qual se destaca a divulgação de normas de higiene e saúde ou as técnicas mais eficazes de aproveitamento da terra.

Em 2004, partindo das necessidades dos intervenientes, foram elaborados manuais nas áreas da saúde, agricultura, educação ambiental, cultura e desporto, com uma componente técnica e uma componente ética. Aquando das eleições, o Projecto dos Media fornece formação referente à

importância do papel das rádios comunitárias no processo eleitoral, especialmente no recenseamento.

O Projecto valoriza a utilização de línguas locais. Para Tomás Vieira Mário, o encorajamento da utilização das línguas locais prende-se com o facto da maioria dos locutores e ouvintes terem dificuldades ao nível da língua portuguesa.⁴²

A heterogeneidade da programação das rádios do Projecto Media verifica-se no tempo de emissão diária. Existem rádios com 15 horas de emissão diária e com 10 horas e 30 minutos. O modelo defendido é de 10 horas, vistas as rádios não terem mais capacidade de produção de emissão e para não se limitarem à transmissão de música. Restringiu-se a retransmissão da RM ao “Jornal Nacional” das 6 horas e das 19 horas e 30 minutos.

A avaliação do projecto é contínua. No final de cada ano, todas as rádios fazem um estudo de audiências a ter em conta na elaboração da nova grelha. O Projecto Media faculta o apoio técnico de uma socióloga durante o estudo de audiências e nos estudos do impacto das rádios nas comunidades.

O orçamento mensal de cada rádio ronda os mil dólares que cobre as despesas do pagamento de cinco contratados, o material de desgaste, a manutenção técnica e a reserva para alguma emergência. A obtenção de receitas pelas associações das rádios comunitárias não é equilibrada, revelando-se mais eficaz nas comunidades urbanas ou semi-urbanas, devido ao apoio do tecido empresarial e dos privados.

Com o objectivo de promover a sustentabilidade das rádios, o Projecto tem implementado formação para a aquisição de parcerias, bem como diminuído paulatinamente o apoio financeiro para cerca de 25% por ano. Neste momento, as rádios que conseguiram mais recursos já suportam cerca de 70% dos gastos. As parcerias variam de acordo com a localização, mas existem alguns parceiros que actuam em todas as rádios, como a OMS – que realiza

⁴² Entrevista a Tomás Vieira Mário, Coordenador Nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO, a 22 de Fevereiro de 2004.

campanhas de combate à cólera em troca do pagamento das despesas da electricidade e de emissão do tempo do programa – e o Conselho Nacional de Combate ao SIDA.

A sustentabilidade das rádios comunitárias passa pela alteração da lei ao criar um estatuto beneficiado para estas rádios, pela isenção de taxas alfandegárias, pela criação de uma taxa mais reduzida do preço da electricidade e por benefícios fiscais.

O projecto deverá terminar em 2006.⁴³ Todavia, já houve alterações ao projecto inicial, que estipulou o término do financiamento das rádios comunitárias em Julho de 2004. Este retrocesso verificou-se devido às dificuldades de sustentabilidade.

Rádios das Organizações não Governamentais

Neste item iremos apenas analisar as rádios comunitárias coordenadas pela IBIS, visto ser a única ONG com um projecto consistente em Moçambique nesta área. A IBIS – educação para o desenvolvimento – é uma ONG dinamarquesa que tem projectos em Moçambique desde a independência. Inicialmente, trabalhou na reconstrução de infra-estruturas destruídas pela guerra civil; numa segunda fase, as preocupações abrangem a educação e a informação, a prevenção da SIDA, o processo de democratização e a instalação de rádios comunitárias. Moçambique é o único país africano que beneficiou da instalação de rádios comunitárias a par de projectos semelhantes realizados na América Latina.

⁴³ De 2004/2006 decorrerá a fase III, com o tema “Parcerias, gestão e administração”, dando especial acompanhamento à criação de condições de sustentabilidade das rádios.

No ano de 2000, seguindo a sua política de desenvolver projectos com parceiros locais, a IBIS envolveu-se no projecto das rádios comunitárias, através do financiamento da instalação da Rádio Comunitária de Alto Molócue, na província da Zambézia, coordenada pelo ICS. Os fundos foram provenientes de uma campanha promovida na Televisão Dinamarquesa. Quando a ONG dinamarquesa começou a trabalhar em Moçambique, a “sociedade civil” era inexistente, sendo o Estado o único parceiro. A situação só sofreu modificações com o final da guerra civil e com o fim do Estado monopartidário socialista.

Para além de instalar a rádio, a IBIS coordena o projecto “Rádio Infantil”, com o intuito de edificar um espaço para as crianças. O projecto tem instalações próprias, nomeadamente a biblioteca e a sala para as aulas de Inglês. Semanalmente, cerca de quatrocentas crianças beneficiam destas iniciativas, sendo também formadas para realizarem os programas diários da Rádio Infantil, que abrangem o contar histórias tradicionais, os concursos, as reportagens e o programa ao vivo.

A parceria estabelecida com o ICS apenas envolvia a instalação da rádio e a formação de técnicos. A coordenação da rádio e o pagamento dos vencimentos dos funcionários era da responsabilidade do Estado Moçambicano. No entanto, tornou-se prática corrente o Estado Moçambicano não cumprir com os seus compromissos, especialmente o pagamento dos vencimentos, verificando-se uma pressão da comunidade para que os representantes da IBIS solucionassem os problemas. Ao contrário de outras rádios comunitárias do ICS, quando se verifica uma avaria no emissor, esta é imediatamente reparada e os funcionários da rádio recebem o vencimento, mesmo que o Estado não o efectue, através de verbas canalizadas do projecto Rádio Infantil da IBIS.⁴⁴ Para o Director Nacional da IBIS, é fundamental cimentar a responsabilização das

⁴⁴ Apesar de algumas opiniões públicas de académicos para a mudança de atitude, ainda é notória a falta de iniciativa e emancipação das comunidades, esperando que as entidades internacionais presentes no terreno resolvam os problemas.

comunidades e do Estado Moçambicano e tornar sustentáveis os projectos implementados, permitindo a retirada do apoio dos doadores internacionais.⁴⁵

Com o decorrer do projecto da Rádio do Alto Molócué, os representantes da IBIS não se identificavam com as linhas orientadoras implementadas pelo ICS. Para os responsáveis da ONG dinamarquesa, as rádios comunitárias têm que ser geridas por uma associação, sem intervenção do Estado ou do município. O Estado tem a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique, alguns municípios têm rádios ou televisões. No entanto, a rádio comunitária tem que se assumir como uma contraposição ao poder. Em democracia, o Estado não pode deter o monopólio dos órgãos de comunicação. A rádio comunitária personifica as necessidades da comunidade.⁴⁶ A promoção da democracia participativa é uma das principais linhas orientadoras da IBIS. De realçar que a defesa de rádios comunitárias independentes pretende também estabelecer uma legislação que possibilite o apoio estatal, através de um subsídio anual atribuído às rádios comunitárias.

Até Dezembro de 2004, a IBIS pretende desligar-se do projecto “Rádio Criança”, através da sua substituição por uma associação local, que foi constituída com o seu apoio. O ICS irá estabelecer um contrato com a associação formada, numa comunhão entre a “sociedade civil” e o Estado, em que a IBIS continua como financiador das despesas, vencimentos e material de desgaste por mais um ano.

A dependência do Estado e a nula participação da “sociedade civil” nas rádios comunitárias do ICS provocou a separação entre a IBIS e o Estado. De realçar, que o acordo estabelecido entre a IBIS e o ICS para a criação da Rádio Comunitária do Alto Molócué (Zambézia) previa a entrega da gestão da rádio à “sociedade civil”. A política de independência das rádios comunitárias continua a ser afirmada pelos representantes nacionais e provinciais do ICS. Porém, ao analisar a situação no terreno verificamos que as rádios de ICS são

⁴⁵ Entrevista a Arne Mortensen, Director Nacional da IBIS, em 15 de Junho de 2004.

⁴⁶ Entrevista a Arne Mortensen, Director Nacional da IBIS, em 15 de Junho de 2004.

consideradas pela população do Estado, devido à posição controladora exercida pelos delegados provinciais.

Com o desenvolvimento das lógicas da globalização, tornou-se inevitável em Moçambique a implementação de projectos geridos pelas entidades supranacionais, como o BM ou por ONG's do Norte, tarefa facilitada devido à consolidação da democracia e à necessidade de fortalecer o apoio dos doadores do Norte. Neste contexto, tornou-se possível a criação dos programas de rádios comunitárias da UNESCO e da IBIS. No ano de 2003, a IBIS iniciou a planificação do programa de instalação de quatro rádios comunitárias na província do Niassa. A pedido do governo moçambicano, a IBIS encontra-se a trabalhar, desde a chegada a Moçambique, na província do Niassa, zona mais inacessível e com mais carências. Os representantes do ICS revelaram desacordo em relação à localização das rádios comunitária da IBIS na província do Niassa, alegando que a província beneficiada já possui três rádios comunitárias e que as províncias do Sul têm poucas rádios comunitárias. No entanto, a justificação dada para a escolha do local de instalação das rádios do ICS incluía as regiões sem acesso à Rádio Moçambique, especialmente a zona Norte em detrimento do Sul do país.

O processo de instalação da rádio passa pela constituição de uma associação que irá gerir e coordenar a rádio. O modelo adoptado segue os mesmos princípios das rádios comunitárias da UNESCO de desenvolvimento participativo e de responsabilização democrática da comunidade. A morosidade da legalização de uma associação, aliada às dificuldades de acesso às regiões escolhidas, contribui para que o processo de instalação da rádio demore cerca de um ano. A IBIS procede à assessoria da criação da associação e da manutenção da rádio, bem como à instalação da rádio. O protagonismo é inteiramente depositado na associação, a ONG apoia técnica e financeiramente, mas sempre através da associação, e não intervindo na coordenação da rádio. O programa tem a duração de cinco anos. Ao nível do apoio financeiro, irá ser

estabelecido um sistema de redução do apoio de 20% por ano à associação, com o intuito de promover a responsabilização da comunidade.

Para o Director Nacional da IBIS, o Estado moçambicano não pode pretender ter o exclusivo do desenvolvimento do país. Se seguir esse caminho, a pobreza nunca será erradicada do país. A “sociedade civil” tem responsabilidade no desenvolvimento. O Estado moçambicano está contra esta postura. Apesar de apregoar a “sociedade civil”, a sua actuação mostra o contrário. Embora a “sociedade civil” se encontre numa fase embrionária, o aumento é significativo desde o fim da guerra civil.⁴⁷

Rádios do Instituto de Comunicação Social

O Instituto de Comunicação Social (ICS) surgiu do anterior Gabinete de Comunicação Social e actua em parceria com os Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente para divulgar novas técnicas agrícolas e promover os cuidados primários de saúde. Actualmente, o ICS orienta dezanove rádios comunitárias – das quais dez detêm o sinal de transmissão da Televisão de Moçambique – e unidades móveis de carácter temporário, publica o jornal *O Campo* e produz o programa *Canal 0* na Televisão de Moçambique.

O projecto das rádios comunitárias é financiado pelo Plano Estratégico de Redução da Pobreza Absoluta em Moçambique (PARPA)⁴⁸, defensor do princípio de que a informação/comunicação contribui de forma fulcral para

⁴⁷ Entrevista a Arne Mortensen, Director Nacional da IBIS, em 15 de Junho de 2004.

⁴⁸ Em 1997, a incidência da pobreza absoluta era de 70%. No prazo de uma década, o Estado Moçambicano pretende reduzir a incidência da pobreza absoluta para 30%. Para alguns analistas, esta meta é considerada inatingível.

reduzir a pobreza. No entanto, a instalação das rádios foi comparticipada por vários parceiros, como a IBIS, a Opera Society, a Fundação Ford, a Helvetas, o Fundo das Nações Unidas para o Apoio à População (FUNUAP) e a UNESCO.

Na instalação de uma rádio, a escolha da população beneficiária depende da densidade populacional, bem como do elevado índice de problemas de saúde e de educação, entre outros, e da escassez de informação no local. As rádios comunitárias do ICS situam-se preferencialmente na zona Norte do país, visto que no Sul facilmente sintonizam a Rádio Moçambique (RM).

O envolvimento da comunidade na instalação da rádio comunitária é escasso, restringindo-se à melhoria das instalações, o que contribui para a formulação da ideia de que a rádio é do ICS. Para a assessora do projecto “Rádio Infantil” da IBIS, que trabalha em parceria com o ICS na Rádio de Alto Molócue, “nas rádios comunitárias do ICS não existe uma integração na comunidade antes e depois da instalação da rádio. Primeiro, chega o equipamento e, posteriormente, é que se iniciam os contactos com a comunidade. Como não se inclui a comunidade desde o início do processo, não se desenvolve nesta o sentimento de pertença. A população de Alto Molócue atribui a pertença da rádio ao governo. Não sente que tem responsabilidade sobre a rádio.”⁴⁹

A primeira rádio comunitária com ondas hertzianas foi instalada em Xai - Xai, no ano de 1995. A RM procedeu à instalação e manutenção do equipamento e o ICS responsabilizou-se pela programação diária. O emissor já tinha sido utilizado por uma rádio comercial. No entanto, a maioria das rádios do ICS só iniciou a emissão três a cinco anos mais tarde. O ICS instalou as rádios conforme obtinha o apoio solicitado individualmente para a instalação de uma rádio específica.⁵⁰ Não se verificou a concretização de um programa integrado e coordenado para todas as rádios da instituição.

A rádio comunitária é constituída por um comité de gestão – subdividido em comités financeiro e de programação –, pelos técnicos, pelos locutores,

⁴⁹ Entrevista a Lena Vind-Andersen, Assessora do Projecto “Rádio Infantil” da IBIS, em 8 de Maio de 2004.

⁵⁰ Segundo Mário Paulo Figueiredo, Coordenador do Gabinete de Estudos de Planificação e Controlo do ICS, são necessários cerca de 90 043 dólares para instalar uma rádio comunitário, para adquirir o contentor, o equipamento de estúdio e o emissor.

pelos voluntários e pelos colaboradores. De referir que algumas das rádios do ICS não detêm um comité de gestão, estando o coordenador, que é funcionário público, a cumprir as suas funções. Os voluntários mais prestáveis poderão passar a técnicos, tornando-se funcionários do Estado. No entanto, o coordenador da rádio, funcionário do ICS, é que dirige a rádio. Com a recente legislação, nas rádios mais isoladas torna-se difícil enquadrar os técnicos no aparelho do Estado, visto serem necessários indivíduos que tenham a 12ª Classe do Novo Sistema de Educação ou a 11ª Classe do anterior Sistema Educativo. A morosidade do processo no Tribunal Administrativo faz com que alguns técnicos trabalhem mais de dois anos sem vencimento. Na rádio de Báwa, na província de Tete, a escolaridade mais elevada entre a equipa da rádio é a 5ª Classe, o que requer uma situação excepcional de enquadramento dos técnicos como funcionários públicos, provocando também despesas acrescidas no acompanhamento técnico da sede provincial do ICS.

A motivação dos voluntários está dependente das condições que a gestão da rádio oferece. Algumas rádios optam por oferecer o almoço, no dia em que o voluntário está a trabalhar e/ou fornecer material escolar aos voluntários estudantes, sendo, contudo, esta uma situação excepcional nas rádios do ICS devido à falta de recursos financeiros. Os voluntários que têm outra ocupação revelam melhor desempenho, condição que é tida em conta pelos responsáveis das rádios. Nas províncias do Norte regista-se menos desmotivação e irresponsabilidade ao nível do voluntariado.⁵¹

A formação do pessoal assalariado e voluntário é apenas assegurada pelo Projecto da UNESCO, não existindo nenhum programa do ICS na área da formação das Rádios Comunitárias.

No que respeita às línguas usadas nas emissões, o ICS também valoriza a utilização de línguas autóctones. Pelos dados recolhidos, constatámos que há uma diversidade nas horas de emissão das rádios, especialmente em relação à

⁵¹ Entrevista a Mário Paulo Figueiredo, Coordenador do Gabinete de Estudos de Planificação e Controlo do ICS, no dia 25 de Maio de 2004.

hora do fecho da emissão, que varia entre as treze horas e cinquenta minutos e as vinte e três horas.

A elaboração e avaliação dos projectos são coordenadas pelo Gabinete de Estudos de Planificação e Controle, situado em Maputo. Contudo, este organismo não realiza os estudos anuais previstos por falta de verbas. Nas rádios, normalmente, não se realizam os estudos de audiências por falta de verbas e de técnicos.

A sustentabilidade das Rádios Comunitárias do ICS é condicionada desde a aprovação do projecto, visto não estarem previstas as despesas de manutenção, especialmente quando há uma avaria do emissor; como não existe outro de reserva, é necessário conseguir um apoio pontual por parte do Estado. O Estado garante os salários dos poucos técnicos contratados. A Directora do ICS considera que as despesas das rádios vão ser garantidas pela população, apresentando como exemplo a rádio de Mandima, na província do Niassa, onde os líderes comunitários angariaram dinheiro para pagar os vencimentos de três anos de atraso e para comprarem uma bicicleta.

A Directora do ICS considera vantajoso a assessoria das rádios comunitárias do ICS em detrimento das associações, justificando-se com a probabilidade de surgirem problemas nas associações, o que poderá conduzir ao encerramento das rádios comunitárias. Em contrapartida, se as rádios pertencerem ao ICS, esta instituição garante a manutenção da rádio, pois muitas comunidades delegam as responsabilidades para o Estado.⁵² Contudo, constatámos que as rádios do ICS tem um acompanhamento quase nulo por parte da instituição, justificado pelos representantes do ICS pelo orçamento escasso de que dispõem, visto não terem beneficiado de nenhum aumento desde o início do projecto das rádios comunitárias.

Não existe uma data prevista para a desvinculação do ICS das rádios que coordena. A Directora da instituição defendeu que tal só poderá ocorrer quando as rádios comunitárias conseguirem a sustentabilidade. No entanto, o

⁵² Entrevista a Sofia Ibraimo, Directora do ICS, no dia 22 de Dezembro de 2003

ICS não fornece o acompanhamento técnico e financeiro para as rádios atingirem esse objectivo.

A dependência das rádios comunitárias do ICS do Estado é confirmada pela assessora do projecto “Rádio Infantil” da IBIS, realizado em paralelo com a Rádio de Alto Molócue, na província da Zambézia, ao confirmar que é o Estado que financia e coordena as rádios, o que se repercute na visão estatal que a comunidade tem das rádios. Mesmo que o governo moçambicano não tenha meio para controlar as rádios que se situam no interior do país, existe o controle local através do administrador, que em Alto Molócue já impediu e censurou a transmissão de comentários críticos contra o governo.⁵³

Se o investigador limitar a sua pesquisa à documentação escrita, depara-se com textos como o seguinte: “(...) para que as Rádios Comunitárias possam influir na configuração dos próximos cinquenta anos, necessitamos de instituições visionárias que as ajudem com seus recursos económicos. Necessitamos que treinem pessoal local para uma boa administração, pessoas que saibam produzir bons programas participativos. Necessitamos de bons equipamentos e bons técnicos para que a voz da rádio chegue a todos os confins do país. Necessitamos, enfim, de um marco legal que lhes permita operar sem entraves e lhes garanta a sua sustentabilidade.” (ICS, 1999:3). As visitas as rádios comunitárias do ICS revelaram-nos situações divergentes da realidade anteriormente defendida.

⁵³ Entrevista a Lena Vind-Andersen, Assessora do Projecto “Rádio Infantil” da IBIS, em 8 de Maio de 2004.

Projecto das Rádios e Televisões Comunitárias

Em 2000, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural procedeu à elaboração de um projecto para a criação de dez rádios e televisões comunitárias e à angariação de fundos para o financiamento dos equipamentos. O referido Ministério pretendia instituir órgãos de comunicação comunitária em locais que não tinham acesso à comunicação e virados para o desenvolvimento agrícola. As dificuldades de concretização do projecto avolumaram-se e o governo decidiu transferir a coordenação das rádios e televisões para o ICS, que já estava envolvido no projecto desde o início, através do trabalho de pesquisa e da formação dos técnicos. A montagem dos contentores e a instalação das rádios já foi concretizada pelo ICS.⁵⁴

As primeiras Rádios e Televisões comunitárias começaram a emitir nos finais de 2000 e inícios de 2001, maioritariamente nas comunidades agrícolas da zona norte do país.

O nosso trabalho de campo incidiu no estudo da Rádio e Televisão de Vilankulos, o que nos possibilitou o confronto com as informações recolhidas em Maputo e Inhambane, capital da província.

À semelhança do que acontece com as restantes rádios comunitárias coordenadas pelo ICS, não foram realizados contactos com as populações escolhidas antes da implementação das rádios e televisões. Desta forma, o projecto é identificado com uma infra-estrutura do Estado. Segundo o que nos informou o coordenador da Rádio e Televisão de Vilankulos, a população compara a rádio comunitária à RM. Quando lhes é solicitado apoio para a manutenção da rádio, eles responsabilizam o Estado pela continuidade do projecto. O coordenador da rádio já fez duas tentativas para a criação de um

⁵⁴ As rádios e televisões foram instaladas em contentores de pequenas dimensões, com um estúdio de emissão e uma sala de redacção. Cf. em anexo I, as fotografias nºs 47 a 50.

comité de gestão, que se revelaram falhadas devido à ausência de ligação da comunidade com a rádio e televisão.⁵⁵

Relativamente às actividades económicas de Vilankulos, verificámos que a pesca é primordial, seguindo-se a agricultura e a caça. Com o fim da guerra civil, o turismo tornou-se uma actividade emergente, que beneficiou especialmente a população pelo aumento de postos de trabalho, o mesmo ocorreu com a exploração do gás natural. No entanto, a comunidade é eminentemente rural e com condições muito precárias. É de estranhar a implementação da televisão numa comunidade sem recursos económicos para adquirir televisor, visto que o restrito grupo de indivíduos com recursos prefere a instalação da televisão por cabo.⁵⁶ Assim, só um grupo reduzido comprou televisor – em maior número a preto e branco - tendo a quase totalidade dos agregados familiares adquirido transístor.⁵⁷ Em oposição, o Coordenador do Gabinete de Estudos e Planificação e Controlo do ICS afirmou que, no início da implantação das rádios e televisões comunitárias, a falta de condições financeiras da população para adquirirem os televisores foi superada com a criação dos centros colectivos, mas actualmente a maioria das famílias das comunidades que têm Rádios e Televisões Comunitárias já adquiriram tele-receptores.⁵⁸ Na comunidade de Inhambane, não se verificaram estas condições -a instalação dos centros colectivos e um aumento redundante do número de televisores –, o que confirma a discrepância entre o discurso dos responsáveis do ICS em Maputo e o que efectivamente foi concretizado na província.

⁵⁵ Entrevista a Hermínio Nhanombe, Coordenador da Rádio e televisão Comunitária de Vilankulos, no dia 5 de Julho de 2005

⁵⁶ Segundo informações retiradas no mercado local de Vilankulos, um televisor a preto e branco custa cerca de 1 milhão e 500 mil meticais (cerca de 62,5 dólares) e um televisor a cores custa 5 milhões (cerca de 208 dólares). Um transístor custa cerca de 190 mil meticais (cerca de 7 dólares e 9 cêntimos). As pilhas para o rádio custam cerca de 4 000 meticais (16 cêntimos). Cf. em anexo I, fotografia nº 51.

⁵⁷ Informações recolhidas nas entrevistas a Hermínio Nhanombe, a Diogo Vilankulos e no mercado da localidade, nos dias 4 e 5 de Julho de 2004.

⁵⁸ Entrevista a Mário Paulo Figueiredo, Coordenador do Gabinete de Estudos de Planificação e Controlo do ICS, no dia 25 de Maio de 2004

É de salientar o facto de não existir nenhum programa direccionado para a agricultura, tendo o anterior sido interrompido com a saída do antigo coordenador, o que não vai de encontro ao objectivo primordial deste projecto – a promoção do desenvolvimento agrícola através da comunicação horizontal.

Em Vilankulos, a falta de estudos preliminares traduziu-se na localização pouco eficaz da rádio, visto que, na altura da instalação, o raio de transmissão da rádio era de cerca cinquenta quilómetros e da televisão à volta de oito quilómetros. Actualmente, o raio atinge apenas os dezoito quilómetros e os quatro quilómetros respectivamente, devido à proximidade das correntes marítimas que provocam a corrosão das antenas.

Neste ponto, a nossa pretensão prende-se com a análise da produção local para televisão, com o intuito de verificarmos a aplicabilidade do projecto comunitário com uma componente televisiva.

Segundo informações da Directora e do Coordenador do Gabinete de Estudos e Planificação e Controle do ICS, as Rádios e Televisões comunitárias realizam produção local de imagem e todas têm recursos técnicos para elaborarem, pelo menos, programas informativos.⁵⁹ Na rádio visitada, a produção para televisão restringiu-se a 2001 e inícios de 2002.⁶⁰ A programação local incluía um programa infantil, um debate com entidades locais e uma reportagem, com o total de 3 horas semanais de produção em directo. Devido à falta de recursos – apenas possuíam uma máquina da filmar e uma mesa de edição com lacunas –, foram compelidos a acabar com a realização de programas locais. Actualmente, a produção para a televisão local terminou, limitando-se a reportagens esporádicas para a Televisão de Moçambique (TVM) e filmagens para alguns clientes, especialmente empresas. As televisões comunitárias do ICS limitam-se a retransmitir o sinal da TVM, o que

⁵⁹ Entrevistas a Sofia Ibraimo, Directora do ICS, no dia 22 de Dezembro de 2003, e a Mário Paulo Figueiredo, Coordenador do Gabinete de Estudos de Planificação e Controle do ICS, no dia 25 de Maio de 2004

⁶⁰ Ao contrário das informações recolhidas em Maputo, actualmente apenas a Televisão Comunitária de Chimoio sem componente radiofónica, tem uma produção local de 15 minutos diários, que abrange a área educativa, o noticiário e a publicidade. O restante horário é preenchido com a retransmissão da RM.

consideramos bastante distanciado da função primordial de um órgão de comunicação comunitária.

O número de assalariados da rádio é quatro, sendo um dos salários comparticipados pelas receitas da rádio e os restantes três pelo ICS, de notar que estes números são similares às restantes rádios sem a componente televisiva. O total de voluntários chega a dezasseis, mas apenas dois beneficiaram de formação fora da localidade, o que impossibilitou a capacitação de técnicos suficientes para manusearem o material disponível.

À semelhança das restantes rádios do ICS, a precariedade do projecto prende-se essencialmente com a inexistência de um fundo de manutenção. Os técnicos contratados pelo ICS estiveram dois anos sem usufruir de vencimento e o Conselho Municipal teve de assumir o pagamento da electricidade, evitando o desenrolar de uma situação financeira insustentável. As dificuldades alargam-se à impossibilidade de manutenção de um órgão de comunicação independente, o que foi confirmado pelo Coordenador da rádio, que apresenta como exemplo a divulgação na rádio de um acontecimento de violência exercida pela polícia municipal contra as crianças de ruas que estavam enquadradas num projecto de reinserção da CARE. Apesar da queixa apresentada pela polícia municipal junto da polícia da república, o processo foi arquivado.⁶¹ É de realçar a postura determinada do coordenador da rádio por, ao contrário de outros congéneres, ter considerado que o ICS não pode interferir na política da rádio, visto apenas cobrir o vencimento de três funcionários e não fornecer o material de desgaste da redacção, nem o dinheiro para as despesas de viagens em serviço. O referido coordenador defende ainda que o controle por parte do ICS é impraticável, tendo em conta que o delegado provincial que representa esta instituição visita a rádio apenas uma vez por ano.

A injustificável necessidade de rádios com televisão no meio rural é partilhada pelos dirigentes do ICS, os quais se defendem com o facto do

⁶¹ Entrevista a Hermínio Nhanombe, Coordenador da Rádio e Televisão Comunitária de Vilankulos, no dia 5 de Julho de 2005

projecto não ter sido elaborado pelo instituto. O ICS tornou-se coordenador de um empreendimento desajustado às necessidades da população e com financiamento deficitário, visto o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural não dispor de meios técnicos para o concretizar. Actualmente, e apesar de tal não ser assumido pelos dirigentes do ICS, as rádios e televisões comunitárias apenas produzem a componente radiofónica e limitam-se a retransmitir a emissão da TVM. Tal situação não deverá ser alterada brevemente devido à falta de verbas distribuídas às rádios, ao número reduzido de famílias que possuem televisão no meio rural e à falta de um projecto consentâneo do ICS para reestruturar um projecto mal concebido. Contudo, pelo exposto, consideramos a componente televisiva dispensável de um órgão de comunicação comunitário no meio rural moçambicano.

Rádios da Igreja Católica

Em Moçambique, às rádios católicas foi atribuído o estatuto de comunitárias, o que foi legitimado com a sua participação no Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias, criado em 2001 e no Fórum Nacional de Rádios Comunitárias, em constituição desde Abril de 2004.

A atribuição de comunitária a uma rádio gerida pela Igreja Católica é controversa, deve ser alvo de análise, tendo em conta os princípios orientadores de um órgão de comunicação comunitário. Numa das publicações da UNESCO, rádio comunitária “é aquela que é da comunidade, feita pela comunidade e para a comunidade, definindo-se a comunidade como um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou específicos.” (Sadique, 2001:12). Para os representantes desta instituição, a inclusão das rádios

católicas nos organismos representativos das rádios comunitárias deve-se ao trabalho na área do desenvolvimento realizado pelas rádios católicas.

As oito rádios católicas existentes situam-se prioritariamente no meio urbano, isto é, Maputo, Beira, Quelimane, Nampula, Manica, Pemba e Nacala, o que se diferencia das restantes instituições impulsionadoras das rádios comunitárias, que privilegiam as zonas mais isoladas de país e sem outros órgãos de comunicação.

Partindo da frase de abertura do site da Rádio Maria “O Projecto Rádio Maria nasce como uma resposta a um chamamento de Maria. Maria é a presença maternal, viva e eficaz, que nos acompanha em nossos passos”⁶² As Rádios Católicas surgiram para angariar mais fiéis e divulgar a sua mensagem religiosa. Analisando a programação da Rádio Maria de Maputo, a rádio católica com mais horas de emissão, constatámos que das 116 horas e 5 minutos de emissão semanal, apenas 5 horas e 55 minutos não são atribuídos a programas marcadamente religiosos. Estes programas abordam as temáticas da criança, economia doméstica, saúde, juventude, adolescência, família, cultura, desporto, música e informação. Contudo, a abordagem destas temáticas tem sempre imanente uma perspectiva católica e os boletins informativos apresentam essencialmente notícias referentes à Igreja Católica. Esta situação verifica-se na programação das restantes rádios da “família” católica. A abordagem que fazem acerca da prevenção da SIDA segue as directrizes conservadoras do Vaticano. O carácter religioso está bem presente no facto de a primeira emissão da Rádio Maria tem sido preenchida pela transmissão da ordenação de um padre. Segundo o coordenador da Rádio Maria, a programação de uma rádio católica não se limita a apresentar o espaço de educação para a cidadania. Toda a mensagem da rádio tem que conter uma visão cristã. Todavia, o espírito ecuménico da Igreja Católica pretende alargar a emissão aos ouvintes de outras religiões.⁶³

A Rádio Pax da Beira e a Rádio Encontro de Nampula já tinham emitido durante o período colonial, sendo estas emissões interrompidas com a

⁶² In <http://www.rmaria.org.mz>, consultado a 2/05/2004

⁶³ Entrevista ao Padre João Nunes, Coordenador da Rádio Maria, a 7 de Junho de 2004.

independência de Moçambique. Com a publicação da lei da imprensa, em 1990, os missionários reactivaram as rádios anteriormente existentes e instalaram as restantes, beneficiados dos conhecimentos adquiridos no estrangeiro e dos meios financeiros que tinham ao dispor. Com o aumento do número de rádios, a Conferência Episcopal de Moçambique criou uma comissão de acompanhamento das rádios que actua em colaboração com o bispo responsável pelo sector da comunicação social. Assim, é notório o controle das Rádios Católicas pelas instituições superiores da Igreja Católica.

Com a realização de estudos de impacto, a comissão de acompanhamento das rádios propôs a passagem da gestão das rádios para as dioceses, através da constituição de associações de natureza religiosa. Estas associações restringem a participação aos indivíduos católicos, o que coloca em causa a promoção do desenvolvimento participativo, próprio das rádios comunitárias. As rádios católicas são geridas por associações eclesásticas, com todos os órgãos de uma instituição associativa, normalmente sedeadas em espaço das arquidioceses e incluindo a participação de um padre nos órgãos directivos, que normalmente dirige o sector de programação. Actualmente, a Rádio Pax da Beira debate-se com a falta de um padre na gestão da rádio, situação que a comissão das rádios católicas quer ver rapidamente resolvida.

As rádios católicas são consideradas associações não lucrativas que estabelecem contratos de venda de espaço radiofónico com os Ministérios da Saúde, Agricultura e Mulher e Solidariedade Social. Em alguns casos, estabelecem parcerias com as paróquias e com ONG's de natureza católica. As suas principais fontes de receita são os donativos de anónimos e o apoio da Igreja Católica. A Rádio Maria faz parte de uma rede mundial de rádios marianas, que forneceu o equipamento para a sua instalação e apoia a manutenção durante quatro anos. Desta forma, a Rádio Maria é um dos membros de um grupo internacional, o que compromete o carácter identitário de rádio comunitária. Os responsáveis destas rádios não demonstraram nenhuma preocupação para promover a sustentabilidade, chegando a valorizar a

facilidade de continuidade dos projectos, devido ao financiamento da Igreja Católica a nível internacional.

As rádios católicas têm técnicos assalariados e pessoal voluntário. Os quantitativos de pessoal são em média cerca de dez assalariados e cerca de quarenta voluntários. Para motivar os voluntários, as associações católicas recorrem ao fornecimento de pequenas refeições, ao pagamento do transporte em caso de reportagens e à participação em acções de formação na área do jornalismo. É de realçar o trabalho realizado por estas associações na promoção do voluntariado, da ocupação de jovens, da formação e da criação de mais emprego especializado.

No ano de 2001, criou-se a Rede de Rádios Católicas, com o intuito de regulamentar os princípios orientadores de todas as rádios de natureza católica.

Actualmente, a Conferência Episcopal de Moçambique pretende alargar o sinal de emissão das rádios existentes através do sistema de repetidores. A Rádio Maria transmite até cem quilómetros, mas há a intenção de alargar a toda a região Sul. A Conferência Episcopal não pretende aumentar o número de rádios, mas sim alargar o sinal das rádios já existentes, alegando que o conceito de comunidade é sinónimo de arquidiocese. Todavia, consideramos que a rádio comunitária não deverá atingir o estatuto de regional, à semelhança das delegações da RM, o que retira à rádio o intuito de responder às necessidades e anseios de uma comunidade, visto que a implantação deste sistema não possibilita a adopção das línguas predominantes e o tratamento das questões específicas de uma localidade.

As rádios católicas seguem algumas das linhas orientadoras das rádios comunitárias. Para a assessora do Projecto “Rádio Infantil” da IBIS, as rádios da Igreja Católica são comunitárias. Para além dos programas religiosos, promovem uma programação para o desenvolvimento e de acordo com os interesses da comunidade.⁶⁴ No entanto, há aspectos que se afastam dos

⁶⁴ Entrevista a Lena Vind-Andersen, Assessora do Projecto “Rádio Infantil” da IBIS, em 8 de Maio de 2004.

princípios comunitários: as rádios católicas são geridas sob a supervisão dos altos representantes da Igreja Católica; todo o discurso utilizado é eminentemente religioso; a responsabilização colectiva democrática está comprometida pela organização verticalista; a instalação de uma rádio não é decidida pela comunidade receptora; a sustentabilidade não é fomentada; o alargamento regional das áreas de recepção não permite atender às necessidades da comunidade. Consideramos as Rádios da Igreja Católica detentoras de alguns objectivos que se identificam com as finalidades das rádios comunitárias.

Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (2004)

O FORCOM é uma ONG de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de carácter humanitário, que pretende assegurar a sustentabilidade das rádios comunitárias, promover a cooperação *enter pares*, nomeadamente a relação com o governo de Moçambique, as entidades privadas e os doadores, e valorizar a consolidação da paz e do desenvolvimento democrático.

O FORCOM, Fórum Nacional de Rádios Comunitárias, teve a primeira reunião constitutiva em Abril de 2004, na qual participaram os participantes de quarenta e duas rádios comunitárias de Moçambique e o Núcleo de Coordenadores de Rádios Comunitárias⁶⁵. Nesta reunião procedeu-se à eleição dos órgãos directivos, à aprovação dos estatutos e à realização de palestras e seminários, exposições, concursos de programas radiofónicos, espectáculo e projecção de filmes.

⁶⁵ O Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias foi constituído em 2001. É constituído pelo ICS, Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO, Rádios Católicas, IBIS e outras estações baseadas no regime de propriedade associativa, com o intuito de gerir os interesses das rádios comunitárias.

O Conselho Nacional, órgão executivo do FORCOM, é constituído por dezassete elementos representativos das várias “famílias”⁶⁶ das rádios comunitárias. Na aprovação dos estatutos referentes ao processo de decisão da distribuição de cargos no Conselho Nacional a cada das quatro “famílias”, o ICS demonstrou intransigência em relação a que a presidência fosse ocupada por um representante de uma rádio comunitária da UNESCO, alegando que o ICS detém a maioria das rádios comunitárias, o que deveria conferir aos seus representantes o cargo da presidência.⁶⁷ Esta perspectiva não foi aceite pelas restantes “famílias” das rádios comunitárias, chegando-se a um consenso através da rotatividade da presidência entre os quatro grupos. Foi atribuído um número mais elevado de lugares no Conselho Nacional ao ICS, no total de cinco, seguido de quatro membros à UNESCO, três membros à Igreja Católica e à rede de ONG’s e dois à Rede da Mulher.⁶⁸ Para além do Conselho Nacional, os órgãos sociais do FORCOM são a Assembleia Geral, a Direcção Executiva e o Conselho Fiscal, todos eleitos por mandatos de dois anos. Daqui se descortina as dificuldades inerentes ao estabelecimento de consenso num grupo tão heterogéneo. Após a Conferência Constitutiva do FORCOM, os membros do ICS demonstravam-se cépticos em relação ao sucesso do projecto, por lhe ter sido retirada a liderança. Para o representante das Rádios Católicas é necessário analisar os objectivos de todos os membros e saber articulá-los, mas sem diluir nenhum,⁶⁹ o que não é viável quando os líderes do ICS querem gerir a ONG, por deterem o maior número de rádios comunitárias.

O FORCOM propõe promover a interacção entre as rádios associadas e as entidades públicas, o sector privado, a “sociedade civil” e as instituições

⁶⁶ O Conceito de “família” de rádio comunitária está ligado aos diferentes organismos que criaram as rádios comunitárias, ou seja o ICS, a UNESCO, a Igreja Católica, e ONG’s (IBIS, AMCS e Buzi)

⁶⁷ Os participantes do Fórum não pertencentes ao ICS destacaram a posição impositiva deste último em relação à distribuição dos cargos da Direcção Nacional. Tendo-se chegado a uma situação de compromisso, a presidência do Conselho Nacional ficou rotativa entre as quatro “famílias” e por um período de 2 anos.

⁶⁸ A Rede da Mulher também faz parte do Conselho Nacional devido à preocupação de promover a equidade do género no FORCOM e nas actividades das rádios comunitárias.

⁶⁹ Entrevista ao Padre João Nunes, Coordenador da Rádio Maria, a 7 de Junho de 2004.

estrangeiras ou internacionais, com o intuito de “assegurar o seu desenvolvimento contínuo (...) e priorizar o desenvolvimento institucional e dos conteúdos das rádios filiadas, a formação contínua dos seus quadros de pessoal, bem como a sustentabilidade técnica e financeira das mesmas estações” (FORCOM, 2004:31). A primeira prioridade do Fórum prende-se com o apoio à criação de condições financeiras dos associados, tendo sempre presente a valorização da democracia participativa e a consolidação do regime democrático e do desenvolvimento integrado em Moçambique.

Para ser membro da FORCOM é necessário ser uma rádio sem fins lucrativos e com carácter humanitário, promover o desenvolvimento cultural e social, permitir a participação a todos elementos da comunidade, inviabilizando qualquer tipo de discriminação étnica, religiosa, de nacionalidade e género e valorizar a identidade e diversidade cultural. Nem todos os critérios são cumpridos pelas rádios da Igreja Católica, que impõem algumas restrições religiosas na escolha dos participantes. De destacar que nos critérios aprovados pelo FORCOM não são referidas normas sobre a gestão das rádios.

Para o Director Nacional da IBIS, o FORCOM é vantajoso porque possibilita a rentabilização dos recursos, nomeadamente a utilização de emissores substitutos por todos os membros da rede, o que permite ultrapassar a actual situação das rádios comunitárias do ICS: em caso de avaria do emissor, a emissão fica cancelada até à sua reparação, o que poderá demorar meses. Irá permitir também criar um órgão de gestão independente, ultrapassando a situação não desejada por muitos de os funcionários do Estado coordenarem as rádios comunitárias.⁷⁰ Os vários elementos do FORCOM entrevistados referiram como prioridades do FORCOM o estabelecimento da sustentabilidade de todas as rádios comunitárias, através da criação de parcerias com as grandes empresas como a Electricidade de Moçambique (EDM) e a Telecomunicações de Moçambique (TDM) e da pressão junto do governo para a aprovação de legislação específica das rádios comunitárias. O

⁷⁰ Entrevista a Arne Mortensen, Director Nacional da IBIS, no dia 15 de Junho de 2004

estabelecimento de parcerias⁷¹ não foi uma prática nos projectos emergentes das rádios comunitárias. Actualmente, com a instalação do FORCOM, o discurso incide no estabelecimento de parcerias ajustadas às intervenções desejadas, para um aglutinar de sinergias nas áreas dos recursos e saberes. Pretende-se encontrar parceiros que correspondam às necessidades concretas.

Por motivos logísticos, a sede do FORCOM irá situar-se em Maputo e começou a sua actividade pela realização de um estudo personalizado da situação de todas as rádios comunitárias.

Rádios Comunitárias – Público *versus* Privado

Com a passagem ao multipartidarismo e a aprovação da legislação de liberdade de imprensa, estavam criadas as condições para a instalação de órgãos de comunicação comunitária independentes. Contudo, as primeiras rádios comunitárias surgiram sob administração do Estado, através do ICS. O que efectivamente se alterou foram os recursos técnicos, através da passagem do sistema de altifalantes dos Centros de Comunicação Social para as rádios de ondas hertzianas. Consideramos necessária a intervenção do ICS na instalação das primeiras rádios comunitárias, visto que nos inícios da década de 90 do século passado, a “sociedade civil” surgiu das cinzas de um Estado monopartidário, mas a atitude directiva deste organismo não possibilitou a intervenção responsável e participativa das comunidades e muito menos a desejável desconexão dos representantes do ICS na gestão das rádios. O ICS deveria ter apenas a pretensão de fomentar as condições necessárias para a criação de um projecto independente, participativo e sustentável.

⁷¹ A parceria como a partilha de objectivos e interesses entre duas organizações, de carácter essencialmente informal. Cf. Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1998)

A actuação da direcção geral do ICS revela uma posição fortemente centralizadora em relação aos delegados provinciais e estes adoptam a mesma posição em relação aos coordenadores das rádios. O organismo do Estado moçambicano continua a manter uma orientação centralizada e directiva da área pública. Ao nível das rádios, muitas vezes o controle não é realizado pelo delegado do ICS, que, em alguns casos, só visita a rádio um vez por ano, mas pelo administrador local. Existem vários exemplos da pressão exercida junto dos técnicos da rádio pelos representantes do governo.

Ao nível do fornecimento de serviços, especialmente a formação, o ICS, ao contrário da UNESCO e da IBIS, não assegura financeiramente essa função, tentando minimizar esta lacuna com a criação de parcerias com a UNESCO.

Deixando de lado o pressuposto fundamental de que as rádios comunitárias não deverão ter nenhuma ligação com o Estado, mas tendo em conta a debilidade do programa do ICS – que se traduz essencialmente pela falta de acompanhamento técnico e do pagamento de vencimentos a um ou dois funcionários –, o projecto do ICS limita-se, essencialmente, à instalação das rádios e à mera manutenção das directrizes direccionistas.

O aparecimento de uma “sociedade civil” embrionária deixa-nos cépticos em relação ao sucesso da instalação de rádios comunitárias que serão geridas pelo Terceiro Sector. A orgânica estrutural do Terceiro Sector apresenta grande debilidade, especialmente ao nível da fraca formação e especialização dos agentes da “sociedade civil” e da precariedade ou inexistência do trabalho de parceria.

O Terceiro Sector em Moçambique surgiu especialmente ligado a personalidades políticas e culturais, que paralelamente à sua actividade pública, fomentaram a criação das primeiras associações, relacionadas com questões prementes, como o combate à fome e à SIDA. No meio rural, para além das delegações/representantes das ONG's internacionais, o associativismo restringe-se praticamente aos grupos de dança, canto e teatro. A criação de um Terceiro Sector mais interventor está dependente do impulso protagonizado

pelo Estado ou pelas agências internacionais não governamentais, facultando as dinâmicas de organização associativa e alicerçando o projecto que irá ser continuado pela comunidade. Exemplos disso são as rádios comunitárias da UNESCO.

A dinâmica das rádios comunitárias favorece o tratamento de questões apresentadas como prioritárias pelos órgãos centrais. Tendo como ponto de partida os pressupostos da edificação de projectos de desenvolvimento comunitário, valorizamos a sua actuação, especialmente ao nível da promoção dos cuidados de saúde e da educação cívica, entre outros. Contudo, verificámos que as directrizes são muito generalistas e que não têm em conta a especificidade da comunidade. Independentemente do organismo coordenador, as rádios apresentam dificuldades estruturais de organização, o que as conduz a reproduzir as linhas orientadoras emanadas dos órgãos centrais.

Excluindo o pressuposto de que o poder estatal não deveria deter órgãos de comunicação comunitária, as rádios comunitárias possibilitam o florescimento de um domínio de interacção renovado, quer para o Estado, quer para o Terceiro Sector. No meio rural, os órgãos de comunicação comunitária podem agir em âmbitos prioritários da comunidade, com possibilidades de sucesso superiores aos organismos públicos. As entidades de saúde e de educação utilizam a rádio comunitária para implementar as suas campanhas, enquanto que a comunidade utiliza a rádio para apresentar uma queixa de um serviço público.

Num país em que o associativismo é uma realidade recente, é significativo o número de voluntários de uma rádio, que chega a atingir os cinquenta indivíduos. A primeira causa é o fascínio que a actividade radiofónica provoca nos jovens, que são a maioria dos voluntários. Outra causa importante é a falta de ocupação e de emprego. Na maioria das rádios comunitárias é distribuída uma refeição para os voluntários escalados. Os voluntários têm um papel central no funcionamento das rádios, fundamentalmente nas que têm menos técnicos assalariados, especialmente as rádios do ICS. O

reconhecimento do trabalho do voluntário pela direcção torna mais fácil a convivência de todo o grupo. Não foram referidos ou observados conflitos entre os voluntários e assalariados, visto que quase todo o voluntário pretende um dia ascender ao lugar de assalariado.

A atribuição de vencimentos e de formação, assim como a acreditação das potencialidades das rádios comunitárias favoreceram a adesão da comunidade ao projecto. Os participantes das rádios da UNESCO e IBIS aderem a um processo de desenvolvimento autónomo que deverá solidificar-se como uma frente dinâmica de actuação no mundo rural, com a qual o estado moçambicano nunca se confrontou. Esta mudança de actuação dos agentes da “sociedade civil” adopta como prioridade as necessidades locais em detrimento das directrizes centrais.

A sustentabilidade do projecto das rádios comunitárias continua dependente do financiamento dos doadores. No futuro, as rádios comunitárias poderão apresentar-se como agentes de peso de mobilização da comunidade, e com capacidade de afirmação autónoma se conseguirem a sustentabilidade.

Na dinâmica das rádios comunitárias descortina-se a relação constante entre público e privado, não assumindo o Estado claramente a sua pretensão direccionista, com receio de ser acusado de pretender controlar as rádios comunitárias. Contudo, o que ocorreu no encontro constitutivo do FORCOM traduz as dificuldades de acerto entre os actores públicos e privados na distribuição do poder de influenciar as decisões públicas. No acesso aos documentos, deparámo-nos com atitudes antagónicas entre o público e o privado. Os representantes do ICS não assumiram a impossibilidade de acesso aos documentos, mas adiaram repetidamente a autorização. Os elementos da UNESCO e IBIS prontamente disponibilizaram quase toda a documentação requerida. Quando falamos de privado, referimo-nos a agências e ONG's internacionais que se encontram a coordenar projectos em Moçambique, mas seguindo as práticas do Norte. Ao nível das rádios comunitárias, também não nos facultaram dados concretos referentes especialmente à área financeira.

As rádios comunitárias da UNESCO surgem de uma política internacional de desenvolvimento centrada na comunicação comunitária para fomentar o desenvolvimento rural. Consideramos pertinente a promoção de um desenvolvimento rural integrado, no qual a rádio comunitária é um dos agentes de um processo dinâmico e concertado de todos os elementos da comunidade.

De referir que a análise aqui apresentada só pontualmente incidiu sobre as Rádios Católicas, visto que estas detêm alguns aspectos que não se prendem aos critérios inerentes das rádios comunitárias, nomeadamente o sistema de gestão e a inclusão apenas de participantes da religião católica.

3. DOIS ESTUDOS DE CASO

A análise dos dois casos desencadeia-se, tendo como base o material recolhido através de cinquenta e seis entrevistas referentes à Rádio Comunitária de Mutarara e sessenta e quatro entrevistas sobre a Rádio Comunitária de Homoíne. As entrevistas foram realizadas segundo um regimento semi-directivo, partindo dos conhecimentos genéricos que adquirimos sobre o tema. Não obstante, por vezes recorremos à entrevista directiva face às dificuldades demonstradas pelos entrevistados – normalmente ouvintes ou voluntários das rádios estudadas - em expressarem a sua opinião sobre as temáticas tratadas. Acolhemos estes dois procedimentos – entrevista semi-directiva e entrevista directiva – como complementares, a que o investigador poderá aceder conforme as características do entrevistado⁷². De reforçar que as entrevistas foram realizadas entre 22 de Dezembro de 2003 e 3 de Julho de 2004, em Maputo, Inhambane, Tete, Mutarara e Homoíne, a coordenadores nacionais e provinciais do projecto, líderes locais, coordenadores e voluntários da rádio e ouvintes.⁷³

A selecção destes dois casos partiu da informação recolhida em Maputo – que já foi explanada no capítulo anterior – e da diferenciação das entidades fundadoras – UNESCO e ICS.

A análise aqui apresentada não se limitou apenas aos discursos dos entrevistados. Recorremos também adicionalmente às grelhas de observação, às fotografias, ao caderno de campo e aos apontamentos retirados da documentação escrita facultada pelas rádios comunitárias.

⁷² A quase totalidade das entrevistas efectuadas aos ouvintes das rádios e aos líderes comunitários foram realizadas em línguas autóctones. Optámos por escolher tradutores que não estivessem envolvidos na coordenação das rádios comunitárias.

⁷³ As entrevistas efectuadas aos ouvintes foram realizadas, na sua maioria, a famílias. No entanto, constatámos que, em quase todos os agregados familiares, apenas o chefe de família se pronunciava e os restantes elementos apenas confirmavam o que por ele foi proferido.

De referir que, desde o primeiro contacto, se verificou uma discrepância acentuada entre as duas rádios comunitárias. Porque, em primeiro lugar, a rádio de Homoíne possui condições de equipamento e instalação para operar⁷⁴ – o que não se passa em Mutarara – e porque, em segundo lugar, no primeiro contacto os interlocutores de Homoíne adoptaram uma postura de um profissional de rádio, detentor de conhecimento, e os seus congéneres de Mutarara demonstraram uma enorme humildade e receptividade para ouvirem o outro.

3. Caracterização das comunidades

As duas comunidades estudadas situam-se no meio rural, tendo cerca de 96% da população a agricultura como principal actividade. (INE, 2003c:2). As populações dos dois distritos tiveram as condições de vida condicionadas pela guerra civil e, mais presentemente, pelas calamidades naturais.

Os cuidados de saúde são deficitários, mas, independentemente deste factor, a população revela preferência pelo sector tradicional. A população recorre regularmente aos serviços de saúde locais em simultâneo com as práticas tradicionais de curandeiros. Do total dos cuidados de apoio à saúde do meio rural, existe uma percentagem elevada de curandeiros (94%) e parteiras tradicionais (62,5%) e um número reduzido de médicos e técnicos de saúde (5,6%). Verifica-se que cerca de 52,7% das mulheres parturientes realizam o parto em casa por dificuldades em se deslocarem a uma unidade sanitária. (INE, 2003c:3)

⁷⁴ Cf. em anexo V a listagem dos recursos materiais das rádios e no anexo I as fotografias realizadas durante a pesquisa.

No sector económico verifica-se frequentemente a combinação da actividade agrícola com o comércio informal e a manufactura, o que facilita a angariação dos recursos necessários para a sobrevivência. Nas duas comunidades foram implementados programas de trabalho comunitário – jornadas de limpeza, construção de canais e caminhos e trabalhos agrícolas.

Na comunicação oral, as duas comunidades utilizam as línguas autóctones, nomeadamente no atendimento público nas repartições estatais.

3.1. Rádio ARCO

3.1.1. Caracterização geral de Homoíne

O distrito de Homoíne fica na província de Inhambane, na região Sul de Moçambique.⁷⁵ A província de Inhambane tem 1 326 848 habitantes e o distrito de Homoíne tem 103 955 habitantes. (INE, 2003^a:9). A população do distrito é praticamente equivalente a 50% da população de Massinga, o distrito mais povoado da província de Inhambane. A sua densidade populacional é de 54 habitantes por quilómetro quadrado e com o número médio de quatro membros por agregado familiar. No que diz respeito ao género, 56,5% da população é constituída por mulheres. (INE, 1999^a:11)

A imagem predominante da capital de distrito é povoada por ruas em terra batida, com uma zona comercial⁷⁶ que tem como epicentro o mercado local e as lojas comerciais circundantes e uma praça com um largo jardim⁷⁷

⁷⁵ Ver o mapa 1 do anexo II.

⁷⁶ Ver anexo VIII referente ao preço de produtos no mercado local.

⁷⁷ Nos dias que permanecemos em Homoíne, verificámos que o jardim era utilizado por professores para a leccionação de aulas de apoio e de preparação para os testes de avaliação na disciplina de Físico-Química, utilizando-se um quadro preto móvel e muito entusiasmo para motivar cerca de sessenta alunos (uma turma da 10^a classe). Constatámos que a escassez de

onde se situa a administração, a rádio comunitária e o clube desportivo. O hospital, de construção recente, situa-se num dos extremos da localidade. Os bairros situam-se em volta do centro de forma dispersa, visto que as casas têm normalmente uma horta.

Na área rural da província de Inhambane, a língua autóctone⁷⁸ predominante é o Xitshwa, seguida do Cicope e do Gitonda (Instituto Nacional de Estatística, 2001:73). Segundo o Censo de 1997, cerca de 47% dos recenseados admitiram que sabiam falar português. Estes falantes de língua portuguesa 70% encontram-se nas zonas urbanas e apenas 41% nas zonas rurais (INE, 2000:75). Como em qualquer outra região do país com as mesmas características, a população de Homóine é eminentemente rural, sendo, quase em exclusivo, os jovens e os instruídos que falam português. No distrito de Homóine, as línguas predominantes são o Xitswa (72,9%) e o Cicopi (13,3%) (Firmino, 2002:95).

A população do distrito de Homóine é predominantemente jovem, tendo cerca de 49,9 % da população menos de 18 anos (INE, 1999^a:5), mas 55,1% da população rural da província da Inhambane nunca frequentou a escola (INE, 1997^a:42). Desta forma, as necessidades de investimento na educação e de aumento de emprego são acentuadas. A rede escolar do distrito tem setenta estabelecimentos de ensino com sessenta estabelecimentos de EP 1, sete escolas de EP 2, uma escola de ESG de 1º Ciclo, um estabelecimento de ensino técnico e uma escola para formação de professores. (INE, 2002^a:21)⁷⁹ Os professores têm, maioritariamente, a 10ª Classe e não têm formação do

salas de aula é notória quando observámos alunos da 10ª Classe a realizar provas de avaliação no recreio da Escola Secundária.

⁷⁸ O conceito de língua autóctone é utilizado para todas as línguas pertencentes à família Bantu. Cf.. Firmino (2002)

⁷⁹ Durante o trabalho de campo verificámos que existem agregados familiares constituídos por dois ou três irmãos que se encontram a estudar em Homóine, deslocando-se para junto da restante família ao fim de semana.

Magistério Primário. Atendendo a todos os dados recolhidos, constata-se que a rede escolar é escassa para o total de indivíduos em idade escolar.⁸⁰

O distrito não tem uma Escola Secundária de 2º Ciclo⁸¹, o que provoca a deslocação da população estudantil que deseja prosseguir estudos para Inhambane, Maxixe ou Maputo. A deslocação da população jovem com mais escolaridade é uma preocupação por condicionar as actividades de organismos estatais e privados que, muitas vezes, têm que formar e empregar outros jovens, devido à constante mobilidade dos quadros locais mais habilitados.

Ao nível da Saúde, existe o Hospital Rural de Homoine, sete Centros de Saúde e quatro Postos de Saúde para uma população com a esperança de vida ao nascer de cerca de 50,3 anos (INE, 2002^a:25). As principais doenças do distrito são a malária, diarreia, anemia e tuberculose.⁸² Na área da comunicação, o distrito não apresenta grandes lacunas, tendo em conta a realidade do território moçambicano, apesar da imprensa escrita não chegar ao distrito. Homoine beneficia de vinte e quatro telefones, vinte e quatro rádios rurais, uma cabine pública e os serviços de uma rede móvel. A Rádio Moçambique abrange quase todo o território do distrito através do seu emissor provincial de Inhambane. Em Maxixe existe uma rádio local que é sintonizada em algumas localidades de Homoine, especialmente na capital do distrito. O emissor da rádio comunitária ARCO tem cobertura de cerca de setenta quilómetros, mas não transmite para a zona mais baixa do norte do distrito, especialmente na localidade de Pembe. A TVM é captada no distrito, normalmente em televisores a preto e branco.

A região tem um potencial agrícola elevado, alicerçado numa terra fértil para a produção do caju⁸³, embora também se cultiva o arroz, algodão e cereais para subsistência. Para as entidades locais, a plantação de caju contribui de

⁸⁰ A taxa de analfabetismo da população rural da província de Inhambane é de 39,4%, mais satisfatória que a taxa nacional de 54%.

⁸¹ Na Escola Secundária do 2º Ciclo lecciona-se a 11ª e 12ª Classes.

⁸² Dados apontados pelos líderes comunitários

⁸³ Com a guerra civil, verificou-se um grande retrocesso na produção de caju. Com o Tratado de Paz, começou-se a reabilitar a sua produção através da pulverização do cajal existente e da plantação de novas árvores.

forma concludente para o aumento significativo do poder de compra dos agregados familiares e torna mais dinâmica a actividade comercial. Homoíne fica a vinte e quatro quilómetros de Maxixe – a capital comercial da província –, a oitenta e quatro quilómetros de Inhambane – a capital da província e a quinhentos e cinquenta e três quilómetros de Maputo. O comércio informal e os transportes semi-colectivos⁸⁴ são actividades essenciais da população, que, muitas vezes, são complementadas pelo trabalho temporário dos elementos masculinos nas minas da África do Sul.⁸⁵ Os emigrantes contribuíram fortemente para o aumento de transístores na maioria dos agregados familiares da região. Segundo informações do INE, na área rural da província de Inhambane cerca de 27,8% dos agregados familiares têm rádio. (1999^a:92) Contudo, as entidades locais contactadas referem que a percentagem actual de transístores é mais elevada.

As actividades económicas estão condicionadas pelas precárias vias de comunicação, devido ao escasso número de vias no distrito, mas especialmente pelas existentes serem em terra batida⁸⁶. No entanto, existe uma prática semanal dos moradores de Homoíne se deslocarem a Maxixe para efectuarem compras, tratarem de documentação ou frequentarem formação específica.

A falta de alimentos⁸⁷ é um fenómeno cíclico, dependente das calamidades naturais e também da época do ano, visto que é prática corrente,

⁸⁴ Os transportes semi-colectivos conhecidos por “chapas-cem” são a única alternativa pública para sair do distrito, através do percurso Homoíne – Maxixe. São carrinhas de caixa aberta, que transportam um número excessivamente elevado de pessoas, sendo vulgar alguns passageiros irem pendurados ou ficarem magoados pela pressão de tantas pessoas. Nas viagens que fizemos de “chapa” entre Maxixe e Homoíne (vinte e quatro quilómetros), demorámos cerca de 1 hora e 45 minutos.

⁸⁵ Entrevista a Imane Aly Baraca, Presidente do Comité de Gestão da Rádio de Homoíne, no dia 27 de Junho de 2004

⁸⁶ Em Moçambique, estas vias são denominadas de estradas de “matope”, habitualmente percorridas por veículos com tracção às quatro rodas.

⁸⁷ Na província de Inhambane, no ano de 2001, eram beneficiados 5 107 indivíduos pelo Programa de Subsídio de Alimentos e, no ano de 2002, este número aumentou para 7 303 indivíduos. Cf. II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997, Instituto Nacional de Estatística, Maputo, 1999, p. 30

na altura da colheita, os agricultores venderem parte da produção com o intuito de adquirirem bens vindos do exterior, como roupas ou telemóveis.⁸⁸

A falta de água potável é um dos problemas do distrito, o qual, presentemente, o Estado tenta minimizar com a “Campanha da água”, que consiste no aumento do número de fontes e na sua administração comunitária.

As zonas rurais foram as mais atingidas pela guerra do pós-independência. Homoíne foi alvo de um dos episódios mais sangrentos da guerra civil, conhecido pelo “Massacre do Hospital”. Durante um ataque perpetrado pela RENAMO morreram cerca de quatrocentas pessoas.⁸⁹

O associativismo está presente através dos projectos implementados pelas ONG's promovidos projectos em diversas áreas, como a ADRA (Agência de Desenvolvimento e Recursos Adventistas), a área do desenvolvimento agrícola – especialmente na recuperação da cultura do caju – e a área da prevenção e combate à SIDA, como a Gole.⁹⁰

Ao nível desportivo, o atletismo e o futebol praticados entre grupos informais são as modalidades que se destacam. Em dias de comemoração de efemérides, a realização de um jogo de futebol entre os locais e os convidados ou entre entidades da administração local e os representantes da população faz habitualmente parte do programa de actividades. Alguns professores e animadores locais promovem provas de atletismo ao fim de semana.

Na povoação de Homoíne, a associação ARCO é a única juridicamente constituída. Existem mais de dez associações com actividades desenvolvidas e executivo permanente, que não estão juridicamente constituídas. Entre elas encontrámos a Associação dos Médicos Tradicionais, com forte influência na população local, e algumas associações juvenis ligadas ao desporto, à dança e ao teatro. Neste momento, há cinco associações agrárias que iniciaram o processo de constituição provincial com a entrega da documentação na

⁸⁸ A maioria da população ainda não tem acesso ao telemóvel por questões financeiras. No entanto, o telemóvel apresenta-se como o bem mais desejado.

⁸⁹ Segundo os dados recolhidos nas entrevistas que realizámos em Homoíne.

⁹⁰ A região centro do país apresentava a mais elevada taxa de prevalência da SIDA, estimada em 16%. In www.aidscongress.net, consultado a 2/05/2004.

conservatória. Já foi criado o Comité Instalador da embrionária Associação dos Naturais e Amigos de Homóine⁹¹, que inclui alguns elementos naturais do distrito que detêm cargos públicos de âmbito nacional.

3.1.2. A Rádio ARCO (1999-2004)

Considerámos pertinente a referência exaustiva a todos os factos referentes à instalação da Rádio Comunitária de Homóine de forma a tornar-se mais explícita a planificação do projecto.

O Projecto de Desenvolvimento dos Media em Moçambique acordou apoiar a instalação e manutenção de dez rádios comunitárias em Moçambique. Em Setembro de 1998, foram identificadas as três áreas piloto da fase denominada de “Onda Um” – nos distritos de Cuamba (Niassa), Chimoio (Manica) e Homóine (Inhambane).

De Dezembro de 1998 a Janeiro de 1999, o consultor da UNESCO Eduardo Namburete deslocou-se à Vila de Homóine para avaliar as condições económico-sociais da comunidade e as infra-estruturas existentes. Após a realização de entrevistas e de inquéritos aos vários segmentos sociais locais, considerou Homóine detentora das condições essenciais para a implantação de uma rádio comunitária.

Em Julho de 1999, realizou-se o primeiro encontro entre o delegado do Projecto Media da UNESCO e quinze representantes da comunidade de Homóine. Desta reunião surgiu um grupo de membros fundadores da comissão instaladora, a génese da associação da rádio comunitária. Esta comissão, em

⁹¹ De destacar que os quadro superiores do distrito são na maioria naturais do distrito e que existe um número considerável de naturais de Homóine colocados em cargos públicos nacionais, nomeadamente o Coordenador Nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO.

colaboração com os técnicos da UNESCO, continuou o trabalho de sensibilização da comunidade, explicando o intuito do projecto e mobilizando mais membros. No início, muitos revelaram algum cepticismo em relação à concretização do projecto. A situação começou a modificar-se quando, em Outubro de 1999, alguns indivíduos da comunidade se deslocaram a Maputo para participarem num *workshop* sobre a legalização de uma rádio comunitária. Nessa altura, iniciou-se a angariação de fundos para a cobertura das primeiras despesas, através do pagamento de uma jóia de 50 mil meticais e uma cota mensal de 5 mil meticais⁹² por todos os que aderiam à iniciativa⁹³. Em simultâneo, procedia-se à elaboração dos estatutos e à realização das diligências necessárias para a constituição legal da associação da rádio comunitária. Este processo decorreu com algumas incertezas e dificuldades, visto não se saber qual a estruturação mais adequada para uma associação que gere uma rádio comunitária. Nessa época foi constituído o comité de gestão da associação, formado por quinze membros.

O edifício da Associação da Rádio Comunitária de Homoine (ARCO) foi cedido pelo governo distrital em estado devoluto. Com os donativos da UNESCO, decorreram obras profundas de reabilitação e a aquisição do mobiliário de escritório.

Em Janeiro de 2000, um jornalista qualificado pelo Projecto Media na área de radiodifusão iniciou a formação dos elementos da rádio.

Em Fevereiro, representantes da rádio ARCO participaram numa formação em Maputo sobre como criar e gerir uma rádio comunitária, procedendo-se à definição do perfil e configuração técnica da rádio.

Em Maio de 2000, cinco voluntários da ARCO participaram num curso sobre produção e programação radiofónica na cidade da Beira. Foram essencialmente estes que realizaram as acções de mobilização na comunidade

⁹² 50 mil meticais corresponde a 1 euro e 79 cêntimos e 5 mil meticais a 18 cêntimos.

⁹³ O grupo dos primeiros membros era essencialmente constituído por jovens desempregados. Com o decorrer do projecto, o universo de associados passou a abranger todos os grupos socioprofissionais. (Sadique, 2001:23)

e, mais tarde, as pesquisas de audiências que serviram de base para a elaboração da primeira grelha de programação. Nesse mesmo mês, o governador da província de Inhambane reconheceu a existência legal da Associação da Rádio Comunitária de Homóine e procedeu-se à elaboração do plano de radiação.

Após a conclusão da versão final dos estatutos da associação e recorrendo ao montante de 250 mil meticais⁹⁴ – adquiridos junto dos aderentes ao projecto e dos comerciantes locais –, em Julho, procedeu-se ao registo notarial da associação ARCO, que exigiu a deslocação a Inhambane de dez membros para assinarem a acta constitutiva.

No mês de Agosto, os representantes da rádio ARCO assinaram um contrato de financiamento de actividades com o Projecto Media da UNESCO.

A necessária atribuição de frequência de acordo com a lei nº 22/92 de 31 de Dezembro foi requerida ao Gabinete de Informação em Setembro de 2000.

No mês de Outubro, sete representantes da rádio participaram num curso de aprendizagem de técnicas de condução de pesquisa de audiência, ministrado em Machava, nos arredores de Maputo. A formação prosseguiu em Janeiro do ano seguinte em Chimoio com um *workshop* sobre Gestão da rádio e um curso de manutenção preventiva.

Em Fevereiro de 2001, a empresa fornecedora dos equipamentos efectuou uma visita de avaliação técnica.

Em Março, um técnico da ARCO participou num curso na Cidade do Cabo, na África do Sul, com o intuito de aprender a manipular o equipamento a instalar nos estúdios da rádio, na central técnica e no emissor. Nessa altura, representantes do sector feminino participaram num seminário para o estabelecimento da rede de mulheres nas rádios comunitárias.

Em 15 de Maio de 2001, foi concedido o alvará Rádio ARCO.

Em Dezembro de 2001, iniciaram-se as primeiras emissões experimentais.

⁹⁴ Cerca de 8 euros e 95 cêntimos.

A rádio já sofreu três avarias. Contudo, como a associação tem dois emissores, apenas uma vez se verificou o encerramento da rádio por três meses, em 2003, devido às constantes oscilações da potência da electricidade, que provocaram a avaria quase em simultâneo dos dois emissores.

3.1.3. Participação Democrática

Motivos da instalação de uma rádio comunitária em Homoíne

Para o Projecto Media da UNESCO, “as iniciativas de rádio comunitária deveriam ser apoiadas seguindo uma abordagem de “comunidade ideal” e não “local ideal”. Isto significa que as estações de rádio comunitárias sustentáveis devem o seu sucesso à comunidade a que pertence e não a nenhum outro factor ligado à sua localização particular” (Bonin, 2001: 171). A selecção da localidade para instalar a rádio comunitária é de origem externa à comunidade. Para os representantes do projecto Media da UNESCO, desde o primeiro contacto a comunidade de Homoíne revelou interesse e iniciativa em receber o projecto de rádio comunitária. Há alguns anos que a elite político-cultural do distrito acalentava o desejo de instalar uma rádio. Com o estabelecimento das primeiras tarefas, a comunidade contribuiu com recursos humanos, materiais e financeiros e demonstrou articular minimamente a visão e direcção estratégica do projecto.⁹⁵

É de destacar que por parte do projecto Media não foi apresentada nenhuma justificação específica para a escolha do distrito de Homoíne. Apenas se referiu que o programa pretendeu contemplar uma localidade do Sul do país.

⁹⁵ De reforçar que o Coordenador Nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO é natural de Homoíne, o que consideramos vantajoso nos primeiros contactos estabelecidos para a apresentação do projecto.

Considerámos que o argumento da falta de órgão de comunicação social não é plausível, uma vez que, ao contrário de outras localidades mesmo do Sul do país, Homoíne capta a RM, uma rádio local de Maxixe e a TVM. A percepção da existência de um número elevado de transístores no distrito foi tida em conta, apesar de todos os entrevistados reconhecerem que se verificou um aumento significativo da venda de rádios com a criação da Rádio ARCO.⁹⁶ Consideramos um dos principais motivos que levaram à escolha de Homoíne o conhecimento por parte da UNESCO da existência de um grupo de agentes da “sociedade civil” capazes de coordenar o projecto e torná-lo sustentável.⁹⁷

A mobilização da comunidade para o projecto foi realizada pelos líderes locais com acompanhamento dos técnicos da UNESCO, o que vai de encontro à implementação de uma prática que privilegia a participação e emancipação na resolução dos problemas da comunidade.

O papel da comunidade na instalação da rádio comunitária

O historial da rádio ARCO é revelador da intervenção da comunidade na sua instalação. Para tal, contribui fortemente a necessidade de criação de uma associação para a aprovação do projecto. A actuação, desde o início, do plano do Projecto Media da UNESCO conduziu a comunidade à participação e à autonomia na concretização das etapas necessárias à criação de uma

⁹⁶ Um rádio custa entre 160 000 meticais e 270 000 meticais, ou seja, 5 euros e 71 cêntimos e 9 euros e 64 cêntimos. As pilhas oscilam entre 1 500 meticais (5 cêntimos) – equivalente ao preço de um pão – e 6 000 meticais (21 cêntimos) – equivalente a um quilo da farinha (7 300 meticais). De realçar que muitos dos transístores existente em Homoíne são provenientes da África do Sul, uma vez que todas as famílias têm ou tiveram um familiar ou amigo emigrado nesse país.

⁹⁷ Por exemplo, o Presidente do Comité de Gestão da ARCO é técnico da ADRA (Agência de Desenvolvimento e Recursos Adventistas) e, desde Abril de 2004, é Presidente do Conselho Nacional do FORCOM.

associação. A oportunidade da comunidade de Homóine gerir uma rádio de acordo com as suas necessidades e interesses impulsionou a participação dos vários agentes da comunidade.

O desenvolvimento e consolidação da acção desencadeada possibilitaram a reunião de actores com diversas capacidades e interesses e permitira o fortalecimento, ampliação e enriquecimento do projecto embrionário.

Para o administrador da rádio, que foi voluntário no início do projecto, a dinâmica dos intervenientes motivou a participação dos outros: "A mobilização foi muito forte (...). Às vezes, perguntavam-me: "Ao jovem o que fazes agora?" "Estou a formar-me, estou a fazer rádio". Houve mobilização. Depois do ano 2001, fizemos a pesquisa de audiências, atingiu quase todas as localidades e andamos bem mesmo. Quando fizemos a emissão experimental dissemos que já está no ar o canal da rádio comunitária. Pedimos um carro ao Padre Buque que foi um dos fundadores da rádio. A rádio custeou o combustível e com um megafone, andamos pelo distrito. O administrador, quando saía levava um repórter. (...) Acabaram de ser eleitos novos órgãos e esses novos órgãos tinham que ir às comunidades fazer o trabalho e nós estávamos lá. "Olha o pessoal da rádio comunitária". -⁹⁸

Desde o momento em que se estabeleceram os primeiros contactos com a comunidade de Homóine até à realização das primeiras emissões experimentais da rádio decorreram três anos, tempo necessário para que os agentes intervenientes ultrapassassem as dificuldades surgidas, mobilizassem a comunidade, legalizassem a associação e aprendessem a prática concernente ao funcionamento de um órgão de comunicação comunitário.

Desde o início do percurso, a acção do grupo de mobilização exercida através de um grupo dinâmico e solidário é crucial. A personificação destes atributos está presente no mobilizador da ARCO, ao qual, apesar de não ter a escolaridade recomendada, lhe foi atribuído o cargo pelo comité de gestão, devido ao seu espírito de líder e ao seu dinamismo. Para ele, o mobilizador é "uma pessoa de interligação entre a comunidade e a rádio. Porque é que se chama mobilizador? Porque esta pessoa tentar divulgar os princípios da rádio, todas as políticas da rádio à comunidade, da mesma maneira é para pedir à comunidade para ouvirem a rádio, serem membros, serem voluntários e pagarem cotas no sentido de conseguirmos uma sustentabilidade

⁹⁸ Entrevista a Cândido Isaiás, Administrador da ARCO, a 28 de Junho de 2004.

a esta própria rádio. É de interligação entre a comunidade e a própria rádio. O mobilizador deve ser pessoa conhecedora de hábitos desta zona onde está a rádio, conversador.”⁹⁹

O conhecimento e a aproximação da comunidade são facilitadores da convergência dos cidadãos ao projecto da rádio.

Outras das directrizes fundamentais são o estabelecimento de um contrato que especifica as normas de conduta do Projecto dos Media da UNESCO e da associação ARCO e a construção conjunta do projecto, conduzindo à responsabilização dos actores intervenientes e facilitando o sucesso da acção.¹⁰⁰

A participação numerosa no início do projecto foi também, por vezes, impulsionada por motivações individuais, especialmente por parte dos desempregados e estudantes, que não aderiam ao projecto pela causa pública, mas porque daí advinha a possibilidade de conseguirem emprego. Segundo os elementos dos órgãos de gestão da rádio, esta situação já não se verifica, prevalecendo o entusiasmo no exercício da cidadania.¹⁰¹ É de salientar ainda a escassa presença da população nas instalações da rádio, o que é bem visível no facto de que, dos seis líderes comunitários entrevistados, três encontravam-se pela primeira vez nas instalações da Rádio. Estas considerações serão retomadas mais adiante.

A implementação de um projecto planeado no exterior e, neste caso, por uma agência internacional corre o risco de não traduzir - ou de traduzir só em parte - a realidade da comunidade. Partindo deste pressuposto, os técnicos da UNESCO e a associação ARCO deverão alimentar um diálogo permanente na redefinição e ajustamento dos princípios orientadores. Só assim, a rádio é da comunidade e para a comunidade.

⁹⁹ Entrevista a Jossias Nhasavel, mobilizador da ARCO, a 28 de Junho de 2004

¹⁰⁰ Em Abril de 2001, já na fase final da formação da associação de Cuamba, província do Niassa, o Projecto Media da UNESCO interveio para repor os princípios referentes a uma rádio comunitária.

¹⁰¹ Constatámos que os jovens da Rádio Arco, em comparação com os de Mutarara, não demonstravam entusiasmo perante a oferta de material escolar ou de um lanche. Tal postura poderá dever-se ao facto da UNESCO promover esse tipo de dádivas e/ou à proximidade de Inhambane, local turístico e povoado de bens de consumo.

Princípios fundamentais

Os princípios orientadores da associação ARCO foram redigidos de acordo com todas as indicações formais dos manuais de democracia participativa e do desenvolvimento sustentável. O enquadramento de acção não prevê apenas o desenvolvimento na área da comunicação comunitária, configurando uma acção integrada de desenvolvimento rural, com especial relevo à saúde, à educação, à formação, às condições ambientais, à mulher e criança e à cultura, bem como a defesa dos valores democráticos com especial incidência para a liberdade de imprensa e o estabelecimento dos órgãos constituintes da associação.

A execução de eventos culturais e a publicação de material didáctico e cultural alargam as possibilidades de acção da comunidade e a formação de novas associações com princípios mais específicos na área da cultura e da arte. As parcerias são uma das pretensões para conduzir o projecto para uma acção sustentável e multiplicadora de novas iniciativas.

Um projecto configurado nos interesses e necessidades locais, e concretizado por agentes da "sociedade civil" local maximiza as suas repercussões na comunidade, ou seja, a proximidade às necessidades locais e a facilidade de mobilização dos recursos facilitam o seu crescimento. Uma questão que se coloca é se o que a comunidade pretende corresponde ao que a UNESCO considera serem as pretensões da comunidade, ou se os objectivos concretizados são resultado da interpretação à luz dos conceitos da democracia ocidental (por exemplo, a utilização de material digital não se adequa às condições técnicas moçambicanas). A valorização das necessidades da comunidade poderá não ser tão linear, quando retiradas de contexto e analisadas segundo os pressupostos dos técnicos do Norte.

A análise dos princípios fundamentais da ARCO continua através da abordagem de outros itens.

Dimensão organizacional

A primeira imagem da associação é dada pela recepção que, juntamente com as palhotas em material autóctone, é o único local de acesso ao público.

¹⁰² A recepção é a imagem da funcionalidade e organização que povoa todos os espaços da rádio.¹⁰³

À semelhança de qualquer outra associação de um Estado democrático, a associação ARCO rege-se por Estatutos que estabelecem as funções dos órgãos deliberativo, executivo e fiscalizador. Como esta associação tem características específicas, o comité de gestão divide-se nas áreas da coordenação, da administração e finanças, da mobilização e da técnica e património. O conselho executivo é constituído por um coordenador, um administrador e um adjunto, um mobilizador e uma adjunta e uma responsável da técnica.

Atendendo às reuniões dos órgãos executivos a que assistimos e à observação da acção diária na rádio, verificámos que a resolução das questões não se restringe à reunião semanal do órgão executivo, mas passa também pela presença – na nossa opinião, acertiva – do coordenador.¹⁰⁴ Nas reuniões que observámos, as principais preocupações prendiam-se com o orçamento e a conduta dos voluntários, especialmente a compra de um gerador para colmatar

¹⁰² Na recepção existe um conjunto de material diversificado: cartazes de apresentação da rádio ARCO; documentos de legalização; preçário de serviços; cartazes de campanhas contra a SIDA e a malária, dos malefícios do tabaco, da água, do recenseamento eleitoral e contra a violência doméstica; as dez regras de conduta das rádios comunitárias durante o acto eleitoral; livro de visitas; caixa de reclamações e sugestões. Cf. no anexo I, imagem nº 6.

¹⁰³ A rádio é constituída pelos seguintes compartimentos: recepção, sala de reuniões, escritório da comissão executiva, escritório do coordenado, compartimento do emissor, estúdio de produção, estúdio de gravação, discoteca, casa de banho e duas palhotas para eventos.

¹⁰⁴ O coordenador foi escolhido pelo comité de gestão em Fevereiro com o intuito de minimizar o impacto da fraca liderança do anterior. De referir que o actual coordenador tem 62 anos e é uma individualidade respeitada por toda a comunidade e o anterior é um jovem. Contudo, o actual coordenador não tem conhecimentos técnicos de radiodifusão.

os constantes cortes de energia¹⁰⁵ e a entrega urgente do relatório de contas trimestral à UNESCO.

Os elementos jovens da equipa executiva e dos voluntários têm um espírito mais irreverente e denunciador do que o comité de gestão, verificando--se por vezes alguns atritos entre o conselho executivo e o comité de gestão quando é denunciada uma situação problemática. A situação é resolvida através das reuniões do comité de gestão com o coordenador da rádio. A atitude da equipa executiva valoriza a liberdade de imprensa sem nenhum constrangimento.¹⁰⁶

No âmbito do trabalho jornalístico, os elementos da rádio estão divididos em grupos editoriais – meio ambiente, histórias da comunidade, saúde, juventude, mulher e vida, cultura, educação cívica, agricultura e desporto – que prefiguram as principais preocupação educacionais do projecto.

Apesar de estar referenciada nos documentos expostos a existência de cento e noventa e dois membros activos, nós só contabilizámos cento e quatro sócios e, de acordo com as informações do administrador, sessenta têm as cotas em dia. Consideramos estes dados reveladores do empenho da comunidade, tendo em conta a sua curta existência e as condições de pobreza da população.¹⁰⁷

O espírito organizativo presente desde o início do projecto conduziu à postura de funcionário público do grupo executivo.¹⁰⁸ Perdeu-se um pouco da generosidade e solidariedade do voluntariado.

¹⁰⁵ Vários elementos da rádio referiram como uma das dificuldades mais importantes da rádio os cortes constantes de energia e a irregularidade da intensidade da energia.

¹⁰⁶ Uma das situações polémicas passou-se quando um jornalista da rádio proferiu pesadas críticas aos curandeiros, uma vez que um dos membros do comité de gestão é o presidente da associação de curandeiros.

¹⁰⁷ A falta de pagamento das cotas e a dificuldade em angariar novos sócios são dificuldades usuais no associativismo.

¹⁰⁸ Normalmente, os elementos da comissão executiva só estavam na rádio durante a hora de expediente. Na ocorrência que presenciámos aquando da falta do voluntário destacado para abrir a emissão às 4h.55m, foi uma voluntária e não qualquer elemento executivo que apareceu para solucionar o problema.

Dimensão institucional

Configurada na lei das associações, a lei nº 8/91, de 18 de Julho e no decreto lei nº 9/93, de 22 de Junho que regimenta o funcionamento das rádio não estatais, a associação da rádio comunitária ARCO é um elemento da “sociedade civil”. Apesar da sua autonomia estar consagrada nos protocolos estabelecidos, a associação ARCO está integrada num programa orientado pela UNESCO e subordinada às orientações desta. Anteriormente à execução do projecto, os coordenadores da UNESCO definiram em exclusivo os princípios orientadores, a que comporta a tendência para a uniformização de acordos e a regularização dos procedimentos técnicos de acção segundo um modelo tipo, à semelhança das congéneres do Norte, correndo-se o risco de inadequação das soluções às especificidades de cada comunidade. Este projecto vai de encontro à política de descentralização de projectos de desenvolvimento das agências internacionais através de associações do Sul, justificando-se com a falta de eficácia das instituições estatais dos países em vias de desenvolvimento. Se esta política alivia as associações da influência centralizadora do Estado, não as isola, contudo, da interferência de interesses hegemónicos dos financiadores.

A formação da associação ARCO vai de encontro à política de criação de uma “sociedade civil” secundária que apoia o Estado fraco na execução de iniciativas de regulação social. Exemplo disso é o descrito pelo presidente do comité de gestão da rádio:

“(...) trabalhamos na Educação Cívica, que é para informar as pessoas da importância do recenseamento eleitoral, o que são eleições. Trabalhamos mais com a Comissão Nacional de Eleições e o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral. Eles não trabalham para um partido, mas sim para promover as eleições, sensibilizar as comunidades.”¹⁰⁹

¹⁰⁹ Entrevista, Imane Aly Baraca, Presidente do Comité de Gestão, em 27 de Junho de 2004. O Estado, conhecedor do impacto que as rádios comunitárias têm na população, solicitou o acompanhamento diário do recenseamento eleitoral. Na rádio ARCO procedeu-se a uma campanha maciça de esclarecimento e valorização do recenseamento eleitoral.

A direcção executiva da rádio e os elementos do comité de gestão entrevistados assumiram que a UNESCO estabeleceu as linhas orientadoras da acção. A responsabilidade dos órgãos da rádio está na execução eficaz e na adaptação ao contexto específico de Homóine. A autonomia da associação ARCO está na execução. Até ao presente, a dependência da associação ARCO face ao Projecto Media da UNESCO é acentuada. Este organismo exerce uma acção tutelar sobre a associação ARCO, promovendo a iniciativa e responsabilidade, mas salvaguardando para si o direito à “implicação”.¹¹⁰ A UNESCO, para além de controlar o financiamento atribuído, efectua acompanhamento técnico. Nos primeiros seis meses de 2004, quatro técnicos estiverem na rádio para fazer monitoria.

A relação da ARCO com o poder local – a administração – restringe-se ao respeito mútuo, que se manifesta no convite a um membro do governo local para assistir às assembleias gerais da associação.¹¹¹

Funcionamento democrático

O impacto da acção da sociedade civil está condicionada pelo “empowerment”, que é alcançado quando a população consegue atingir os seus objectivos em relação a um problema que a afecta. (Friedmann,1996:5) Especialmente nos países em vias de desenvolvimento como Moçambique, a participação é reflexo da informação divulgada e da formação da população alvo. Neste caso é resultado das condições criadas com o apoio do Projecto Media da UNESCO.

¹¹⁰ Segundo Donzelot, o conceito “implicação” prevê o estabelecimento de um raciocínio de projecto que tem subjacente uma acção conjunta. Cf. Donzelot, 1996:99

¹¹¹ Aquando da nossa chegada a Homóine, o coordenador da rádio ARCO revelou preocupação em pedir autorização verbalmente ao administrador para a nossa estadia e o nosso trabalho de campo. O formalismo imperou na reunião que estabelecemos com o administrador.

Toda a documentação consultada sobre o projecto evidencia uma preocupação central pela promoção dos mecanismos de participação. É de salientar que as rádios comunitárias da UNESCO assumem-se como canais da participação dos cidadãos.

O grupo de arranque do projecto protagonizava uma elite local detentora de saberes, mas não envolvida na actividade política. As propostas de inclusão dos líderes comunitários e dos presidentes de outras associações informais como divulgadores facilitaram o diálogo entre a rádio e a comunidade, diluindo possíveis incredulidades.¹¹²

O conceito de participação concretiza-se nos vários âmbitos de acção da rádio, isto é, funções de gestão e direcção, recolha de fundos, locução e serviço técnico e de mobilização. Para além deste âmbito, criam-se formas de levar a comunidade a assumir o projecto e de a envolver na equipa da rádio. Existem vários programas radiofónicos que fomentam a participação da comunidade que iremos tratar no item "programação".

Um dos principais princípios orientadores da ARCO prende-se com o apoio e divulgação dos grupos informais associativos e com o acompanhamento de consultoria para a institucionalização desses grupos, o que se repercutiu no aumento significativo de associações emergentes.

Presentemente, os líderes locais desvalorizam a participação da comunidade quando comparada com as intervenções após a independência e especialmente aquando da guerra civil. Consideramos que são épocas com características únicas. Em tempos de conflito, a sobrevivência da comunidade também está dependente de valores de solidariedade. Actualmente, procede-se a uma reinvenção da estrutura social: os jovens convivem com as solicitações da globalização hegemónica que os distanciam das necessidades da comunidade de onde são originários. A rádio comunitária surge como o núcleo mobilizador e de partilha dos interesses de todas as gerações, em que

¹¹² Apesar de só um número reduzido de líderes comunitários frequentar a rádio, existe um diálogo constante entre estes e o grupo da rádio através das reportagens efectuadas e de encontros informais.

estão presentes as influências exteriores e os saberes tradicionais. Este é um dos caminhos para o exigido desenvolvimento.

A dinâmica da rádio comunitária pretende facilitar e valorizar a participação de todos os cidadãos. Desde o início, a prática de actuação foi dirigida à comunidade e com a comunidade, assegurada por mecanismos de comunicação que aproximaram, sem confrangimentos, todos os actores, numa efectiva formulação democrática da relação entre os intervenientes. Verifica-se a promoção de uma democracia “dialógica” através do reforço da participação, equidade e solidariedade. Desta forma, promove-se a responsabilização da comunidade, visto que a cidadania não termina – antes, se inicia – no exercício do voto. Consideramos que estes conceitos estão presentes na prática da rádio.

Voluntários

Não iremos abordar a situação do pessoal assalariado da rádio ARCO – cinco elementos. Qualquer referência ao seu trabalho está ligada com a temática sobre o voluntariado. Efectuámos dezassete entrevistas aos voluntários que regularmente frequentam a rádio.¹¹³ De acordo com os princípios de participação da comunidade, não existe uma selecção prévia dos voluntários. No início, os voluntários são incluídos num grupo editorial e beneficiam do apoio de um “tutor”, participando também num curso de formação ministrado pelos mobilizadores da equipa executiva.¹¹⁴ Segundo dados do mobilizador, dezasseis a dezoito voluntários¹¹⁵ estavam a beneficiar de formação, às quartas-feiras e aos sábados. Os encontros de formação têm uma

¹¹³ Cf. no anexo III, o quadro 2.

¹¹⁴ Todo o material tem que ser visto pelo mobilizador ou por quem o substitui.

¹¹⁵ No dia 30 de Junho de 2004 (quarta-feira), assistimos a uma sessão de formação de voluntários em que só estiveram presentes oito voluntários; no dia 3 de Julho (sábado), estavam catorze, visto que muitos dos formandos são estudantes e professores.

componente teórica, de certa forma rígida e pouco proveitosa, consistindo na leitura de textos com conceitos específicos do jornalismo não explicitados. Têm também uma componente prática, com a elaboração de *scrips*. A atitude do grupo formador é de abertura e de resposta às principais dificuldades dos formandos.¹¹⁶ O início do trabalho de locução e de repórter de um novo voluntário está dependente da sua capacidade de aprendizagem das técnicas cruciais da emissão radiofónica e da falta de voluntários para efectuar a emissão.

Segundo o mobilizador, existem entre vinte e oito e trinta voluntários permanentes. Contudo, durante a semana da nossa permanência na rádio, apenas compareceram os dezassete referenciados.¹¹⁷ Estes são essencialmente provenientes de Homoíne, destacando-se as ocupações de estudante, professor e desempregado e, apesar da maioria ser jovem, existem alguns elementos mais velhos, que exercem a função de tutor.

No que diz respeito à formação, verificámos que cerca de 59% dos voluntários ainda não beneficiou de formação fora do distrito, parecendo que existir um desfasamento entre o número de acções ministradas e os voluntários beneficiados. Tal facto deve-se à constante rotatividade do voluntariado.

Um dos problemas com que se debate a associação é a constante saída de alguns voluntários que vão estudar ou trabalhar fora de Homoíne, o que é minimizado com a entrada constante de novos voluntários.¹¹⁸ Para além destes motivos, apenas por questões de saúde é que se verificaram desistências ou baixas temporárias.

No nosso entender, um dos objectivos preferenciais é a oportunidade de os jovens construírem um projecto de vida, ao adquirirem capacitação numa

¹¹⁶ A equipa da mobilização preparou uma pasta de formação de voluntários que inclui bibliografia sobre comunicação, fichas de propostas de trabalho e material jornalístico.

¹¹⁷ No momento da pesquisa não existia na rádio nenhuma lista actualizada com os dados dos voluntários.

¹¹⁸ De ter em conta que em Homoíne não existe Ensino Secundário de Segundo Grau (11ª e 12ª Classes).

Não contando com a equipa executiva, apenas um voluntário exerce funções na rádio desde o início das emissões. Cf. no anexo III, o quadro 2.

área pouco acessível em Moçambique, que lhes possibilita melhores oportunidades de emprego e a aprendizagem de dinâmicas de participação.

O combate à desertificação das regiões rurais está patente na qualificação e animação da comunidade de Homoíne. Dois dos voluntários entrevistados tinham migrado para Maputo e Inhambane. A colaboração durante as férias na rádio comunitária foi suficiente para decidirem continuarem em Homoíne.¹¹⁹

Numa comunidade que se debate com a falta de empresas e fábricas e onde a maioria da população vive do que retira da terra, a empregabilidade não é um objectivo preponderante da instalação da rádio comunitária. O empenho é notório na informação, na formação e na ocupação dos jovens, bem como na valorização dos conhecimentos dos técnicos locais, nomeadamente dos professores, enfermeiros e médicos.¹²⁰ A preocupação de equidade ao nível do género tem resultados positivos, visto que pelo menos uma mulher faz locução por dia e na equipa executiva, em cinco elementos, dois são mulheres.

Os pressupostos apresentados pelos coordenadores da rádio para motivar os voluntários incluem oportunidades de realizarem viagens de estudo a outras rádios, formação e participação em actividades de outras ONG's.¹²¹

As regras gerais referenciadas pelos técnicos da UNESCO são, por vezes, modificadas e adaptadas à realidade local. O facto de a UNESCO pretender a presença de todos os voluntários todos os dias durante cerca de 30 minutos não é viável devido às distancias que têm de efectuar entre a residência e a rádio e visto que o orçamento só prevê a distribuição de um lanche aos voluntários durante dezassete dias. Em caso da doença, pagam também os medicamentos e consultas aos voluntários com dificuldades financeiras. O grupo estuda formas de estimular a participação dos voluntários

¹¹⁹ Entrevistas a Silvino Lourenço, voluntário da ARCO, a 28 de Junho de 2004, e a Manuel Mutote, voluntário da ARCO, a 29 de Junho de 2004.

¹²⁰ No ano de 2002, a província de Inhambane tinha cerca de 8,1% dos desempregados do país. (INE, 2003^a:29)

¹²¹ Em Homoíne, os questionários para estudos realizados por entidades nacionais e estrangeiras são aplicados por voluntários da rádio, que usufruem de um pagamento.

através da realização de um lanche melhorado uma vez por mês e da atribuição de certificados de participação.

O voluntariado é importante no funcionamento da rádio. No entanto, a equipa executiva tem condições para assegurar toda a emissão da rádio. Nos dias da nossa pesquisa, observámos que algumas vezes, durante o horário de expediente, a equipa substituiu os voluntários faltosos. O estabelecimento de “regras de convivência de trabalho” e dos “direitos e deveres dos voluntários” demonstra a preocupação na implementação de um espírito de responsabilidade.

Entre as dificuldades apontadas por todo o grupo/rádio, destacam-se a desistência de voluntários, a falta de formação técnica e informática e a falta de responsabilidade.¹²² Outra das preocupações é a minimização do protagonismo dos elementos que fazem emissão.

De realçar que fora da hora de expediente a rádio fica vazia, só permanecendo aqueles que vão fazer a emissão, o que se deve à funcionalidade da grelha de distribuição de tarefas e à existência de outros locais de interesse e ocupação dos jovens, como salões de vídeo, discoteca e cafés.

Segundo os líderes comunitários entrevistados, os jovens participam pouco nas reuniões e actividades dos bairros, interessando-se apenas pelo futebol. A principal razão para participarem empenhadamente na actividade da rádio prende-se com o fascínio que ela exerce. Após a frequência de um curso de mobilização na Beira, a equipa executiva iniciou uma nova campanha de angariação de voluntários nos locais de recenseamento eleitoral. É de realçar que um dos principais recursos utilizados é a distribuição de blusas e bonés aos novos aderentes. Esta constante abertura ao exterior e a novos voluntários reforça os recursos humanos disponíveis.

¹²² No dia 29 de Junho de 2004, a emissão teve apenas início às 8h.55m devido ao facto de o voluntário escalado para iniciar a emissão não conseguir ultrapassar uma pequena falha que surgiu. No dia 2 de Julho de 2004, a emissão só teve início às 7h.35m, porque o voluntário destacado faltou. Actualmente, cada voluntário realiza 3 a 4 locuções por mês.

Quando se recorre ao trabalho voluntário é crucial ter em conta as motivações individuais dos voluntários, cultivar as relações afectivas e fortemente personalizadas. O voluntário tem que se identificar com a causa da associação. Atendendo às palavras de Silvino Lourenço, voluntário que viveu em Maputo: “O que faz que eu continue aqui é que a rádio tem que crescer. Quando a rádio cresce, a comunidade também está a crescer”¹²³

Para muitos voluntários, a rádio contribui fortemente para o desenvolvimento do distrito, o que conduzirá ao aumento dos postos de trabalho. Consideramos que a participação voluntária na rádio está associada á auto-realização, que, em parte, foi conseguida com o reconhecimento público da comunidade dos elementos da rádio e com a formação adquirida na rádio. A conquista de autonomia é outra das conquistas desejadas, não sendo, porém, a prioritária. Todos os elementos do conselho executivo afirmaram que continuariam a trabalhar na rádio, mesmo não recebendo, o que já tinha ocorrido durante os dois primeiros anos do projecto. “Eu hei-de continuar a fazer a rádio. (...) O que eu posso reduzir é o tempo de fazer a rádio. Quando eu vou fazer um trabalho, eu não adianto o dinheiro mas sim o trabalho. Eu tenho filhos e mulher, voltava a minha função de professor e nos tempos livres vinha para a rádio”¹²⁴

No que diz respeito aos voluntários, nenhum admitiu deixar a rádio por não usufruir de um vencimento. “Vou continuar aqui. O meu sonho é este mesmo.”¹²⁵

Os coordenadores do projecto têm que manter uma atenção constante aos voluntários, motivando-os, contrabalançando os fracos instrumentos que possuem para o fazer e conjugando equilibradamente as vontades individuais com os objectivos da associação. Outro desafio é a conciliação entre trabalho assalariado e voluntário. Nas entrevistas ministradas, verificámos que, perante a abordagem do tema “O que melhorou na tua vida depois de entrares para a rádio ARCO?” os assalariados identificaram vários progressos e a maioria dos voluntários referem que nada melhorou, considerando estes que a melhoria é sinónimo de salário. O espírito individualista dos voluntários também está

¹²³ Entrevista a um voluntário da ARCO, no dia 28 de Junho de 2004.

¹²⁴ Entrevista a Manuel Pascoal, adjunto do administrador da ARCO, a 29 de Junho de 2004.

¹²⁵ Entrevista a Edelson de Sousa, voluntário da ARCO, a 29 de Junho de 2004

presente na abordagem do tema “Dificuldades no exercício da função radiofónica”: cinco voluntários referenciaram a sua falta de dinheiro e de tempo. A valorização crescente de uma orientação não lucrativa imprime à prática social os valores da solidariedade, difíceis, contudo, de conciliar com a necessidade de sustentabilidade.

O recurso ao voluntariado coloca desafios ao projecto. A forma como lidam com esses desafios dirá muito da sua capacidade para instituírem modelos alternativos de participação democrática e solidária.

Financiamento

Os responsáveis da rádio não facultaram dados concretos sobre as fontes de financiamento e sobre os quantitativos necessários ao funcionamento da rádio. Desta forma, restringimo-nos às informações recolhidas nas entrevistas.

O modelo implementado na Rádio ARCO aposta na competência e iniciativa local para atingir a sustentabilidade do projecto. Atendendo a que a UNESCO é a promotora do projecto, facilmente se intui a prática de desenvolvimento sustentável. A formação do FORCOM, impulsionada pelo Projecto Media da UNESCO, é indicativa da criação de uma estrutura promotora do desenvolvimento sustentável como componente de um padrão que inclui o local e o global, inevitável com a globalização.

A equipa executiva tem que apresentar mensalmente um relatório de contas ao comité de gestão, que, depois de analisado, será enviado à UNESCO. No início do projecto, a UNESCO atribuía 1000 dólares mensais ao projecto. No dia 30 de Junho terminou o contrato estabelecido entre a UNESCO

e a associação ARCO para a segunda fase do projecto. Os responsáveis da rádio ainda não têm conhecimento de como irá decorrer a terceira fase.

Segundo as informações recolhidas junto do presidente do comité de gestão e do administrador da rádio, presentemente a UNESCO financia cerca de 800 dólares por mês e as receitas locais são cerca de 167 dólares da prestação de serviços e 12 dólares e 50 cêntimos das cotas dos sócios.¹²⁶ O quantitativo necessário para pagar os vencimentos da equipa executiva, do contínuo e do guarda-nocturno é de 450 dólares, sendo atribuído o vencimento de 100 dólares ao coordenador e 60 e 40 dólares aos restantes elementos da equipa.¹²⁷ No que refere às restantes despesas de manutenção, não referenciaram cifras, reconhecendo que o dinheiro que não é utilizado para pagamentos é colocado numa conta para futuras necessidades. No mês de Junho de 2004, foi adquirido um gerador com dinheiro da associação.¹²⁸

Foi estabelecido pela comissão executiva um preçário dos serviços fornecidos¹²⁹, de onde se destacam prestações que não envolvem apenas a actividade radiofónica, como impressão e cópia de documentos, o que nos remete para uma política de rentabilização dos recursos. Ao nível dos serviços radiofónicos, existe uma grande diferença entre os preços praticados aos individuais e os exigidos às empresas ou instituições, o que demonstra a preocupação com as dificuldades da comunidade. Outra das acções exercidas para aumentar o rendimento passa pelo estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas.¹³⁰ Actualmente, existe um contrato com a RM que passa pela retransmissão do *Jornal Nacional* da RM, na condição de a

¹²⁶ De salientar que no contrato inicial estava previsto que a UNESCO reduziria cerca de 25% ao ano o quantitativo de financiamento. Devido à falta de indústria e comércio no distrito, a sustentabilidade do projecto não decorreu conforme o previsto. Cf. Sadique, 2001:56.

¹²⁷ Uma crítica apontada pelos responsáveis do ICS ao projecto UNESCO prende-se com o facto de os seus assalariados beneficiarem de altos vencimentos, referindo valores de 250 dólares.

¹²⁸ Entrevistas a Imane Aly Baraca, Presidente do Comité de Gestão da ARCO, a 27 de Junho de 2004, e a Cândido Isaías, Administrador da ARCO, a 28 de Junho de 2004.

¹²⁹ Cf. no anexo VI o preçário da Rádio ARCO.

¹³⁰ A UNESCO tem planificado um curso sobre o estabelecimento de parcerias.

rádio ARCO produzir cassetes de música tradicional do distrito e de um executivo da associação ser correspondente da RM.

Não consideramos significativa a relação entre a autonomia financeira e o número de associados, visto das cotas aferirem um pequeno montante por atraso no pagamento e por o valor das cotas ser reduzido.

A direcção da rádio demonstra que está empenhada na execução de um plano para atingir a sustentabilidade. Perante a questão do aumento das horas de emissão – de acordo com o pedido de grande parte dos ouvintes entrevistados –, o Presidente do Comité de Gestão adoptou uma posição ponderada, considerando a proposta inviável devido à dificuldade de deslocação dos voluntários à noite, do aumento dos custos da emissão, do maior desgaste do equipamento e possivelmente do decréscimo da qualidade de emissão. Foram ainda apresentadas várias propostas para a obtenção de fundos, nomeadamente a venda das cassetes de programas – especialmente a *Cena Aberta* – a criação de um grupo musical que realiza eventos para angariar fundos, o cultivo de uma “machamba”¹³¹, a venda dos produtos cultivados e a construção de quartos para alugar a turistas ou investigadores, entre outros.

É claro que a associação Arco não necessita de 800 dólares para funcionar.¹³² A falta de riqueza no distrito é um entrave, mas já se fala nos comerciantes de Maxixe, visto que a rádio conquistou um número significativo de ouvintes nesse distrito. O que sabemos é que a UNESCO renovou o apoio à rádio por mais um ano e a esperança do papel do FORCOM para a sustentabilidade das rádios é aclamada em Homoine. Até ao momento, a associação ARCO ainda não atingiu a sustentabilidade a que se propôs.

¹³¹ Significa horta familiar.

¹³² O arranjo das avarias do material digital da rádio só é possível na África do Sul, o que faz aumentar os encargos da rádio.

Comunidade

“Eu sou filho de um cidadão que é residente aqui e acredito que é um orgulho para o meu pai ouvir que o seu filho é Presidente do Comité de Gestão. Os nossos voluntários são filhos dos nossos camponeses, são filhos dos nossos cidadãos que vivem aqui. E isso motiva muito. A rádio comunitária trata dos problemas locais do distrito de Homoïne.”¹³³

No âmbito da recolha das opiniões e sugestões da comunidade, os coordenadores da ARCO desenvolveram alguns mecanismos, nomeadamente a recolha de cartas com sugestões e críticas (de Julho a Dezembro de 2003 receberam quarenta e duas cartas, sendo vinte e oito provenientes de homens e catorze de mulheres), o registo de setenta e quatro telefonemas¹³⁴, a realização de entrevistas nos bairros e em outras localidades para oscultar as opiniões dos moradores, a colocação de um questionário de opinião no verso do impresso das dedicatórias, pouco utilizado pelos ouvintes,¹³⁵ o estabelecimento regular de entrevistas individuais, especialmente em dias de eventos locais e os inquéritos.¹³⁶ No que diz respeito às cartas recebidas, destaca-se a incidência de queixas às entidades locais, como irregularidades na escola e a cobrança ilegal nos fontanários. As queixas e sugestões são essencialmente de carácter formal e algumas incidem no pedido para aumentar a capacidade do emissor da rádio. Todo este material é analisado periodicamente pelo comité de gestão e poderá encaminhar para a comissão executiva se este o considerar conveniente.

De 21 a 26 de Junho de 2004, foram entregues na rádio quinze dedicatórias, a maioria em língua Xitswa, com as seguintes mensagens “Um avião cheio de feijão”¹³⁷; “Bom final da ceifa de arroz”¹³⁸; “Um bom fim-de-

¹³³ Entrevista, Imane Aly Baraca, Presidente do Comité de Gestão, em 27 de Junho de 2004

¹³⁴ O Comité de Gestão tem agendada uma reunião com os ouvintes que telefonam regularmente para a rádio para apresentarem críticas e sugestões.

¹³⁵ Cf. no anexo VII, o impresso de dedicatória.

¹³⁶ No último inquérito, foram inquiridos duzentos indivíduos.

¹³⁷ Dedicatória de 21 de Junho de 2004

¹³⁸ Dedicatória de 23 de Junho de 2004

semana. Um camião cheio de cerveja. Bons sucessos”¹³⁹. Para além da rádio, existem muitos locais de venda de dedicatórias. Os comerciantes do distrito de Maxixe e de Cumbana compram impressos de dedicatórias que vendem ao mesmo preço, alegando que é benéfico para o seu negócio porque irão ter mais clientes na sua “banca”. Durante o mesmo período, foram apresentados oito anúncios sobre os seguintes temas: vendas¹⁴⁰; convocatórias para reuniões de entidades locais; inauguração do campo desportivo; recenseamento eleitoral; teatro; danças; futebol; concursos; crianças encontradas na fonte; evento referente ao 25 de Julho. O número significativo de anúncios sobre eventos está ligado à comemoração do dia da Independência Nacional. O número de anúncios necrológicos atingiu os dezoito. Numa comunidade rural, a divulgação de informações urgentes favorece a resolução rápida de problemas e a homogeneidade do grupo.¹⁴¹ Todos os ouvintes entrevistados referiram como uma das principais vantagens da rádio a possibilidade de apresentarem um anúncio em Homoine e não necessitarem de se deslocar a Maxixe ou Inhambane.

A língua mais utilizada na redacção das dedicatórias é o Xitswa, o mesmo não se passa em relação aos anúncios que são escritos especialmente em Português. Os anúncios são entregues na rádio e muitas vezes são redigidos por um elemento da equipa executiva da rádio. É habitual nestas comunidades os indivíduos analfabetos solicitarem aos jovens escolarizados a escrita de um texto. As dedicatórias em Português são, normalmente, enviadas pelos ouvintes mais jovens. Os anúncios são comprados especialmente por comerciantes. A população em geral recorre aos anúncios em caso do falecimento de um familiar.

Outro aspecto a ter em conta é a fraca utilização do espaço da rádio como um espaço público, com a excepção do dia de emissão do programa da

¹³⁹ Dedicatória de 26 de Junho de 2004

¹⁴⁰ Cf. anúncios no anexo IV.

¹⁴¹ Para convocar os líderes comunitários para a realização das entrevistas necessárias à investigação, foi divulgado um anúncio na rádio.

criança¹⁴². Normalmente, os residentes do distrito dirigem-se à rádio como a uma repartição pública para fazerem alguma tarefa. Dos ouvintes entrevistados, 46% já tinham visitado a rádio, especialmente para tirar fotocópias. O livro de visitas regista a passagem de quatrocentos e dezasseis indivíduos, mas a maioria dos assinantes não são pertencentes à comunidade. O acesso ao telefone público surgiu em 2002, segundo informações recolhidas junto do grupo fundador da rádio. Antes do seu aparecimento, a população frequentava mais a rádio.¹⁴³ Comparativamente com o número de cartas, o número de telefonemas efectuados é bastante superior. Os ouvintes telefonam para apresentar elogios ou críticas a algum programa da rádio. O comité de gestão da rádio pretende realizar uma reunião com os ouvintes que habitualmente telefonam para a rádio, com o intuito de analisar a imagem que a rádio tem juntos dos ouvintes e de estreitar a colaboração com os ouvintes mais participativos. As queixas directas a instituições públicas locais são normalmente apresentadas por carta e em maior número em língua portuguesa, mas também há ouvintes, em número mais reduzido, que se dirigem à rádio para apresentar oralmente críticas ou queixas. Assim, podemos depreender que a acção da rádio facilita o contacto dos ouvintes alfabetizados. Os telefonemas realizados pelos ouvintes não alteram em muito esta análise, pois a maioria da população analfabeta tem dificuldades económicas para efectuar esses contactos e os ouvintes que o fazem são jovens escolarizados. Contudo, alguns líderes comunitários colaboram com a ARCO e regularmente vão à rádio apresentar as sugestões, as críticas e as necessidades da sua comunidade. Os voluntários da rádio, dentro das possibilidades orçamentais, realizam reportagens nas comunidades, especialmente na população analfabeta. Numa comunidade em que predomina a comunicação oral, o *feedback* entre executantes das emissões e ouvintes é pontual e exercido fundamentalmente pelos indivíduos alfabetizados. No entanto, não deveremos excluir da nossa

¹⁴² Cf. fotografia nº 16 do anexo I.

¹⁴³ O comité de gestão da rádio e a equipa executiva é que pressionaram a TDM para instalar o telefone.

análise a curta história das emissões da rádio, o facto de em qualquer projecto comunitário a acção ser exercida por um grupo organizador, o facto de qualquer indivíduo ser aceite como voluntário, de se ter verificado desde o início a diversificação profissional dos voluntários, de se ter verificado na programação um aumento dos programas com participação directa dos ouvintes e de o comité de gestão ser constituindo por alguns indivíduos analfabetos.

Pelos dados recolhidos e de acordo com informações das autoridades locais, grande parte das famílias do distrito possuem rádio. As duas famílias encontradas sem terem transístor residiam fora da sede de distrito. Com a excepção dos rádios, a bateria e a electricidade, que são em número reduzido, verifica-se que, por períodos curtos, as famílias não têm dinheiro para comprar pilhas novas. Os indivíduos que não têm pilhas costumam dedicar um período do seu dia para ouvir rádio com os vizinhos – especialmente as mulheres – ou nas “bancas” – normalmente os homens.

Na questão colocada aos ouvintes sobre a aplicação dos ensinamentos dos programas ouvidos na rádio, as mulheres responderam afirmativamente, destacando os temas da vacinação, do planeamento familiar e dos cuidados de saúde; os agricultores referiram as técnicas agrícolas; e os jovens mencionaram os conhecimentos a aplicar na escola e na utilização do preservativo.

No que respeita à participação da comunidade na sustentabilidade da rádio, dos inquiridos, apenas os emigrantes referiram que poderiam pagar uma cota. A maioria referiu que poderia ajudar com trabalho, nomeadamente no cultivo da “machamba” ou na construção do muro da rádio. Todos os ouvintes referem a situação de pobreza: “Com a mobilização, é preciso estar ligado com os líderes e eles fazerem mobilização para a população dar algum dinheiro. Não será muito fácil. Tendo em conta a escassez de desempregados uma das maneiras de conseguir alguma coisa pode ser a população dar trabalho à rádio.”¹⁴⁴

É notória a predominância da rádio ARCO em relação às duas restantes emissoras captadas no distrito. Quase todos os ouvintes entrevistados

¹⁴⁴ Entrevista a Alfredo Nhavene, ouvinte da Rádio ARCO, em 2 de Julho de 2004

reconheceram que só ouvem outra emissora quando a Rádio ARCO não está a transmitir. Apenas duas ouvintes referiram que ouvem também outras rádios durante o dia devido à língua utilizada, o Gitonga. É evidente a relação de proximidade da população com a rádio, quando se aborda a questão das mudanças vindas com a rádio: “Muita coisa, aconselha falar com pessoal, que tem recenseamento na unidade postal. Ouve na rádio, não consegue ir a cada casa dizer. Quando veio o Armando Guebuza falaram em ir ajudar a fazer limpeza na cidade, a rádio consegue dizer e amanhã a gente vai fazer trabalho.”¹⁴⁵

“Estou a acompanhar os que vivem distantes de nós. A rádio trouxe muita comunicação. Agora nós estamos a falar aqui, mas se precisarmos de alguma coisa podemos escrever uma carta e logo dizem na rádio que amanhã estamos no sítio x.”¹⁴⁶

Pelas 7 horas e 40 minutos, uma mulher regressava a casa com um depósito de água na cabeça, numa das mãos um saco de plástico com alimentos, possivelmente colhidos na “machamba”, na outra mão um cesto que transportava um transístor que projectava a voz da locutora da rádio ARCO por toda a rua.¹⁴⁷

Programação

O processo de instalação da rádio decorreu durante dois anos, o que permitiu atender às preocupações e interesses da população contactada através de questionários ou de reuniões locais. No entanto, foi reconhecida, por alguns elementos da rádio, a influência exercida por outras grelhas já existentes, especialmente ao nível dos títulos dos programas, o que tem vindo a diminuir com a formação promovida pela UNESCO e com a experiência dos “fazedores” da rádio.

¹⁴⁵ Entrevista a Américo Ramos, ouvinte da ARCO, em 30 de Junho de 2004

¹⁴⁶ Entrevista a Afonso Laiel, ouvinte da ARCO, em 2 de Julho de 2004

¹⁴⁷ Episódio ocorrido no centro de Homoine, no dia 1 de Julho de 2004.

Não pretendemos efectuar uma abordagem sistemática à grelha de programação da rádio, mas evidenciar o carácter participativo de alguns programas.

A elaboração da grelha é realizada pelos mobilizadores da equipa executiva de acordo com os estudos de audiência, apresentada pelo conselho executivo e, mais tarde, aprovada no comité de gestão. Os mobilizadores da rádio consideram as alterações da grelha de programação importantes para corresponderem às necessidades da comunidade. Desde o início das emissões, a grelha de programação sofreu alterações anuais que a tornaram mais diversificada, nomeadamente com o acréscimo da língua Cicopi.

Os programas são apresentados em línguas autóctones Cicopi e Xitswa e em língua Portuguesa, tendo a língua Xitswa cerca de oito horas de emissão diária e as duas restantes cerca de três horas cada uma. O predomínio das emissões em língua Xitswa é explicado pela elevada percentagem de indivíduos que falam Xitswa, cerca de 72,9% no distrito de Homóine. O Cicope, língua falada por cerca de 13,3% da população do distrito, foi introduzida há cerca de dois anos, devido aos pedidos formulados pela população nos estudos de audiências e à existência de alguns voluntários “falantes” de Cicope. Para a comunidade, a língua portuguesa é crucial numa rádio comunitária, especialmente porque traduz a voz dos instruídos. Todos os entrevistados não falantes da língua portuguesa defenderam a sua continuidade, relacionando-a com o desenvolvimento da rádio. Na rádio ARCO, todos os voluntários falam português, mas são os mais experientes e mais instruídos, professores ou técnicos com o curso médio, que apresentam os programas em português.

O início de emissão ocorre às 4 horas e 55 minutos e o encerramento às 21 horas, verificando-se um intervalo das 15 horas às 16 horas e 55 minutos. Para justificar esta interrupção, a direcção executiva refere a manutenção da qualidade da programação, considerando que o aumento do tempo de emissão provocaria a existência de mais programas para transmissão de música, à semelhança de uma rádio comercial. Verificámos que na Rádio ARCO há uma

influência da música anglo-saxónica, o mesmo ocorrendo através das cassetes e cd's, normalmente piratas, que circulam em grande número.

Os programas transmitidos incidem essencialmente sobre o meio ambiente, histórias tradicionais, saúde, agricultura, juventude, mulher e vida, cultura, educação cívica, desporto e criança, temáticas cruciais para a promoção do desenvolvimento. É elaborado um plano mensal de temáticas a tratar por cada grupo editorial. A partilha de informações é constante, visto que cada grupo editorial reúne mais de uma vez por semana e que há dois encontros semanais para formação dos voluntários que funcionam como oficinas editoriais.

Numa primeira análise à grelha de programação¹⁴⁸ em vigor verificámos o predomínio de espaços de notícias locais e de anúncios – *Informações várias* – que são comuns às três línguas de emissão. Conforme o anúncio dois em anexo, o aparecimento ou desaparecimento de pessoas, mas também de objectos, é encaminhado para a rádio. No caso referido, foram encontradas duas crianças que foram acolhidas pela mobilizadora adjunta da rádio em sua casa até ao aparecimento da mãe. Quando se trata de objectos perdidos ou encontrados, como carteiras e telemóveis, normalmente as situações são solucionadas. É habitual a população entregar na rádio algum bem alheio que encontrar. O programa de anúncios tem muita audiência, especialmente pela divulgação de anúncios necrológicos. Tornou-se hábito as famílias enlutadas comprarem um anúncio para darem a conhecer o óbito aos familiares e amigos distantes, visto ser crucial a presença de todos no momento do funeral.

As entidades locais recorrem à rádio para divulgar todas as campanhas e acções que desenvolvem, através de anúncios ou intervindo nas reportagens

¹⁴⁸ Cf. grelha de programação (quadro 4 do anexo III). De salientar que os *scripts* informativos são redigidos em português e os locutores de línguas autóctones procedem em directo à tradução. O mesmo texto é normalmente utilizado nas três línguas de emissão.

dos noticiários locais. As campanhas de vacinação ou o recenseamento eleitoral são excelentes exemplos do sucesso da divulgação radiofónica.¹⁴⁹

As notícias nacionais e internacionais são retransmitidas em duas edições diárias da RM. A retransmissão do jornal da RM é substancial para o conhecimento dos acontecimentos exteriores à comunidade. Apesar, de em Homoíne ser captada a RM e uma rádio local de Maxixe, a população recorre à rádio ARCO para se inteirar das notícias nacionais. Os acontecimentos locais têm uma cobertura diária, e incluem desde eventos organizados pelas entidades do distrito até ao roubo de animais. Verifica-se um número significativo de programas de desporto relacionados com a promoção do futebol local. O *programa de desporto* tem um carácter essencialmente informativo, com recurso constante à reportagem.

O *programa de dedicatórias* é planificado de acordo com o número de dedicatórias compradas. As dedicatórias em língua Xitswa são mais do dobro das dedicatórias das restantes duas línguas de emissão, o que vai ao encontro da percentagem elevada de falantes de Xitswa no distrito.

A instalação do telefone na rádio possibilitou o contacto em directo com os ouvintes e a criação dos programas *Escolha, nós tocamos* e *Como foi a semana?*. Nestes programas são estabelecidas conversas informais com os ouvintes que podem escolher músicas e fazer dedicatórias, verifica-se a predominância de um grupo reduzido de ouvintes a telefonar, maioritariamente jovens que se deslocam aos telefones públicos para expressarem opiniões sobre a rádio e enviarem felicitações. Os referidos programas são de entretenimento, à semelhança do *Programa de dedicatórias*, que apenas transmite os pedidos escritos mediante o pagamento de 3 000 meticais (cerca de 21 cêntimos do dólar). Em contrapartida, no programa *Homoíne por dentro e por fora*, os ouvintes telefonam para apresentar as suas questões e críticas ao convidado. É de salientar que este programa é apenas transmitido em língua

¹⁴⁹ Em Junho de 2004 decorreu o recenseamento eleitoral com cobertura diária na rádio, através de entrevistas às entidades responsáveis e aos recenseados.

portuguesa, o que se repercute na participação apenas de ouvintes escolarizados. O mesmo ocorre com a *Entrevista semanal* que consiste na apresentação de um conjunto de entrevistas de jovens locais e com o *Jovem do milénio*, em que é convidada uma entidade local para tratar de assuntos relacionados prioritariamente com a juventude, como a educação, a sexualidade, a SIDA, entre outras. Maioritariamente, os jovens de Homóine falam português, contudo a mensagem não chega à restante população, especialmente à população rural. A transmissão apenas em português dos programas de âmbito mais participativo – *Homóine por dentro e por fora* e *Entrevista semanal* – poderá restringir a participação directa dos ouvintes ao núcleo restrito.

Em compensação, os programas referentes às tradições locais são difundidos nas línguas locais – *Histórias locais* e *Karingana wa karingana* – e consistem na apresentação de uma história tradicional contada por um líder comunitário de uma das localidades do distrito e no tratamento de tradições por pessoas da comunidade. A divulgação dos saberes locais é uma preocupação também presente nos programas de agricultura e da mulher. É notória a divisão entre os jovens que ouvem especialmente os programas em português, com estrutura adquirida pela formação da UNESCO e a população analfabeta que ouve essencialmente os programas nas línguas locais, que reproduzem a tradição. Neste último caso, verifica-se uma “reprodução” do espaço destinado aos contadores de histórias locais.

O *Programa de cultura* é transmitido nas duas línguas locais com o intuito de divulgar a cultura local e africana. Dos temas abordados consta a dança de *timbila*, a música local, os casamentos antigos, a sementeira de gergelim, a ceifa e conservação do arroz, “herdar uma viúva”, as latrinas, entre outros. Nestes programas, o conceito da cultura é bastante abrangente e inclui a divulgação de técnicas agrícolas tradicionais.

O *Programa de cultura* de 24 de Junho de 2004 incidiu sobre uma actividade emergente na cultura local: “Themba, para um observador menos

atento, o nome acima descrito parece nome duma empresa Sul-Africana sedeadada em Moçambique, mas na verdade não o é. Themba trata-se dum animal de vulto e quadrúpede, conhecido vulgarmente no campo do tanque, onde todas as sextas-feiras animais daquela natureza por ali se deslocam para o banho medicinal. (...) Estes animais todas as sextas-feiras alegram dezenas de adeptos deste tipo de desporto conhecido por desporto animal, quando entram em combate para sair daqui um vencedor. E foi nestes combates que os adeptos, de acordo com a proposta do seu legítimo proprietário, decidiram homenagear este animal por themba, que quer dizer em nosso idioma local confiança, por inspirar confiança a todos quanto por ali se afluem para assistir a estes espectáculos quase inéditos”.

No *Programa de cultura* de 4 de Julho de 2002 referem que contactaram com ouvintes idosos para tratarem das diferenças entre os casamentos antigos e recentes. “A diferença surge a partir de respeito que já não existe por parte da camada jovem em relação aos mais velhos, isto porque quando eles dizem que isso não é bom e não se faz respondem imediatamente dizendo que o vóvó é ultrapassado e ainda a nossa fonte notou que causas da diferença, também as elevadas somas de dinheiro que um homem gasta para casar uma mulher em que essa tal mulher não vai durar anos no seu lar isto porque as mulheres de agora quando vão ao lar não são dadas alguns pormenores sobre ao lar isto porque dizem que está ultrapassado e consequentemente não ficam muitos anos nos seus lares dizendo também que outras mães são mulheres que saíram das escolas para casa dos seus maridos sem despedirem os seus pais” . Com a apresentação deste texto, não pretendemos patentear a existência de um conflito de gerações, presente em todas as sociedades, nem tão pouco analisar as desigualdades no género, mas sim evidenciar a promoção da tradição, alicerçada na diferenciação dos papéis do homem e da mulher e que não se pode anular com a simples implementação de programas defensores da igualdade de direitos de acordo com os modelos do Norte.

Os mobilizadores da rádio reconheceram que o facto de 50% da população do distrito ter menos de 18 anos traduz-se nos pedidos dos ouvintes da música anglo-saxónica e programas com temáticas orientadas para os

jovens, mas que em simultâneo nunca foram descoradas as temáticas referentes à cultura local. É de realçar que a música transmitida é eminentemente africana e em menor número anglo-saxónico. Contudo a maioria dos programas musicais incluem ritmos que vão ao encontro dos interesses dos mais jovens, mas existe um programa quase diário, com a excepção do domingo, que apresenta música tradicional, essencialmente local. A música local transmitida foi recolhida nas comunidades do distrito. Neste âmbito, os responsáveis da rádio defendem a valorização da música local ao passo que a RM e a rádio local de Maxixe transmitem fundamentalmente música comercial.

O programa destinado aos emigrantes que se encontram na África do Sul é apresentado em Xitswa e Cicopi. A participação da comunidade traduz-se na presença em estúdio dos familiares dos emigrantes que telefonam para a rádio. O contacto directo dos emigrantes com a comunidade reforça as relações entre ambos e por vezes possibilita a resolução de problemas familiares, nomeadamente, este espaço radiofónico é utilizado pelas esposas dos maridos emigrados para apresentarem as debilidades financeiras do agregado familiar.

Procedemos à análise de todos os *scripts* que estavam arquivados e que já tinham ido para o ar e ouvimos vários programas em directo ou gravados. Analisando o texto do *programa da criança* de 10 de Abril de 2002, verificámos que tem uma linguagem pouco perceptível para as crianças. As crianças aparecem às dezenas na rádio para participarem no programa. A selecção é realizada utilizando o critério da ordem de chegada. Contudo, as restantes permanecem no espaço exterior da rádio a brincar, não se dirigem para as suas casas para ouvir o programa. A transmissão ocorre às quartas-feiras em português e Xitswa, há participantes; normalmente cinco crianças coadjuvam a apresentação, cantam e contam histórias tradicionais.¹⁵⁰ O diálogo que os locutores estabelecem com as crianças é bastante informal e divertido. É de realçar a riqueza das histórias tradicionais, que são autênticas análises das relações sociais da comunidade. O *programa da criança* é um excelente

¹⁵⁰ As primeiras cinco crianças a chegar à rádio são escolhidas para participar.

exemplo da valorização da “voz da comunidade”. As crianças de Homóine ambicionam falar ao microfone para os seus familiares, professor e colegas da escola. Por vezes, o programa inclui a realização de reportagens nas localidades do distrito com crianças.

A preocupação com a educação está presente nos textos do programa *Jovem do Milénio*: “Bem, com o jovem de hoje acontece algo de muito trágico. Nas gerações passadas o desejo de saber é o que havia demais, e hoje esse desejo morre muito cedo, sobretudo nos jovens. Perdemos a confiança na escola”.¹⁵¹ Neste programa convidou-se o director distrital da Juventude, Cultura e Desporto e contou-se com a participação de ouvintes pelo telefone que apresentaram as suas preocupações e opiniões. O tratamento que os convidados fizeram das temáticas de que eram especialistas é muito generalista e complexo para a generalidade da população. Na análise que realizámos ao programa *Jovem do Milénio*, constatámos que a abordagem dos temas é superficial, sendo determinante a prestação do convidado e dos ouvintes para a problematização do assunto em questão. As temáticas – a sexualidade, as doenças sexualmente transmissíveis, o primeiro emprego, a criminalidade e o conflito de gerações, entre outras – são pertinentes. Os apresentadores fazem um discurso superficial do tema ou recorrem aos textos de apoio como prospectos de uma entidade pública ou ONG, utilizando uma linguagem não perceptível à maioria da população. Num programa *Jovem do Milénio* mais recente sobre os direitos reprodutivos, a linguagem não se simplifica: “(...) não sabem também que os direitos específicos para uma tomada pessoal de decisão e atitudes na esfera reprodutiva assim como acesso à informação, orientação e serviços de saúde reprodutiva onde adicionalmente aos direitos estabelecidos dentro dos países, convenções internacionais têm articulado os direitos reprodutivos, incluindo os específicos para os adolescentes.”¹⁵²

A superficialidade imperceptível nos textos dos programas está presente em outras rubricas, como é o caso do programa *Mulher e a vida* que aborda o 1º de Maio “(...) a mulher está neste momento no engajamento lado a lado com o homem

¹⁵¹ Excerto do texto do programa de 6 de Dezembro de 2003.

¹⁵² Excerto do texto do programa em língua Portuguesa e Xitswa de 2 e 3 de Julho de 2004.

nas tarefas de reconstrução “reservável”, é com este nosso programa sobre a mulher e a vida que vamos tentar falar um pouco sobre a participação directa da mulher na vida particularmente no nosso distrito e no país e no mundo em geral.”¹⁵³ A abordagem seguida foi generalista e pouco clara.

A programação da rádio dá relevância ao tratamento de questões relacionadas com a mulher, como os cuidados de higiene e saúde com os filhos, o casamento, as receitas de culinária. O tratamento dos temas poderá passar pela defesa de princípios universais de igualdade como também apresentar as especificidades da mulher moçambicana. Consideramos que na rádio deverão ser apresentadas as duas perspectivas, visto ambas coabitarem na comunidade. O relevo dado às temáticas ligadas à mulher não tem apenas em conta que mais de metade da população é constituída por mulheres, mas também a apologia do incremento do desenvolvimento local através das mulheres, especialmente nas áreas da prevenção da SIDA, vacinação, higiene, planeamento familiar, escolarização das crianças, entre outras. Defendemos a divulgação destas campanhas privilegiado o público feminino africano que é mais receptivo à alteração de hábitos. A preocupação da divulgação das questões do género na rádio conduziu também à promoção do voluntariado feminino¹⁵⁴ e ao aumento de programas sobre a mulher.

Na área da saúde as temáticas da cólera, tuberculose, malária, medicina preventiva e SIDA são as mais debatidas, o que corresponde às doenças com maior incidência no distrito. No início das emissões, os jornalistas convidavam apenas técnicos de saúde. Presentemente, sobretudo para tratar da pandemia da SIDA, convidam líderes comunitários e/ou pessoas mais velhas que tenham conhecimento de casos de familiares ou amigos infectados. Para equilibrar a linguagem técnica, que muitas vezes não convence a população a mudar de hábitos, colocaram a voz dos mais velhos, o grupo mais respeitado numa comunidade agrícola africana. Como afirmou um líder comunitário: “As pessoas não podiam falar assim, tem que falar da maneira para não ofender as pessoas. Já não sabiam

¹⁵³ Excerto do texto do programa de 25 de Abril de 2002

¹⁵⁴ De lembrar que oito, dos dezassete voluntários da rádio, são mulheres.

mesmo nada. Agora já morreu a prima, a tia, o irmão. Agora já sabem, mas têm de dizer daquela maneira boa.”¹⁵⁵ É de salientar que os primeiros *spots* feitos para as rádios comunitárias sobre a SIDA, do Núcleo Provincial do Combate ao Sida, provocaram alguma estranheza na população especialmente nos mais velhos, o que levou à sua retirada e à elaboração de outros de acordo com a linguagem e cultura local.¹⁵⁶

Um jovem de dezanove anos entrevistado questionou-nos sobre o significado de DTS, visto ouvir constantemente estas iniciais na rádio e não saber o seu significado. Posteriormente, interrogámos alguns voluntários sobre o significado de DTS, o que revelou que um número reduzido conhecia o conceito. A maioria identificava as iniciais, mas não sabia explicar o que queriam dizer. De Janeiro a Abril de 2004, procedeu-se à implementação de um plano de acção na área da SIDA, com o principal propósito de capacitar os voluntários no tratamento dessa temática. Apesar do carácter emergente destas práticas, devemos valorizar a acção exercida pela rádio juntamente com outras entidades na criação de condições de bem estar.

Os responsáveis pela mobilização referiram que essas lacunas já foram detectadas por técnicos da UNESCO e que, presentemente, estão a fornecer formação para melhorarem a prestação.

Na área do meio ambiente, as preocupações tratadas passam pelos “meios de purificar o ar”, poluição no mercado, a construção de habitações, a erosão e as queimadas descontroladas. Destacamos o programa *A casa onde o homem vive*: “O melhor lugar para construirmos a nossa casa deve ser num terreno alto mas não muito alto, mas sim desde que permita a escoação da água rapidamente. Também deve ser num lugar onde não esteja muito perto de alguns pântanos ou charcos, mas também não deve estar longe dos rios onde a pessoa possa ter água potável. Seria também muito bom se a nossa casa estivesse perto de uma escola, de um posto de saúde.”¹⁵⁷ ou o programa sobre

¹⁵⁵ Entrevista a Bernardo António, líder comunitário, a 2 de Julho de 2004

¹⁵⁶ A tradução para línguas autóctones de DTS corresponde em português a “doenças apanhadas nas esteiras”. Nos primeiros tempos de emissão da rádio, os conceitos ligados à sexualidade não eram bem recebidos pela população mais velha.

¹⁵⁷ Excerto do texto do programa do dia 27 de Agosto de 2002.

“como gerir o ambiente”: “Em várias pesquisas que temos feito a respeito desta área do ambiente, constatámos que parece haver uma frequente contradição entre política de boa gestão dos recursos naturais que o governo estabelece e a sua permissividade face às infracções. Por isso, estimado ouvinte da rádio, é convidado a cumprir todas as leis e obrigações traçadas pelo governo para a boa conservação do nosso ambiente”¹⁵⁸ As dificuldades de adaptação dos textos dos manuais e prospectos de apoio, ao vocabulário perceptível pela comunidade, é visível na área da educação ambiental:

As temáticas apresentadas na área do meio ambiente, muitas vezes complementam os conhecimentos difundidos na área da agricultura. Numa comunidade eminentemente agrícola, existe apenas um programa semanal em Cicope sobre técnicas agrícolas. Neste caso, um dos principais motivos para o número reduzido de programas advém da quase inexistência de voluntários interessados nestas questões. É de salientar que os programas informativos diários habitualmente apresentam notícias sobre as questões agrícolas. Os programas sobre agricultura divulgam técnicas mais eficazes no tratamento da terra, como por exemplo a utilização de uma enxada de cabo cumprido em detrimento da enxada de cabo curto, mas também aconselham os ouvintes na gestão das colheitas, defendendo a armazenagem de toda a colheita para evitar a fome em períodos de escassez. Os programas agrícolas têm uma linguagem directa e clara e utilizam os conceitos entendidos na comunidade.

O programa *Educação da comunidade*, tal como o *Programa de Agricultura*, têm apenas uma edição em Cicope. É de realçar a existência de um grupo editorial de língua Cicope motivado e de formação recente que pretende valorizar a sua prestação na rádio e especialmente a intervenção de um voluntário mais experiente e interventivo. O programa *Educação da comunidade* aborda temáticas relacionadas com o absentismo escolar, especialmente das raparigas, o insucesso escolar, as debilidades da educação, mas também o significado das palavras em Cicope, as técnicas agrícolas e a gestão familiar. A linguagem utilizada é informal e directa e tem como principal objectivo promover

¹⁵⁸ Excerto do texto do programa de 15 de Outubro de 2002.

a educação junto dos encarregados de educação e diminuir o absentismo escolar.

No programa *Educação na comunidade*, sob o tema “Sobre a nossa residência”, foram tratados assuntos que vão ao encontro das características da comunidade, como por exemplo a transmissão de técnicas agrícolas para conseguirem a subsistência familiar. Num programa de 16 de Fevereiro de 2004, é abordada a ceifa e conservação do arroz: “Como o caro ouvinte/camponês acaba de ouvir, o arroz é ceifado depois de as suas plantas estarem secas e as suas antenas começarem a cair. É preciso preparar o próprio material como foices, tapetes ou sacos grandes, peneiras e muito mais.” No dia 5 de Janeiro da 2004, o programa tinha como tema “Aliviámos a pobreza absoluta em matéria de libertar a criança de ir à escola” e tinha como convidada uma professora. O *scrip* do programa refere o seguinte: “E é nos adultos que cabe a tarefa honrosa de tornar possível acima de tudo para alcançarmos a vida feliz para todas as crianças, que devemos trabalhar e combater. Tu não conheces-te o colonialismo e não podes lembrar dele, porque ainda não tinhas nascido.

Esse era um tempo em que as crianças moçambicanas não tinham direitos. Para eles não havia casa, não havia hospital, não havia centro infantil, não havia escola, não havia campos de jogos, não havia jardim, tudo isso só existia para os filhos dos colonos (...). O colonialismo, para dividir os homens começaram a dividir as crianças. O colonialismo ensinava as crianças brancas a desprezar as crianças pretas, ensinavam as crianças que tinham pais ricos a olhar as crianças pobres como seus criados. Ensinavam os filhos dos colonos a pensar que era justo que os filhos dos moçambicanos não tivessem nenhum direito e eles tiveram todos e ensinava as crianças moçambicanas aceitar que isto era certo. (...)

Estimado ouvinte, aconselhamos a todos para libertar a criança ir à escola, porque serão locutores, professores, presidentes, governantes e mais”

A “Campanha da água” é transversal a vários grupos editoriais e faz parte de um programa nacional de desenvolvimento rural através da gestão comunitária dos fontanários. O Estado pretende entregar às comunidades a manutenção dos chafarizes, nomeadamente a reparação das avarias. A promoção desta campanha é apresentada na rádio como um projecto similar à associação ARCO, valorizando a mobilização, a participação e a responsabilização. Para o Presidente do comité de gestão, a programação não inclui nenhum espaço destinado ao associativismo devido ao seu carácter

emergente. O associativismo, por vezes é afluído em programas como *Homoíne em foco* e *Jovem do Milénio*, como por exemplo o tema “O papel das associações juvenis na educação do jovem”.

O desenvolvimento participativo decorre de programas como *Homoíne por dentro e por fora*. As queixas contra serviços públicos, entregues na rádio servem de mote para o programa, sendo convidado um representante da instituição visada. O programa é anunciado previamente para que os ouvintes tenham possibilidade de colocar as questões/críticas por telefone ou carta.

“Numa emissão do *Homoíne por dentro e por fora* nós tínhamos cá a representante da polícia e lemos as cartas de alguns ouvintes que escutavam a rádio e reclamavam do modo de fazer dos polícias, porque os polícias é que faziam. Por lá, por detrás do Hospital tem uma esquina que vendem a bebida tradicional, a aguardente que chamam de “totonto”. Os polícias antes de começarem a trabalhar iam lá e ingeriam aquela bebidinha e à tardinha voltavam lá, sem fazer o seu trabalho com a sua ética e nós pegamos nessas cartas e vimos que era um tema importante e fomos em loco ver essa questão. Até a comandante da polícia não sabia que tinha aquela esquina e foi desmantelar aquele sítio. Até fizemos uma *Cena aberta* sobre esse vício. Até me recordei que naquela data do 5 de Junho (Dia da Justiça), os ouvintes pediram para que o grupo editorial exibisse essa peça junto dos polícias.”¹⁵⁹ A maioria dos elementos da comunidade entrevistados destacaram as denúncias proferidas na rádio como o métodos mais eficaz para resolver problemas da comunidade. Contudo, as sugestões e denúncias são apresentadas por escrito e colocadas na caixa de sugestões, o que pode excluir a população não escolarizada de apresentar as suas queixas. Este facto foi desvalorizado pelos líderes locais e pelos responsáveis da rádio, justificando que os ouvintes muitas vezes apresentam as queixas oralmente na rádio ou apresentam-nas ao líder local que as encaminhará para a respectiva entidade. É de reforçar que são as denúncias escritas que normalmente são analisadas pela equipa editorial da rádio.

A parceria é promovida através da apresentação do programa *Cena aberta*, teatro radiofónico – um dos programas com maior audiência. Em 2002, um grupo de teatro local, constituído por jovens, iniciou a sua prestação na

¹⁵⁹ Entrevista a Cândido Isaías, Administrador da ARCO, a 28 de Junho de 2004.

rádio. A apresentação do teatro radiofónico possibilitou a divulgação do trabalho realizado pelo grupo, o que fez aumentar as solicitações para apresentações em palco nas várias localidades do distrito. O encenador e actores desenvolvem uma história partindo dos pedidos dos ouvintes ou de alguma preocupação da comunidade, normalmente abordando temas relacionados com alguma notícia local, como a gravidez na adolescência, a infidelidade e a corrupção das forças de segurança. Os pedidos dos ouvintes para o tratamento do tema da corrupção das forças de segurança surgiu depois da apresentação do programa *Homoíne por dentro e por fora* que denunciou a situação. A temática da SIDA é constantemente abordada, como relatou o encenador do grupo: “Há uma história de um senhor que vivia com a família, só que ao longo dos dias conheceu uma menina, uma menina que achou que fosse bonita e começou a meter-se com essa menina. Foi iniciativa do amigo que levou para divertir-se com essa menina e fez relações sexuais com essa menina sem a camisinha e começou a desviar os valores do salário de casa para aquela menina, passou a vida em casa daquela menina. Encontrou os amigos que lhe queriam bem: “Porque você, deixa a sua família e se vai juntar com aquela menina”. Não quis ouvir...só que de repente começou a ficar doente, adoeceu durante alguns dias, alguns meses, aquela menina já por ver que é pá: “Este senhor já está mesmo doente.” Tomou a iniciativa de expulsar aquele senhor. Volta de novo para a sua casa. A mulher quando a deixou com as crianças ficou com o seu sofrimento. A esposa tentou no início recusar, mas ao fim ao cabo recebeu e aconselhou que fosse ao hospital fazer o teste e dali notou-se que tinha o vírus e dali pediu perdão e começaram de novo a viver juntos.”¹⁶⁰ Com a participação na rádio, o grupo de teatro aumentou o número de elementos e tem uma prestação mais versátil: para além do trabalho radiofónico, fazem apresentações em palco e espectáculos de rua, especialmente em dias de eventos locais, apresentando os textos de maior sucesso da *Cena aberta*.

A programação inclui temas temporários, como é o caso do *programa de educação cívica eleitoral*. Durante o nosso trabalho de campo estava a decorrer o recenseamento eleitoral e apesar de anteriormente existir um programa de educação cívica, durante o referido período aumentaram o número de edições e valorizaram a questão eleitoral. É de realçar a constante cobertura do processo

¹⁶⁰ Entrevista a Reginaldo Nguelume, voluntário da ARCO, a 30 de Junho de 2004

de recenseamento realizada diariamente pela rádio. A rádio assume o papel de promotor dos princípios democráticos na comunidade, mas reforçando o carácter independente. A UNESCO inclui no seu plano de formação as linhas orientadoras para a cobertura das eleições. Segundo os entrevistados na rádio, nas anteriores eleições o processo eleitoral decorreu sem percalços e a programação da rádio reforça sempre a sua acção no período de recenseamento mas não há tempos de antena na rádio.

Numa análise mais detalhada da participação dos elementos da comunidade nos programas da rádio constatámos que das cinquenta e seis horas de emissão semanais em Xitswa, apenas sete horas e cinquenta minutos são dispendidos para programas com a participação dos ouvintes, em Cicope, das vinte e oito horas semanais, somente quatro horas e trinta minutos e em Português das vinte e oito horas semanais, apenas cinco horas e quinze minutos. A maioria destes programas tem carácter recreativo, como *Programa da criança*, *Programa de dedicatórias*, *Escolha nós tocamos* e *Como foi a semana* –, também são realizados programas informativos, como a *Entrevista semanal* e *Homoíne por dentro e por fora*. No entanto, não incluímos as reportagens que são apresentadas nos informativos e os convidados que participam em programas com temas específicos. Numa primeira análise, os valores constatados ficam aquém do desejado para um projecto participativo, contudo pelas entrevistas realizadas aos ouvintes do Homoíne, verificamos que a população vive no limiar da pobreza e tem como prioridade crucial a procura de meios de sobrevivência, não tendo disponibilidade para participar na rádio. Todos valorizam a escolarização e consideram que o grupo da rádio é o mais capaz para transmitir informações e conhecimentos, mas que também é o que melhor representa os interesses da comunidade. É de salientar que o processo de instalação da rádio decorreu durante dois anos e foi liderado por um grupo que surgiu na comunidade, o que facilita o sentimento de pertença pela comunidade.

A grelha de programação é elaborada tendo em conta os estudos de audiências efectuados, as sugestões escritas dos ouvintes, mas os mobilizadores da rádio também têm em conta as grelhas modelo e as orientações do desenvolvimento integrado da comunidade. Podemos afirmar que a grelha não corresponde às necessidades da comunidade, nomeadamente pelas lacunas existentes ao nível da divulgação das técnicas agrícolas. Contudo, a grelha de programação é resultado da própria responsabilidade e participação da comunidade e está em permanente mudança, possibilitando a sua reestruturação de acordo com a comunidade. Os coordenadores locais do projecto valorizam as dinâmicas da participação, mas não devemos ignorar a prática tradicional que valoriza a acção do líder local e que diferencia o género. Mais uma vez, os conceitos inerente à democracia participativa não deverão ser exigidos numa sociedade alicerçada noutras estruturas organizativas.

A actuação da rádio ARCO possibilitou a emergência de uma sociedade informal que tenta compensar as fraquezas do Estado, através da denúncia de situações de infracção e da exigência de responsabilidade. Queremos sublinhar ainda a possibilidade de qualquer elemento da comunidade apresentar um projecto para apresentar na rádio, o que comprova a emancipação e a iniciativa promulgada pelos actores da "sociedade civil".

A coordenação da actividade radiofónica aos alfabetizados da comunidade não será de criticar. A rádio é o meio privilegiado de transmissão das linhas orientadoras do desenvolvimento local. Todavia, todos os elementos da comunidade deverão ter fácil acesso aos microfones da rádio. O comité de gestão da rádio ARCO demonstrou sensibilidade em relação a esta questão, especialmente porque é constituído por um grupo muito heterogéneo, com quinze elementos da comunidade, alguns deles analfabetos.

De referir ainda que a participação da comunidade é condicionada pelos os fundos disponíveis na rádio. Perante a questão de que as reportagens dos noticiários só incluíam líderes locais e governamentais e raramente recorriam a testemunhos da comunidade envolvida no assunto tratado, os coordenadores

da rádio justificaram-se com a falta de verba, normalmente nas duas últimas semanas de cada mês, para efectuarem exteriores.¹⁶¹

3.2. Rádio Comunitária de Mutarara (1999/2004)

3.2.1. Caracterização Geral de Mutarara

O distrito de Mutarara situa-se na província de Tete, na zona centro do país.¹⁶² O distrito de Mutarara tem 130 743 habitantes, numa província com 1 388 205 habitantes, com a densidade populacional de 22 hat/km² e 16,7 hat/km², respectivamente (INE, 2003b:9). O distrito de Mutarara faz fronteira a oeste com a República do Malawi. Os agregados familiares têm o número médio de três membros, numa população em que 52,3% são mulheres. (INE, 1999b:11-21)

A capital de distrito apresenta um povoamento disperso que se situa ao longo da estrada de terra batida. O mercado e o edifício da administração situam-se a meio do percurso da via que percorre a povoação. Nesse edifício encontra-se o serviço de correios e o único rádio rural da região. Existe uma pequena avenida entre o edifício do governo e a zona dos restantes serviços da localidade. Aí se situa a rádio comunitária, a delegação do Ministério da Agricultura, a sede do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (GPZ) e a agência da Visão Mundial. Os bairros habitacionais distribuem-se ao longo da estrada que funciona como a coluna dorsal da

¹⁶¹ Na última semana de Junho de 2004, saíram quatro vezes para efectuar reportagens. A rádio possui um veículo motorizado para as deslocações.

¹⁶² Ver mapa 1 do anexo II e as fotografias do anexo I referentes à pesquisa em Mutarara.

localidade. O rio Zambeze é atravessado por a ponte D. Ana, o que permite a ligação rodoviária a Sena, província de Sofala.¹⁶³

Na província de Tete, predominam as línguas Cinyanja, Ciyungwe e Cisena. No distrito de Mutarara é indiscutível a predominância da língua Cisena (97,5%), existindo ainda alguns falantes de Ciyungwe (1,3%). (Firmino, 2002:92). No que diz respeito ao conhecimento da língua portuguesa, nos valores apresentados no Censo 97, apenas 16% da população rural da província de Tete afirmou saber falar português, especialmente indivíduos do sexo masculino e com idades compreendidas entre os dez e os trinta e nove anos. Para tal contribui acentuadamente a escolarização. (INE, 2000:43-44)

Semelhante aos valores de todo país, 50% da população de Mutarara tem menos de dezasseis anos, mas os níveis de escolarização ainda se encontram muito baixos, visto que 60,7% da população rural da província de Tete não sabe ler nem escrever (INE, 1999b:11- 41) A rede escolar do distrito de Mutarara é constituída por setenta escolas EP1, quatro escolas EP2 e um estabelecimento de ensino ESG1¹⁶⁴. Os professores não têm formação específica no distrito. Assim, a maioria tem a 10ª Classe. Devido às dificuldades de acesso do distrito de Mutarara para a cidade de Tete, poucos são os alunos – especialmente as raparigas por valores culturais – que prosseguem estudos na Escola Secundária de 2º Ciclo.¹⁶⁵

No que concerne aos cuidados de saúde, a população é servida pelo Hospital Rural de Mutarara, por sete Centros de Saúde e por três Postos de Saúde, para uma população com uma esperança de vida de 46,6 anos. (INE, 2002b:26).¹⁶⁶

¹⁶³ Durante a actividade da linha de comboio do Sena, a ponte era ferroviária. Actualmente, tem uma placa de madeira que permite a passagem de automóveis, mas especialmente de bicicletas.

¹⁶⁴ De salientar que todos os quadros técnicos superiores e representantes do governo de Mutarara não são naturais da região.

¹⁶⁵ A população de Mutarara apresentava o exemplo de uma rapariga que prosseguiu estudos em Tete e engravidou. Perante tal facto, os pais consideram as deslocações das raparigas uma atitude um pouco leviana.

No distrito de Mutarara, o isolamento é marcante. O único órgão de comunicação é a Rádio Comunitária de Mutarara. A televisão e a imprensa escrita não chegam ao distrito. O GTZ apresentou um projecto ao governo central para reforçar o sinal da rádio comunitária e para instalar um retransmissor da TVM e a ligação de internet para a capital do distrito. Segundo o recenseamento de 1997, cerca de 25,4% dos agregados familiares possuem rádio. (INE, 1999b:92). Tendo em conta uma sondagem promovida pelo ICS, actualmente cerca de 98% da população tem rádio, o que não foi confirmado pelo administrador do distrito nem por um elemento da Comissão Instaladora da Gestão da Rádio Comunitária, que consideram que esse número só se aplica à zona urbana e que muitos têm acesso à rádio no mercado ou na casa do vizinho.¹⁶⁷

A agricultura é a actividade predominante, muitas vezes associada à silvicultura e à pesca no rio Zambeze. A pesca no rio Zambeze, o comércio, normalmente informal¹⁶⁸, e a manufactura são actividades significativas. Na agricultura, os produtos mais cultivados são a batata doce, a mandioca, o milho, a mapira, a cana de açúcar e o algodão.¹⁶⁹ As entidades locais procedem à divulgação de outras culturas, com o intuito da diversificação da colheita, bem como à variação do local de cultivo, para responder às dificuldades emergentes da subida do caudal do rio Zambeze.¹⁷⁰ Com a excepção dos funcionários públicos, os habitantes da região dedicam-se à agricultura. A falta de outros recursos financeiros provoca a venda de parte da colheita para adquirirem outros bens de consumo ou para pagarem o material escolar dos filhos, o que, por vezes, conduz à fome cíclica, devido à má gestão das reservas alimentares.

¹⁶⁷ Entrevistas ao Administrador do Distrito, Damião Trinta, a João Baptista, elemento da Comissão de Gestão da Rádio Comunitária, e ao Coordenador da Sub-Região de Chire-Zambeze do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze, Dínis Matediane, no dia 5 de Abril de 2004

¹⁶⁸ Ver preço de produto nos mercados no anexo VIII.

¹⁶⁹ A guerra civil destruiu a fábrica de algodão existente e que se transferiu para o distrito de Murrumbala.

¹⁷⁰ As cheias de 2000 afectaram fortemente a região. A população teve que se deslocar para as regiões mais altas. O governo está a implementar uma prática de culturas nas terras altas e nas terras baixas, para que, em caso de nova cheia, não surja a fome.

O GPZ financia projectos de micro-crédito para o desenvolvimento de áreas de regadio, com o intuito de aumentar a produção, bem como promover a criação de associações de camponeses que respondam mais eficazmente às instituições de crédito.

Mutarara dista cerca de duzentos e noventa e cinco quilómetros de Tete, por estradas de terra batida, e de mil oitocentos e sessenta e quatro quilómetros de Maputo. Na época das chuvas, por vezes, a estrada que liga à capital de distrito fica intransitável. Nestas ocasiões, as únicas vias de acesso ao distrito são através de Chimoio, o que perfaz um total de cerca de oitocentos e dez quilómetros entre Mutarara e Tete, ou pelo Malawi, que, apesar de ser um percurso mais curto, implica a necessidade de um visto. Para as deslocações até à capital de distrito, a povoação recorre aos “chapa-cem” que, por norma, só circulam duas a três vezes por semana. As deslocações no distrito são realizadas especialmente de bicicleta.¹⁷¹

A cidade de Mutarara foi fortemente destruída pela guerra civil, por acolher a sede da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)¹⁷² durante o conflito. Em 1986, a FRELIMO procedeu ao bombardeamento da localidade, o que provocou a deslocação de grande parte da população para os campos de refugiados do Malawi¹⁷³ e a destruição ou degradação de todas as infra-estruturas existentes. Actualmente, ainda existe um número significativo de edifícios destruídos e com marcas dos bombardeamentos. A linha férrea que ligava Mutarara ao Malawi e a Tete é que era o corredor de acesso/escoamento dos produtos foi fortemente destruída com a guerra civil.¹⁷⁴

A população de Mutarara habituou-se a receber donativos para ultrapassar as suas dificuldades: quando eram refugiados, quando se

¹⁷¹ Constatámos que durante a manhã o espaço exterior do edifício da administração fica preenchido com dezenas de bicicletas. De realçar que, durante a nossa estadia, a temática mais debatida nas conversas casuais era o estado da via entre Mutarara e Tete.

¹⁷² Actualmente, em Mutarara existe um clima de agressividade latente entre os apoiantes da FRELIMO contra os da RENAMO. Na campanha eleitoral de 2004 verificaram-se algumas escaramuças.

¹⁷³ Todos os adolescentes que entrevistámos nasceram no Malawi.

¹⁷⁴ Cf. anexo I imagem nº 23.

reinstalaram nas suas terras e, mais recentemente, com as cheias de 2001.¹⁷⁵ Os elementos da rádio comunitária e as entidades locais entrevistados reconhecem que os apoios constantes contribuíram para o aumento da indolência e para a falta de iniciativa da população para resolver os seus problemas.¹⁷⁶

As organizações associativas são praticamente nulas, traduzindo-se em alguns grupos informais de dança e dois grupos de teatro - *Geração Biz* e *Psi jeito* - que ensaiam pontualmente para os eventos locais e na *Chikwa chathu*¹⁷⁷ (Associação de Camponeses do Distrito de Mutarara). A Visão Mundial tem um escritório em Mutarara que trabalha essencialmente no combate à fome e no desenvolvimento agrícola através da campanha "Comida pelo Trabalho". Este programa consiste na apresentação de projectos por parte das entidades locais, de acordo com as suas carências mais prementes, como a construção de uma escola e o arranjo de caminhos, entre outras. A expressão desportiva traduz-se pela realização de jogos de futebol em dias de festividades e pela prática desportiva nas escolas. Segundo o administrador do Distrito, a população tem revelado pouco interesse na participação nas actividades culturais, nomeadamente "no último festival de dança, a participação foi muito fraca."¹⁷⁸

¹⁷⁵ Opinião defendida pelos entrevistados voluntários da rádio e pelas autoridades locais. Quando realizámos uma reunião com os chefes comunitários da localidade, eles pediram um donativo no final da reunião, visto estarem habituados a receber alguns bens sempre que se encontram com alguém do exterior.

¹⁷⁶ Constatámos várias situações que exemplificam esta situação, nomeadamente a incapacidade da população para resolver uma avaria na bomba de água de um poço, responsabilizando a administração local pelo reparo da avaria.

¹⁷⁷ Em Português significa *o nosso celeiro*.

¹⁷⁸ Entrevista ao Administrador do Distrito, Damião Trinta, no dia 5 de Abril de 2004.

3.2.2. A Rádio Comunitária de Mutarara

A falta de informações factuais foi uma das dificuldades sentidas na pesquisa efectuada em Maputo, Tete e Mutarara sobre a Rádio Comunitária de Mutarara. Tal facto deve-se essencialmente à constante mudança dos elementos da rádio, mas especialmente à pouca planificação e registo das etapas do projecto. Assim, é notória a discrepância quantitativa de informação entre a Rádio Comunitária de Mutarara e a Rádio ARCO.

As rádios comunitárias da província de Tete foram pioneiras. O projecto surgiu em sequência da instalação da primeira rádio comunitária em Xai Xai. As três rádios instaladas localizam-se nos extremos da província de Tete -Angónia, Bawa e Mutarara. Em nenhuma delas se captava órgãos de comunicação social moçambicanos. A rádio de Mutarara foi instalada com o financiamento do Fundo Norueguês para os Refugiados. Em 1999, a rádio de Mutarara surgiu com o intuito de apoiar o regresso dos refugiados do Malawi.

As instalações da Rádio Mutarara pertencem à administração local. Já tinham servido de escritório da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e por uma empresa construtora do hospital. Após a realização do estudo de radiação, os elementos do ICS instalaram-se na casa referenciada. No entanto, existiu um pequeno diferendo com a administração local que exigia o pagamento de uma renda. Esta situação só foi ultrapassada aquando da substituição do administrador e com um despacho do governador a confirmar a cedência das instalações.

Em Julho de 1999, a rádio começou a funcionar com os técnicos do ICS. Pouco depois, promoveu-se um concurso para a selecção de um grupo de voluntários. Os professores foram os elementos da comunidade que rapidamente aderiram ao projecto, inscrevendo-se para voluntários. Durante um mês, procedeu-se à realização de testes de emissão e à formação de voluntários seleccionados sob a batuta de um elemento do ICS. Não foi

efectuado qualquer estudo de audiências ou sondagem para apurar os interesses e necessidades da população.

As primeiras emissões foram povoadas de percalços e falhas devido à fraca formação dos elementos da rádio. Para a direcção da rádio foi nomeado um coordenador que passou a pertencer aos quadros da administração pública. Com o intuito de criar centros de escuta da rádio Mutarara, foram distribuídos 10 transístores de manivela e energia solar aos líderes comunitários.¹⁷⁹

As avarias no emissor têm sido uma constante e comprometeram a desenrolar do projecto. Em 2000, verificou-se a primeira avaria. A rádio só voltou a funcionar em 2001, visto que o emissor teve que seguir para a África do Sul. De Julho de 2002 a Janeiro de 2003, verificou-se a segunda avaria. A consequente paragem após a avaria do emissor foi inevitável devido a não possuírem outro emissor suplente. A Fundação FORD custeou a reparação das três avarias do emissor.

Em Novembro de 2001, com o retomar das emissões, foi contratado o actual coordenador e realizou-se novo concurso para recrutar novos voluntários. Após a admissão dos voluntários considerados mais capazes, uma técnica do ICS de Tete procedeu à sua formação durante uma semana, que culminou com a reabertura da rádio.

Para além da formação ministrada aquando da instalação da rádio, o coordenador e alguns voluntários participaram em cursos de formação ministrados pelo Projecto Media da UNESCO, em Fevereiro de 2000, na capital, para abordagem de temáticas referentes à criação e gestão de uma rádio comunitária e, em Março de 2001, em Chimoio, para as voluntárias femininas, com o intuito de constituição da rede de mulheres nas rádios comunitárias.

No dia 1 de Março de 2004, a equipa de coordenação da rádio emitiu um comunicado, avisando a população de que a rádio teria de suspender as suas emissões por falta de verba para o pagamento da electricidade. A emissão da

¹⁷⁹ Cf imagem nº 43 do anexo I. Actualmente só existem dois: na rádio e num restaurante.

rádio esteve suspensa apenas 30 minutos, devido à pressão da população junto da administração para esta efectuar o pagamento da dívida.

A rádio continua em sessões experimentais. O delegado provincial do ICS em Tete pretende efectuar a inauguração da rádio no período de dois meses, esperando já estar instalado o sinal da TVM para a povoação de Mutarara.

3.2.3. Participação democrática

Motivos da instalação de uma rádio comunitária em Mutarara

Com a guerra colonial e mais tarde com a guerra civil, Mutarara sofreu constantes agressões bélicas. A mobilidade forçada da população – esporadicamente, para o mato e, de forma estabelecida, para os campos de refugiados no estrangeiro ou para as grandes cidades moçambicanas – faz parte da história de várias gerações. Todos os adolescentes entrevistados que nasceram entre 86 e 92 têm naturalidade do Malawi. Após o término da guerra civil e a assinatura do Acordo de Paz em 1992, verificou-se o repatriamento dos refugiados dos países vizinhos, essencialmente na República do Malawi, e o reassentamento dos deslocados internos, especialmente da Beira. Todo este processo foi acompanhado pelas agências das Nações Unidas, ONG's e Estados do Norte através de um complexo apoio humanitário.¹⁸⁰ O governo moçambicano, através do ICS, elaborou um projecto para apoiar o regresso dos refugiados na província de Tete através da criação de órgãos de comunicação

¹⁸⁰ Na sequência do Acordo de Paz de 1992, foi criado o UNOHAC (departamento de Coordenação da Assistência Humanitária), com a componente humanitária da operação de paz das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ)

comunitária em Angónia e Mutarara. O Estado moçambicano rentabilizou a ajuda internacional destinada especificamente ao apoio aos refugiados, elaborando projectos que facilmente seriam apoiados. No entanto, não se verificou nenhum estudo preliminar que antecederesse a escolha dos distritos para a instalação das rádios.

As localidades escolhidas não tinham acesso à informação, factor crucial para o delegado provincial: "(...)Por isso é que espalhei as rádios nos extremos da província de Tete. Há pessoas que me questionam. Mas eu respondo: Não há população lá? Há outros que defendem que se deve montar a rádio tendo em conta o maior índice populacional. Mas eu também penso o contrário. E aquela parte menor? A rádio permite um "background" muito grande para que os níveis de informação subam rapidamente, em termos de coordenação, de divulgação de projectos de várias áreas."¹⁸¹

O papel da comunidade na instalação da rádio comunitária

O regresso dos refugiados e o reassentamento dos deslocados internos teve maior incidência nos dois anos subsequentes ao Acordo de Paz. No ano de 1999, a população de Mutarara reorganizava-se, retomando especialmente a actividade agrícola.

Os representantes do ICS começaram o trabalho no terreno com a escolha das instalações para a rádio e a posterior instalação da antena e do equipamento da rádio.¹⁸² A capacitação dos voluntários seleccionados decorreu em pouco tempo. Não existiram contactos preliminares para a apresentação do projecto, para a recolha e discussão de opiniões e para a mobilização da comunidade. O projecto da Rádio Comunitária de Mutarara é um exemplo da discrepância existente entre a fundamentação teórica que chega aos doadores

¹⁸¹ Entrevista a Vítor Marrão a 3 de Abril de 2004

¹⁸² A torre do emissor da rádio foi reabilitada da Base Aérea de Mutarara Velha.

do Norte e a concretização prática. Segundo o delegado provincial de ICS, existiu um trabalho de mobilização da comunidade, mas que se traduziu pelos encontros estabelecidos com o administrador e as autoridades públicas locais. Os elementos do ICS que estiveram no terreno argumentam que a população é desconfiada e pouco trabalhadora: “O que eu senti é que as pessoas não se aproximavam muito da rádio. As pessoas são muito fechadas. Mas isso deve-se à guerra que houve no distrito. E as pessoas mesmo analfabetas sabem a força que a rádio tem.”¹⁸³ No início das emissões a população demonstrava alguma desconfiança em relação ao projecto e raramente visitava as instalações da rádio ou demonstrava disponibilidade para colaborar.¹⁸⁴ A atitude da população mudou substancialmente apesar da rádio não ter nenhum espaço de encontro. A população, especialmente as crianças e jovens, desloca-se habitualmente à rádio para comprar uma dedicatória, para visitar as instalações ou para conversar.

A primeira etapa do projecto foi a colocação do equipamento da rádio, revelando pouca consistência e muita urgência na concretização e preocupação excessiva na justificação dos fundos dos doadores do Norte. Constatámos que a primordial preocupação dos dirigentes do ICS é a conquista do número máximo de rádios comunitárias, em detrimento da edificação de projectos concernentes com a autonomia/sustentabilidade e o diálogo público. A não inclusão das despesas de manutenção da rádio no orçamento do projecto e a responsabilização de um funcionário do Estado pelo funcionamento da rádio são prova da fraca mobilização da comunidade. O primeiro coordenador da rádio escolhido foi um professor que era um líder carismático a nível local, o que facilitou a adesão da população. É de assinalar ainda que o ICS não estabeleceu uma data para entregar a rádio de Mutarara à comunidade, ou melhor, ao comité de gestão da rádio, que ainda não foi criado por falta de iniciativa e interesse do coordenador da rádio e/ou do delegado provincial do

¹⁸³ Entrevista a Vítor Marrão, delegado provincial do ICS, a 3 de Abril de 2004

ICS. Nos memorandos da AIM, os jornalistas da Rádio Comunitária de Mutarara são identificados como profissionais do ICS.

Consideramos que deveria estabelecer-se um contrato entre o ICS e os representantes da Rádio Comunitária de Mutarara para estimular a responsabilidade e a autonomia.

Não foi efectuado nenhum estudo concernente ao número de transístores existentes na comunidade, o que foi desvalorizado pelos executores, que se justificaram com a criação de centros de escuta de rádio a manivela e a energia solar.

Princípios fundamentais

Atendendo à documentação fornecida pelo ICS e aos discursos dos responsáveis do ICS e dos voluntários da rádio, as directrizes que regem o projecto seguem os manuais dos órgãos de comunicação comunitária, à semelhança da Rádio ARCO.

"No conceito da rádio comunitária referiu-se que o mais relevante é a finalidade, o objectivo que persegue. No entanto, por uma questão de apropriação da rádio comunitária pela comunidade, deve-se sempre ter em conta que em algum momento as rádios comunitárias devem passar para o controlo da comunidade." (ICS, 1999^a:10) Até agora, o princípio da emancipação da Rádio Comunitária de Mutarara remete-nos para documentação escrita. O carácter centralizador do Estado absorveu um dos fundamentos para uma rádio se tornar realmente comunitária.

Dimensão organizacional

O primeiro contacto estabelecido com o espaço da rádio remeteu-nos para uma associação juvenil, sem líder estipulado e com pouca organização. A Rádio Comunitária de Mutarara é administrada por um funcionário público, o coordenador¹⁸⁵, e supervisionada pelo delegado provincial do ICS. Devido à ausência de outras infra estruturas locais, a Rádio Comunitária de Mutarara é identificada como o centro de dinamização e de animação local.

A nível local, o grupo “fazedor “ de rádio é constituído por voluntários que têm as funções de jornalista/locutor e correspondente. Em comparação ao processo excessivamente burocrático de legalização da Rádio de Homóine, a rádio de Mutarara beneficia de menos burocratização por pertencer à “família” ICS e por não provir de uma associação.

Até ao momento e apesar de terem sido nomeados alguns indivíduos para a comissão instaladora do comité de gestão, estes ainda não executaram nenhuma acção inerente à gestão da rádio, apenas um dos elementos apoiou as actividades da rádio, quando foi solicitado. Para o delegado provincial, a eleição de um comité de gestão está dependente da realização de uma reunião geral para a eleição da equipa.

Dimensão institucional

Até ao fim da guerra civil, o estado socialista monopartidário regulava com legitimidade toda a organização das relações sociais, orientando e vigiando

¹⁸⁵ O coordenador é natural de Angónia, onde era voluntário da rádio comunitária local. Quando faleceu o primeiro coordenador da Rádio Comunitária de Mutarara, foi contratado para ocupar o seu lugar.

a acção das organizações. Com o estabelecimento do regime democrático, o Estado escuda-se nos princípios democráticos, defendendo a gestão comunitária das rádios comunitárias. Contudo, a Rádio Comunitária de Mutarara é um órgão de comunicação do ICS, ou seja, do Estado. A permanência de um Estado titular que adopta a legitimidade de regular em exclusivo as rádios do ICS destitui-as da atribuição de rádios comunitárias.

O Estado personifica também o papel de financiador do projecto. Apesar de todos assumirem que este é um mau financiador, a comunidade e o coordenador da rádio reconhecem que, em caso de se escoarem as condições mínimas para a rádio continuar a emitir, eles vão recorrer ao Estado através do delegado provincial do ICS e/ou do administrador do distrito.

A pressão e a influência exercidas pelo ICS em relação ao funcionamento da rádio são pontuais, devido ao isolamento da localidade durante a época das chuvas e à falta de verbas dos representantes do ICS em Tete para deslocações.¹⁸⁶

A posição do coordenador da rádio em relação ao administrador de Mutarara não foi esclarecida. Contudo, a administração é a única entidade que não paga os anúncios, o que foi justificado com o pagamento da última conta de electricidade da rádio.¹⁸⁷

O acordo do ICS estabelecido com a UNESCO passa pelo fornecimento de formação da última. Contudo, a postura crítica em relação à UNESCO é muito forte por parte dos técnicos do ICS de Tete, que advertem para o facto de esta querer controlar os Media. “O projecto da UNESCO foi desenhado pelo ICS. Foi defendido nas Nações Unidas pelo Presidente Chissano, foi desenhado pelo Director Tinga e foi roubado pela UNESCO. Quando eu digo roubado é que a UNESCO recebe o projecto e quando vem implementá-lo em Moçambique, em vez de o entregar ao país, prefere ser as Nações Unidas a implementá-lo. Nunca, em nenhuma parte do mundo. Não pode ser assim. Se eles

¹⁸⁶ Habitualmente, o delegado provincial do ICS visita a rádio uma vez por ano e os técnicos conforme as avarias surgidas.

¹⁸⁷ O formalismo está presente nos contactos estabelecidos entre as várias instituições locais. É necessário solicitar autorização aos chefes do bairro ou ao director das repartições públicas para a realização das entrevistas.

fazem isso é porque não confiam no país. Então como é que eles estão aqui? O que é que eles estão aqui a fazer?" ¹⁸⁸ A ingerência de uma agência internacional na área anteriormente monopolizada pelo ICS remete-nos para a debilidade de um Estado que está dependente da ajuda internacional, bem como para a postura do ICS ao centralizar a gestão das rádios comunitárias, o que se apresenta como um modelo a não seguir.

Funcionamento democrático

A maioria das declarações recolhidas em Mutarara aponta para o descrédito na participação activa da comunidade. Desde a guerra civil que a comunidade de Mutarara se habituou a receber doações para resolver as suas necessidades primárias, o que para muitos contribuiu para o "desempoderamento" (oposto a empowerment) da população. As justificações avançadas prendem-se com a inexistência de uma atitude participativa dos cidadãos, devido à apatia, à passividade, à desmotivação e ao comodismo ou derivada da falta de condições que facilitem essa participação.

O funcionamento democrático participativo está condicionado pela adopção de campanhas de selecção de voluntários - cerca de três voluntários seleccionados de cada vez. A justificação apresentada pelo coordenador fixa-se na qualidade da emissão. ¹⁸⁹ A promoção da participação equitativa e autónoma da comunidade só é conseguida com a aglutinação das acções e o entusiasmo de todos. O voluntário não deverá ser seleccionado, mas sim admitido. O que

¹⁸⁸ Entrevista a Vítor Marrão, delegado provincial do ICS, em 3 de Abril de 2004

¹⁸⁹ Durante a pesquisa verificámos prestações fracas por parte dos locutores/voluntários. No dia 7 de Abril, o coordenador da rádio decidiu colocar apenas mulheres a realizar a emissão, o que se traduziu em constantes falhas e até interrupções na emissão.

deverá mudar é a pretensão de apenas escolher indivíduos que apresentem capacitação para falar aos microfones ao fim de uma semana.

Os quadros técnicos locais são ocupados por indivíduos vindos de outras províncias que pretendem sair da região. A falta de identificação com a localidade e fraca motivação para a participação traduz-se na debilidade do projecto da rádio. A transferência do médico que colaborava com a rádio inviabilizou a continuidade do acompanhamento técnico da rádio na área da saúde. Não é fomentado o contacto com entidades públicas, associações ou grupos informais. A sua ocorrência está dependente de algum acontecimento excepcional. Outro aspecto a reter é o adiamento da formação do comité de gestão. A comunidade responsabiliza o delegado provincial do ICS por não realizar os trâmites para a sua constituição. Contudo, não se deslumbra um grupo de líderes independentes para assumir o cargo.

A acção participativa da comunidade traduz-se na intervenção entusiástica do grupo de jovens. Estes estabelecem as dinâmicas de acção da rádio e dirigem a relação com os ouvintes, num contexto onde predomina o imprevisto e a escassa organização. Não podemos intuir a criação de um órgão de comunicação direccionado para a juventude. Os mais velhos também têm o seu espaço, especialmente nos programas de divulgação das tradições locais.¹⁹⁰

Voluntários

O coordenador da Rádio Comunitária de Mutarara é o único elemento da equipa de redacção assalariado, atributo que não pretendemos desenvolver

¹⁹⁰ Os pais de alguns voluntários apoiam financeiramente os filhos para estes continuarem a exercer a sua função de voluntariado na rádio, o que os indisponibiliza para o exercício de outra ocupação remunerada.

neste item. Os nossos contactos com os voluntários traduziram-se na realização de doze entrevistas, que representam o número de voluntários participantes.¹⁹¹ A selecção dos voluntários processa-se de acordo com as necessidades detectadas pelo coordenador, mas excepcionalmente verifica-se a admissão directa de voluntários porque demonstram capacitação para enquadrarem o grupo.¹⁹² O facto de existir uma selecção de voluntários reforça nos escolhidos uma sobrevalorização das actividades, fortalecida pela possibilidade de representarem a “voz do povo”.

As orientações da rádio vão de encontro ao estabelecimento de equidade no género. Um dos últimos grupos que foi seleccionado é constituído por duas mulheres estudantes, visto anteriormente as 4 voluntárias cessaram a sua participação por pressão dos maridos, que consideravam que a actividade radiofónica ocupava muito tempo sem contrapartidas financeiras.

A lista não datada afixada na rádio tem identificados vinte voluntários, que actualmente se reduziu a dez voluntários permanentes, por desistência de alguns elementos devido à mudança de residência ou a problemas de saúde, e, especialmente, por não usufruírem de nenhuma recompensa monetária. As constantes avarias verificadas também contribuíram para a desmotivação e posterior desistência de alguns voluntários. O escasso número de voluntários é compensado com a prestação empenhada de alguns deles. É notório o entusiasmo pelo exercício desta actividade por parte de alguns voluntários que ocupam todo o tempo disponível na rádio. Um dos voluntários/professores vive e lecciona em Inhangoma, a vinte e cinco quilómetros de Mutarara. Faz emissões durante o fim-de-semana e dorme no chão do estúdio da rádio.¹⁹³ Outro voluntário que se encontra desempregado afirma: “Não estou a continuar esses estudos, mas fico aqui na rádio porque não temos mais que fazer. Eu vejo que é melhor

¹⁹¹ Cf. quadro nº3 no anexo III.

¹⁹² Em 2003, foram seleccionados três voluntários de um grupo de vinte e sete indivíduos.

¹⁹³ Entrevista a Jonas Bzinga, voluntário da rádio comunitária de Mutarara, em 5 de Julho de 2005. Nesse dia, o entrevistado dirigiu-se à rádio porque a população de Inhangona foi falar com ele para o informar de que estava a ser preciso na rádio. No dia seguinte, iria partir às 5 horas para a sua escola.

ficar aqui a brincar mas a recriar qualquer coisa para a comunidade e a aprender.”¹⁹⁴ Vários voluntários e colaboradores percorrem de bicicleta grandes distâncias para fazerem reportagens. Deslocam-se, nomeadamente, a Murrombala, que se situa a cerca de cinquenta quilómetros de Mutarara.

Os voluntários são jovens escolarizados, que exercem especialmente as actividades de professores e estudantes. Alguns são provenientes de outras localidades e vivem em Mutarara temporariamente por questões profissionais.

A formação dos voluntários é exercida pelo coordenador e voluntários mais experientes e pela leitura de um manual de jornalismo, com o intuito de transmitir rapidamente as práticas gerais de exercício da actividade radiofónica a aplicar ao fim de poucos dias. Todos os entrevistados enaltecem a formação jornalística adquirida, visto pertencerem a uma comunidade com fraca capacitação. Para completar a formação inicial, a equipa da rádio reúne uma vez por semana, procedendo à avaliação do trabalho realizado e planificando a semana seguinte.¹⁹⁵ Apenas o coordenador da rádio beneficiou de formação complementar fora do distrito, referente à produção de material informativo e educativo, à produção de grelha de programa, à gestão de uma rádio e à produção de programas educativos na área da SIDA.

Não há valorização do trabalho voluntário pelo ICS, considerando que a atribuição do equipamento para a rádio é um privilégio que a comunidade tem que rentabilizar. Não é distribuído nenhum lanche ou qualquer outro tipo de dádivas aos voluntários, apesar de existirem voluntários que estão todo o dia a trabalhar na rádio e que residem a cerca de doze quilómetros. Foi instituído um concurso para a eleição do melhor locutor, o que provocou entusiasmo no grupo de eleitos e na comunidade, que responderam com o envio de quatrocentas e setenta e uma cartas. O voluntariado é imperceptível para o funcionamento da rádio. A não promoção da responsabilidade através da aprovação de regras de funcionamento pelo grupo dificulta o seu funcionamento, verificando-se

¹⁹⁴ Entrevista a Aibo Patel, voluntário da Rádio Comunitária de Mutarara, em 4 de Abril de 2004

¹⁹⁵ Por vezes, a reunião não se realiza por falta de participantes.

constantes interrupções de emissão por falta do locutor/jornalista ou a sobrecarga do voluntário mais empenhado.¹⁹⁶ Contudo, todos os entrevistados referiram que pretendem continuar na rádio, mesmo não beneficiando de nenhum apoio. O voluntário Aibo Patel, que repara máquinas fotográficas para conseguir algum dinheiro para ele e para a sua família sobreviverem, afirmou: "Muitos colegas meus já se contrataram na educação e perguntam-me porque é que continuo na rádio se não ganho nada. No ano passado estive para ir embora para trabalhar na educação, mas o meu pai proibiu-me. Disse: fica lá a trabalhar para a comunidade, embora não recebas, mas não consegues comer aqui em casa?"

É de realçar que, perante a conversa estabelecida sobre as dificuldades dos voluntários, todos referiram aspectos ligados à falta de recursos - como a falta de gravador ou de transporte para efectuar as reportagens - e não às suas dificuldades individuais.

Os voluntários utilizam o espaço da rádio nos momentos de lazer. É vulgar encontrar no espaço da rádio outros jovens que vêm ao encontro dos amigos que trabalham na rádio. A falta de espaços de convívio e lazer no distrito contribui para a dinamização da rádio.

A auto-motivação é a estratégia crucial do grupo de voluntários que todos os dias se sente privilegiado por representar a "voz da comunidade" Para Inácio Semente, voluntário da rádio, a rádio "É da população. Deve atender as necessidades da população e deve trabalhar para a população.(...) Sou voluntário... É por Dom, uma vocação. Eu faço um trabalho que ofereço."¹⁹⁷

¹⁹⁶ Nos dias 7 e 8 de Abril verificou-se a abertura tardia da emissão, por volta das 9 horas.

¹⁹⁷ Entrevista ao voluntário Inácio semente, no dia 4 de Abril de 2004.

Financiamento

A ocultação de informações descritivas e quantitativas do financiamento da rádio comprometem a análise sobre esta área.¹⁹⁸ Durante a pesquisa, constatámos que não há um registo sistemático da receita dos serviços efectuados.

Segundo o delegado provincial do ICS, as receitas cobrem apenas a compra do material de desgaste, o combustível para o veículo motorizado, a conta da electricidade e os vencimentos do contínuo e do guarda nocturno. O pagamento do coordenador é da responsabilidade do ICS. No entanto, o veículo motorizado não tem funcionado porque não existiam fundos para pagar o arranjo que o mecânico tinha efectuado; o contínuo e o guarda nocturno não recebem há vários meses; e a electricidade¹⁹⁹ foi paga pela administração para permitir a continuidade das emissões. Atendendo à opinião dos voluntários, as receitas restringem-se às dedicatórias e anúncios²⁰⁰, o que não chega para as despesas.

Os voluntários da rádio reforçaram o seu descontentamento pelo desconhecimento dos quantitativos do orçamento da rádio, área coordenada entre o delegado provincial e o coordenador da rádio. A descoordenação é evidente no desconhecimento do pagamento dos anúncios da rádio ao delegado provincial em Tete. Os voluntários afirmam que apesar dos comerciantes alegarem efectuar o pagamento, este quantitativo nunca chega à rádio. Estas informações foram negadas pelo delegado provincial, que afirmou que essas receitas são depositadas numa conta da Rádio Comunitária de Mutarara.

¹⁹⁸ O delegado provincial de Mutarara remeteu para o coordenador da rádio e este justificou-se com o desaparecimento de todos os documentos existentes na rádio e não comparecendo à entrevista onde iríamos debater esta temática.

¹⁹⁹ Os elementos contestam o pagamento da taxa de radiodifusão através do pagamento de energia à EDM, pois a única rádio é a Rádio Comunitária.

²⁰⁰ A média diária é de dez em língua portuguesa e quarenta em Cisena.

O projecto sobrevive do imprevisto, elaborado sem a inclusão de um orçamento para a manutenção e sem a dinamização de práticas de sustentabilidade por parte do ICS. Para além disso, o material técnico é escasso e em mau estado²⁰¹, o que, por vezes, põe em causa a manutenção das condições mínimas²⁰²

Ao nível das parcerias, o delegado provincial estabeleceu contactos com as delegações distritais da saúde e agricultura, mas sem resultados práticos.

A falta de planificação é notória nos projectos previstos pelo Estado. Apesar de a rádio sobreviver com constantes percalços, o ICS pretende colocar o sinal da TVM e instalar seis postos de acesso à Internet. Outro exemplo é dado pelo GPZ que adquiriu rádios à manivela e a energia solar por cerca de cento e vinte dólares e irá vendê-los à população a custo subsidiado de quarenta e cinco dólares, quando existem no mercado local rádios a dois dólares. A política do Estado favorece o estabelecimento de novos meios técnicos sem um plano integrado, mesmo que a população não tenha condições financeiras para os suportar.

Os gestores da Rádio Comunitária de Mutarara não identificaram medidas a aplicar para a implantação da sustentabilidade da rádio, o que comprova a completa inexistência de algum pressuposto ligado à sua autonomia.

²⁰¹ Apenas há um gravador a funcionar convenientemente e a falta de cassetes leva a que sejam os próprios voluntários a comprarem-na. O ar condicionado avariou em Dezembro e foi arranjado em Abril do ano seguinte.

²⁰² Ver lista de material no anexo V.

Comunidade

Todas as crianças com quem contactámos referiram que o seu sonho é trabalhar na Rádio Comunitária de Mutarara.²⁰³ O grupo mais idolatrado pela comunidade está envolvido com o projecto da rádio. Desta forma, é prestigiante ser voluntário da rádio. As crianças de Mutarara frequentam diariamente a rádio, são as mais participativas na resposta aos enigmas e na compra de dedicatórias.²⁰⁴ É de salientar, que as mulheres raramente se dirigem à rádio, mas acompanham através do transístor todo o que se passa na rádio.

No dia 5 de Abril, foram emitidas quarenta e cinco dedicatórias em Cisena e dez em Português.²⁰⁵ Existem muitos locais de venda de dedicatórias, nomeadamente as escolas por intermédio dos professores e a comunidade de Morrumbala tem uma rádio comunitária a emitir. A língua mais utilizada na redacção das dedicatórias é o Cisena. As dedicatórias em Português são, normalmente, enviadas pelos ouvintes mais jovens, contudo os mais jovens também são os principais compradores de dedicatórias em língua local, com o intuito de que todos os destinatários entendam a mensagem. É habitual, as crianças realizarem pequenos serviços, como consertar bicicletas, com o objectivo de conseguirem dinheiro para comprarem dedicatórias.

No dia 5 de Abril foram apresentados três anúncios, número regular devido à falta de empresários e comerciantes na região. Os anúncios são redigidos em português e traduzidos para Cisena pelo locutor quando for caso disso. É habitual, o contínuo da rádio e os comerciantes das bancas de venda de anúncios escreverem o texto ao cliente, normalmente necrológicos, dos ouvintes. Só os anúncios das empresas, organizações ou entidades pública são redigidos pelos próprios.

²⁰³ Ver imagens em anexo.

²⁰⁴ Duas crianças que regularmente compram dedicatórias conseguem o dinheiro através do arranjo de bicicletas no mercado.

²⁰⁵ As dedicatórias e os anúncios não são arquivados. Ver imagem nº 32 do anexo I e o modelo de dedicatória que se encontra no anexo VII.

Segundo informações do ICS, em Morrumbala a rádio mais ouvida é a de Mutarara. Durante a nossa pesquisa contactámos com ouvintes vindos dessa localidade para conhecer a rádio de Mutarara. A convite da comunidade desse distrito, foi efectuada uma gravação de músicas tradicionais pela equipa da rádio de Mutarara. O trabalho foi pontual porque a equipa não tem transporte.²⁰⁶

A rádio não possui nenhum mecanismo de recolha da opinião dos ouvintes, para além do programa semanal *Rádio na rua* e das conversas informais. A maioria da população refere que a rádio pertence à comunidade, mas alguns referem que pertence ao governo e ao delegado provincial do ICS.

Durante décadas, a população de Mutarara habituou-se a receber donativos: quando eram refugiados, no realojamento e nas cheias. A instalação da rádio foi considerada mais uma das doações da época do realojamento. Actualmente, a presença de ouvintes é constante na rádio. Os ouvintes oferecem cassetes e material de desgaste para a rádio. Este ano entregaram cerca de quinze cassetes. Os líderes comunitários e ouvintes entrevistados vão regularmente à rádio.²⁰⁷ Os líderes comunitários efectuem reuniões regulares nas suas comunidades e recolhem as sugestões e críticas sobre as repartições públicas e sobre a programação da rádio, que posteriormente apresentam oralmente na rádio.

A acção precária dos “fazedores” da rádio também se repercute na ausência de meios estruturados de recolha da opinião dos ouvintes e da sua participação na rádio. Habitualmente, os contactos estabelecidos têm um carácter informal. É de salientar que diariamente o administrador do distrito recebe no seu gabinete todos os habitantes que o solicitarem. Durante o trabalho de campo constatámos que os ouvintes se dirigiam regularmente à rádio para apresentar críticas sobre alguma falha ou imprecisão da programação dos dias anteriores, ou que os habitantes de outras localidades do

²⁰⁶ A rádio possui um veículo motorizado que não está a ser utilizado por avaria, não tendo fundo para resolver a situação.

²⁰⁷ O coordenador da rádio emitiu um anúncio que convocava os voluntários e líderes comunitários a participarem no trabalho de pesquisa.

distritos recorrem aos voluntários da rádio que habitam ou trabalham na sua localidade para manifestar as suas queixas.

Alguns dos ouvintes entrevistados salientaram que o ICS não solicita a participação da comunidade na programação e na doação de dinheiro. A selecção dos voluntários da rádio e a inexistência de um comité de gestão não favorecem a participação da comunidade. O ICS não realizou o trabalho de inclusão da comunidade, limitou-se apenas a instalar a rádio, nomear um coordenador da rádio, que neste momento é um indivíduo exterior à comunidade. Os técnicos do ICS não estabeleceram condições para a rádio ser assumida pela comunidade, mas justificam-se com a falta de iniciativa histórica da população de Mutarara. Contudo, o delegado provincial do ICS de Tete afirma: “Uma das coisa é que a rádio veio trazer uma grande abertura para as pessoas. As pessoas estavam muito fechadas pela questão da guerra. Perderam o medo. Começaram a habituar-se a ouvir rádio. Começaram a utilizar a rádio como um instrumento, não só de receber mensagens, mas como um meio de comunicação.”²⁰⁸

A população demonstrou disponibilidade para ajudar no pagamento das despesas correntes da rádio e os líderes comunitários sugeriram a recolha de uma colecta nos bairros, e reforçaram a ideia de que os coordenadores da rádio não pedem ajuda à comunidade.

Segundo os dados do INE referentes a 1999, apenas 25,4% da população possuía transístor, actualmente o valor é muito mais elevado. Segundo um estudo de audiências solicitado pelo ICS, cerca de 98% da população do meio urbano de Mutarara possui transístor.

A Rádio Comunitária de Mutarara transmite em exclusivo para o distrito, sobressaindo de sobremaneira as mudanças impulsionadoras com a sua chegada: ²⁰⁹ “Pessoa que está no hospital, avisamos a família através da rádio. Se alguém morre no hospital, dá-se o aviso e 2 ou 3 horas depois a sua família está cá. Isto está a facilitar para quem não tem transporte, não tem carro, não tem mota, mesmo parada a nossa rádio está a servir de meio de transporte para a população de Mutarara. Desde que temos a rádio neste

²⁰⁸ Entrevista a Victor Marrão, delegado provincial do ICS, em 3 de Abril de 2004

²⁰⁹ A presença da rádio comunitária foi constante na nossa visita aos bairros do distrito. Em todas as *bancas* e ruas se ouvia o som da Rádio comunitária de Mutarara.

distrito muita coisa mudou. Quando queremos visitar algum familiar longe, avisamos na rádio e já ficam à nossa espera."²¹⁰

Programação

O não arquivamento do material de edição da rádio, das dedicatórias e dos anúncios não permitiu proceder a uma análise mais alargada dos programas emitidos. Algumas das características constatadas na Rádio Homóine repetem-se em Mutarara, especialmente a utilização de linguagem pouco perceptível à população local. O tratamento de questões ligadas à prevenção da SIDA é abordado segundo os textos de um manual e complementadas por reportagens efectuadas junto da população. No último ano, as questões de saúde não têm tido um acompanhamento de um técnico, visto que o médico que efectuava esse serviço foi transferido e a actual equipa médica não revelou disponibilidade para colaborar com a rádio comunitária, apesar dos médicos pertencerem a uma instituição pública.

No início do funcionamento da rádio não existiu a preocupação de elaborar uma grelha de programação. Apenas transmitiam música à semelhança de uma rádio comercial. A primeira grelha foi elaborada de acordo com os modelos de outras rádios comunitárias, cabendo a responsabilidade ao coordenador da rádio em colaboração com os voluntários. Desde o início das emissões, a grelha de programação foi modificada uma vez, tendo por base outras grelhas de emissores comunitárias e as informações recolhidas no programa *a Rádio na rua*, que tem como principal intuito a recolha da opinião dos ouvintes.

²¹⁰ Albano Luís Chinsomba, ouvinte da rádio, a 6 de Abril de 2004

Os programas são emitidos maioritariamente em Cisena, cerca de dez horas e dez minutos diários e cerca de cinco horas diárias em Português. A abertura de emissão ocorre às 5 horas e 25 minutos e o encerramento às 22 e 10 minutos, com a excepção da Sexta-feira e do Sábado, altura em que a emissão encerra à meia-noite, sendo o prolongamento de Sexta-feira em Cisena e no Sábado em Português. Diariamente, verifica-se uma interrupção da emissão das 9 horas e 10 minutos às 11 horas e 50 minutos. Este período é utilizado para proceder à gravação de programas, visto a rádio possuir apenas um único estúdio. A língua Cisena é falada por quase toda a população, 97,5% de acordo com os dados do INE e apenas 16% da população da província de Tete fala Português, o que justifica o predomínio da emissão em Cisena. Todos os ouvintes entrevistados concordaram com os horários e línguas utilizadas na programação. Perante a hipótese de retirar o Português das emissões da rádio, os ouvintes discordaram, alegando que as pessoas do distrito para conseguirem empregos com bom salários têm de saber escrever em Português. É notória, na comunidade, a identificação da Língua Portuguesa com a elite alfabetizada. Os voluntários da rádio que apresentam os programas em Português são professores ou possuem a 10ª classe. São os voluntários com mais experiência e capacidade que realizam os programas em Português.

Na reunião semanal são escolhidas as temáticas a tratar sobre saúde, educação, agricultura, mulher, entre outros, e trimestralmente procede-se à escolha de uma temática aglutinadora, que, actualmente, é a agricultura. Normalmente, só 4 dos elementos da equipa é que redigem os *scrips* que deverão ser corrigidos pelo coordenador da rádio, o que nem sempre ocorre. Todos os *scrips* são redigidos em Português. Nos programas em Cisena o locutor faz a tradução directa no momento da leitura. Constatámos que a maioria dos voluntários restringe a sua actividade radiofónica à leitura dos textos elaborados pela equipa de redacção e à colocação de música. Não se verifica uma orientação tutorizada dos mais experientes para com os voluntários

mais recentes. Apenas se transmitem os conhecimentos técnicos fundamentais para a utilização do equipamento do estúdio.

Numa análise genérica da grelha de programação da rádio verifica-se a predominância da música africana e de 13 emissões do Programa de dedicatórias.²¹¹ A larga extensão da programação diária e a falta de voluntários para redigirem *scrips* de carácter educativo, conduz as emissões para o excesso de rubricas musicais e recreativas. As dedicatórias são a expressão mais consistente da participação dos ouvintes.²¹² Todos os ouvintes entrevistados destacavam as dedicatórias como um dos programas preferidos. A compra de uma dedicatória permite aos habitantes de Mutarara ouvirem na rádio e seu nome e de todos os destinatários dos seus votos. Os votos expressos nas dedicatórias contêm frases como “cana cheia de peixe”; “um carro de milho” “um carro cheio de bolacha”, “um carro cheio de coca-cola”, elucidativas da penetração de práticas do exterior.

A música transmitida é essencialmente africana, com a excepção de um programa de Domingo *Músicas fora de África*. Este programa é destinado aos mais jovens e com alguma oposição da camada mais velha da população, considerando que a música anglo-saxónica contribui para o diluir da música tradicional moçambicana. Contudo, os voluntários da rádio efectuem recolhas de músicas tradicionais para incluírem na programação, especialmente nos programas em Cisená.

No distrito de Mutarara o comércio é escasso, o que se repercute no número reduzido de anúncios.²¹³ A população em geral recorre ao serviço de anúncios no caso do falecimento de um familiar. Os anúncios revelam as iniciativas que irão decorrer no distrito, como a oferta de transporte até Tete, um curso de expressão dramática, jogos de futebol, programação das efemérides

²¹¹ Cf grelha de programação, o quadro 5 do anexo III.

²¹² A dedicatória custa 3 000 meticais (cerca de 10 centimos do dólar).

²¹³ O anúncio custa 15 000 meticais (cerca de 53 centimos do dólar).

locais, entre outros.²¹⁴ As entidades locais divulgam as suas iniciativas através de anúncios na rádio.

Os ouvintes compram especialmente dedicatórias e anúncios para transmitir em Cisena, o que se traduz na predominância desse tipo de programas na língua Cisena. As entidades locais fazem as suas convocatórias para reuniões através da rádio. O achamento de algum objecto é divulgado na rádio.

O programa de dedicatórias em Língua Portuguesa é pontual e complementado pelo *Escolha, nós tocamos*, com 30 minutos de emissão em que se efectuem reportagens para recolha de pedidos discográficos, visto que o programa é em Português, os interlocutores são especialmente jovens.

Os indivíduos que não falam Português também ouvem a rádio durante o período de emissão desta língua, podemos afirmar que se deve ao facto de ser a única emissora captada no distrito, mas também porque contém uma programação em que predomina a música.

A participação da comunidade na rádio tem como expoente máximo o programa *Rádio na rua*. São apresentadas as queixas, críticas e sugestões da população em relação à rádio, mas também às instituições públicas. A realização do Programa em Cisena e a diversificação das localidades a efectuarem as reportagens possibilitam o acesso a todos os elementos da comunidade.

A participação comunitária é reforçada com a inclusão dos programas em Cisena *Conversa no hospital* e *Conversa na prisão*, este último de carácter pontual. Os entrevistados fazem queixas e apresentam sugestões referentes à instituição pública em causa. O programa referente ao quotidiano do Hospital incentiva os restantes utentes a apresentarem as suas queixas na rádio. As entrevistas também preenchem o *Programa juvenil*, onde um jovem ou mais é entrevistado no estúdio sobre as preocupações e interesses da juventude.

²¹⁴ Cf. anúncios no anexo IV.

A programação semanal em Cisená inclui duas entrevistas com artesãos locais, com o intuito de divulgar práticas artesanais e promover a cultura local. O programa *Mesa redonda*, que não se realiza sistematicamente por dificuldades de produção da rádio, apenas tem um convidado, normalmente líder local ou representante de uma instituição pública. O jornalista conduz uma entrevista sobre uma temática orientada para o desenvolvimento como a educação, saúde, género, entre outras. É de salientar que os programas que incluem a participação directa de elementos da comunidade são em Cisená. A Língua Portuguesa restringe-se ao espaço das escolas, repartições públicas, agências de ONG's e à rádio. No entanto, o contínuo ou voluntários da rádio realizam o atendimento público na língua local.

A valorização da cultura oral está presente na divulgação de tradições, o que possibilita a perpetuação da memória comunitária e o reforço das línguas autóctones: "conversei com idosos sobre os ritos que vinham fazendo há muito tempo, porque aqui antes de uma rapariga ou rapaz se casar saía com um grupo de velhos para uma sensibilização. Às vezes estava um mês fora da família, mas agora não se faz. Falei com um grupo de velhos para saber dos jovens dantes como faziam, como é que se casavam, como respeitavam os maridos e as esposas. Eles diziam que pegavam nos jovens e levavam-nos para uma sensibilização."²¹⁵ Nas comunidades moçambicanas mais isoladas, o poder está na palavra, como meio de regulação social. A divulgação de factos ligados com as tradições locais, como feitiçaria, curandeirismo, ou desaparecimento temporário de indivíduos por força da feitiçaria ²¹⁶, são os momentos de maior audiência da rádio.

O programa *Anedotas*, ao contrário do que esperávamos, não tem um carácter cómico, conta-nos uma história tradicional recolhida pelo voluntário que produz o programa mas sem revelar o final. Durante uma semana, os ouvintes, particularmente as crianças e jovens, entregam na rádio por escrito ou pedem ao contínuo da rádio para registar, a solução do enigma. Como por exemplo "

²¹⁵ Entrevista a Aibo Patel, voluntário da rádio comunitária de Mutarara, em 4 de Abril de 2004

²¹⁶ Há histórias regulares de indivíduos que desaparecem no Zambeze engolidos pelos crocodilos e que reaparecem em outro local. Normalmente, uma vez por mês é divulgado o ataque de crocodilos.

lam numa canoa, senhor, mãe e esposa. Quando chegam ao meio do rio, devido à corrente a canoa ia afundar. Ele teve que optar porque tinha de salvar – a mãe ou a esposa. Quem deve salvar?” resposta.” A mãe porque só há uma e esposa arranja outra”. É de referir que não são atribuídos prémios aos vencedores, mas o simples facto referirem os nomes dos concorrentes que acertaram na resposta é um grande prémio.

As histórias locais são assunto de destaque nos *Contos*, programa semanal em Cisena que conta história tradicionais da região do Zambeze. Neste região existem muitas histórias referentes ao rio, elemento da natureza que muitas vezes altera o quotidiano dos moradores de Mutarara, como por exemplo com as inundações e os ataque dos crocodilos que habitam no leito do rio. As histórias são apresentadas de forma expressiva por um actor, voluntário da rádio, que personifica os tradicionais contadores de histórias.

O programa *Tempo do idoso* valoriza os saberes dos mais velhos e transmite as gerações mais novas conhecimentos ricos em tradições.

O teatro radiofónico é apresentado ao Domingo em duas emissões, em Cisena e em Português. O grupo de teatro da rádio foi criado exclusivamente para produzir a *Cena aberta*, a partir de um convite do coordenador da rádio aos estudantes e professores da escola. Elaboram textos, tendo em conta os problemas da comunidade: “Tratamos de violência doméstica, que existem homens que andam a violar muito mais as mulheres, não no acto sexual, mas a divisão do caril na panela. Outro tema, “A desgraça da Bilinha”: existem crianças de 13 e 15 anos que quando veem um estrangeiro gostam de namorar e uma pessoa não utiliza preservativo e engravida e vai-se embora ao seu país e ela fica grávida. Também falamos sobre as cheias e de drogas, existem muitas crianças que consomem drogas.”²¹⁷ Após a apresentação da *Cena aberta* é habitual a população conversar sobre o problema tratado no programa. O entusiasmo e a preocupação sobre o futuro das personagens representadas é significativo. A comunidade discute mais uma temática apresentada por teatro radiofónico do que num programa informativo e educativo, por exemplo, sobre a

²¹⁷ Entrevista a Guibo Meque, voluntário da rádio comunitária de Mutarara, em 5 de Abril de 2004

SIDA. O entendimento da mensagem é fácil através de personagens que têm nome e histórias, semelhantes a qualquer um dos elementos da comunidade.

Numa comunidade predominantemente tradicional, a divulgação da cultura local é escassa nos programas da rádio. Os programas que existem na área das tradições não adveem de uma política concertada da equipa da rádio, mas sim do interesse de alguns voluntários por essas temáticas. É notória a falta de um plano editorial com objectivos delineados.

Uma das preocupações mais evidentes na grelha da rádio é a prevenção da SIDA. A província de Tete é uma das mais afectadas em Moçambique. Na rádio já se verificou a morte de um voluntário portador da doença. O programa *Juntos pela vida* divulga, em cinco emissões semanais, os cuidados para a prevenção da doença. Os textos são elaborados tendo em conta o material disponibilizado pelo Conselho Nacional de Luta Contra o SIDA, que contém informações pouco perceptíveis para a população. No entanto, esta análise diz apenas respeito aos programas em português, visto não entendermos o Cisena. Pelas informações recolhidas, as informações apresentadas em Cisena são perceptíveis a todos. Por exemplo, a sigla DTS em Cisena é “doenças apanhadas na esteirinha”. Pontualmente, são convidados líderes comunitários ou indivíduos mais velhos para falarem da sua experiência de vida aos mais jovens. Os líderes comunitários e os voluntários da rádio defendem que as mensagens transmitidas pelos idosos têm mais impacto na população, especialmente nos mais jovens. Existe uma parceria entre a delegação provincial do ICS e a delegação provincial do Conselho Nacional de Luta Contra o SIDA para a formação em comunicação de temáticas da SIDA para os voluntários das rádios comunitárias e para uma cobertura sistemática por parte das rádios comunitárias sobre a pandemia da SIDA. Todos os voluntários da rádio de Mutarara referiram a importância da acção da rádio na prevenção da SIDA, especialmente entre os jovens, que são cerca de 50% da população do distrito com menos de dezasseis anos.

O *Programa da criança* emite nas duas línguas de emissão. Normalmente é efectuado numa escola, o que condiciona a qualidade de gravação do programa. As crianças participam cantando, contando histórias e anedotas. Todas as crianças que contactámos na sede do distrito tinham participado no programa da criança, o mesmo não ocorreu com as entrevistadas em outras localidades. Como o programa é gravado nas escolas, são os professores que procedem à selecção dos participantes, mas também existem intervenções espontâneas das crianças. O programa destinado às crianças é escutado por toda a população e é um dos programas com maior audiência.

As questões do género são tratadas no *Programa da mulher*, em Cisena. Cerca de 52,3% da população é constituída por mulheres e só uma reduzida minoria escolarizada é que fala o Português. Quase todas as mulheres da comunidade que entrevistámos apenas falavam línguas locais. Os textos do programa são redigidos pelo coordenador e apresentados por uma voluntária da rádio. A linguagem utilizada nos textos escritos em português é rebuscada e por vezes imperceptível. No entanto, não podemos avaliar o seu conteúdo em Cisena por desconhecermos a língua. As temáticas abordam o parto, os cuidados de higiene com os recém-nascidos, as receitas de culinária, entre outras.

A questão das dificuldades de entendimento dos textos apresentados na rádio, especialmente nos programas educativos, não se coloca aos responsáveis da rádio e é mais um exemplo da falta de um plano integrador da rádio na comunidade. O discurso inicial proferido pelos elementos da rádio vai ao encontro dos conceitos rígidos dos guias de jornalismo. Após uma abordagem mais sistemática do tema, os interlocutores referiram realizações práticas, escolhas coerentes que tentam ultrapassar a ausência de um plano aferido.

O programa de agricultura inclui duas emissões em Português e uma emissão em Cisena, o que não é coerente com o número escasso de falantes de Português. Neste programa há entrevistas com agricultores e reprodução de

textos de prospectos enviados por ONG's, pelo Estado ou por organizações internacionais. Um dos voluntários mais entusiastas pediu um livro a um técnico para tratar esta temática. O incentivo ao cultivo da batata doce através da rádio foi um sucesso com a duplicação da produção. Temas como as queimadas e a pesca, preponderantes na região, não foram tratados.

A rádio faz a divulgação sistemática da campanha *Comida pelo trabalho*, que consiste na doação de alimentos em troca de trabalho para a melhoria das estruturas locais, como uma escola ou um caminho. Segundo a administrador do distrito, a rápida adesão da população à campanha ficou-se a dever em muito à divulgação radiofónica.

Na área da saúde, a SIDA é o tema transversalmente abordado em vários programas. A malária, a cólera e outras doenças com maior incidência na população de Mutarara são tratadas no programa semanal em Cisená. Como já foi referido, não existe o acompanhamento de um técnico de saúde, o que se reflecte nos textos que reproduzem os livros ou prospectos consultados. As ouvintes entrevistadas revelaram que vão vacinar os filhos quando ouvem o apelo na rádio e que estão atentas aos cuidados de saúde divulgados na rádio.

Os dois programas sobre educação são em Cisená – *Educação pela rádio* e *Palavras em Cisená* e são realizados por professores. No *Palavras em Cisená* fazem uma abordagem simples ao significado de algumas palavras. No programa *Educação na comunidade* expõem preocupações sobre a situação do sistema de ensino, como o insucesso escolar ou a falta de condições das escolas, assim como também apresentam assuntos de Biologia, História, entre outros.

Ao nível da informação, muitas das notícias emitidas são traduzidas da RM e retransmitidas do emissor provincial de Sofala. A retransmissão das notícias da RM ocorre de forma sistemática, às 6 horas, 12 horas e 30 minutos, 19 horas e 30 minutos e 21 horas. Verificámos que a população valoriza o conhecimento de outras culturas e que apreende todos os pormenores das notícias transmitidas. Os serviços noticiosos locais são considerados cruciais

pela população, especialmente pelas informações referentes à agricultura. Os noticiários locais contêm informações diversificadas: "Cidadão moçambicano de nome Manece Vasco surpreendido na posse de seis cabritos ilegais na sua residência", "Hoje há reunião do Partido FRELIMO em Mutarara", "Nkasano tem nova secretária da OMM", "209 alunos foram aprovados num Universo de 248".²¹⁸ A apresentação de reportagem está dependente da dificuldade de deslocação dos jornalistas por falta de recursos económicos. As informações desportivas restringem-se quase em exclusivo ao futebol o que traduz a falta de actividade desportiva do distrito.

A análise pormenorizada da participação da população nos programas da rádio denota-se que das setenta e uma horas e dez minutos de emissão semanal em Cisena, cerca dezoito horas e vinte minutos têm a participação dos ouvintes e em Português das trinta e cinco horas semanais, apenas uma hora e quarenta minutos tem participação dos ouvintes. Dos programas contabilizados fazem parte as dedicatórias com doze horas e cinquenta minutos, *Conversa com artista e com artesão*, *Mesa redonda*, *Programa da criança*, *Programa juvenil*, *Rádio na rua*, *Conversa no Hospital e Escolha, nós tocamos*. A participação dos ouvintes é exercida essencialmente pela compra de uma dedicatória. E é excessiva a apresentação de programas musicais em relação às temáticas de desenvolvimento, especialmente em Português.

Os líderes comunitários entrevistados criticaram a fraca presença dos elementos da comunidade na rádio, sugerindo a participação constante dos idosos nos programas sobre tradições e a realização de reportagens em todas as localidades do distrito.

A acção da rádio limita-se essencialmente a uma equipa constituída por um coordenador, funcionário público, e por um grupo de jovens escolarizados que ambicionam tornar-se grandes jornalistas. Os voluntários têm que se confrontar com dificuldades de transporte e de obtenção de cassetes para conseguirem realizar reportagens. A elaboração da grelha de programação

²¹⁸ Notícias apresentadas a 1 de Abril de 2004.

pouco consistente com os conceitos de desenvolvimento participativo e a desproporção de alguns programas em relação a outros revelam a precariedade do projecto. A grelha da rádio incide fundamentalmente na música e nas dedicatórias, revelando um carácter eminentemente recreativo, o que não traduz as necessidades da comunidade.

A análise da programação da Rádio de Mutarara foi condicionada pelas dificuldades de acesso aos *scrips* e pelo desconhecimento da língua local que impossibilitou uma análise sistemática dos programas observados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da recente instauração do regime democrático em Moçambique, o Estado e o Mercado não detêm a exclusividade da regulação da sociedade moçambicana. O Terceiro Sector não pode ser negligenciado no universo social.

O estudo que acabámos de apresentar pretendeu analisar a reinvenção do espaço da participação democrática numa esfera pública não estatal através do estudo do recente fenómeno das rádios comunitárias.

Não foi nosso intuito proceder a uma avaliação do sucesso ou do insucesso dos projectos das rádios comunitárias. A transformação democrática ocorre gradualmente em resultado das necessidades e desejos dos participantes. A dinâmica revelada pelo voluntariado assegura a continuidade dos projectos das rádios comunitárias e remete-nos para a constituição de um espaço de iniciativa, emancipação e responsabilidade.

A actuação política do actual Estado neo-liberal não se separou do espírito centralizador que detinha durante o Estado socialista. Apesar das deliberações preverem uma actuação distante da dominação político-administrativa socialista com o pretexto do desenvolvimento social, o Estado moçambicano tenta retrain a acção da "sociedade civil" que emergiu do eclodir do recente Estado democrático. O Estado Moçambicano tem dificuldade em descentralizar e partilhar responsabilidades com os cidadãos. No entanto, não exerce cabalmente a função de regulação social. O desenvolvimento tardio do aparelho do Estado Moderno reforçou a instauração da solidariedade informal.

A precariedade da acção do Estado coexiste com a fragilidade estrutural do ténue Terceiro Sector, o que incita à ajuda dos doadores do Norte na promoção do desenvolvimento integrado. A constituição de associações

independentes com apoio internacional é considerada excessiva pois confere demasiado poder às organizações internacionais.

Primeiramente, o fenómeno das rádios comunitárias surgiu da iniciativa pública e, só mais tarde, apareceu o fenómeno associativo das rádios comunitárias, devido à acção fortemente orientadora e tutelar do Estado, que conduziu as entidades internacionais a coordenarem os projectos. A regulação social implica a existência de tensões e de incertezas. Esta dinâmica poderá estimular a imaginação criadora e a reinvenção das dinâmicas de participação. O incremento dos agentes do Terceiro Sector na sociedade moçambicana deverá ocorrer de forma progressiva e inclusiva.

As rádios comunitárias permitem a edificação de espaços de emancipação da comunidade. Os sentimentos de pertença e de integração social reforçam o espírito de responsabilidade e a luta pela sustentabilidade das iniciativas. No entanto, consideramos crucial a manutenção do apoio financeiro e técnico das agências internacionais ou de ONG's na criação e consolidação dos projectos. O crescimento significativo do número de rádios comunitárias é exemplificativo das suas potencialidades, todavia é necessário o apoio continuado dos doadores.

O fenómeno das rádios comunitárias rege-se por dinâmicas díspares, desde as mais responsáveis e democráticas até às mais precárias e dependentes. A diferença é instituída pelas entidades impulsionadoras – a autonomia concedida pelas agências não governamentais internacionais ou a acção centralizadora do Estado. As opções delineadas poderão ser apelidadas de fraccionadas e reprodutoras de um processo instruído pelo Norte. Como se trata de um processo relativamente recente, as possibilidades de reinvenção persistem. Tudo depende da emancipação da “sociedade civil”.

As diferenças entre público e privado são notórias no fenómeno das rádios comunitárias. As rádios comunitárias do ICS protagonizam a precariedade económica, a desvalorização de um investimento sustentável, o imprevisto na gestão das adversidades e a dissolução das dinâmicas de

participação através da centralização do Estado. As rádios geridas pela UNESCO e IBIS representam uma grande disponibilidade financeira, uma maior capacidade de intervenção, a promoção de condições de sustentabilidade, o crescimento gradual da responsabilidade e a emancipação na resolução das dificuldades e o incremento do desenvolvimento participativo através da valorização dos agentes da sociedade civil.

Actualmente, o grande desafio que se impõe é a sua sobrevivência sem o apoio do Estado ou dos doadores do Norte. O êxito organizativo e financeiro do FORCOM possibilitará a passagem para uma estruturação mais independente e participativa das rádios comunitárias. Para tal, é necessária força política e apoio internacional continuado. A ligação aos apoios externos será indispensável para a sobrevivência da rede. A política inclusiva das rádios comunitárias possibilita mais emancipação no estabelecimento dos acordos. A resistência em canalizar fundos para a manutenção dos projectos das rádios comunitárias decorre dos avultados investimentos exigidos em comunidades que sobrevivem no limiar da pobreza e da maior visibilidade conseguida com a instalação de novas rádios comunitárias.

Perante o carácter centralizador e a falta de apoio impulsionador do Estado, defendemos que a instalação das rádios comunitárias deverá ser impulsionada fora do Estado. No entanto, o apoio internacional terá de permanecer até à formação de uma rede sólida que viabilize a sustentabilidade e emancipação das rádios comunitárias.

A criação de condições fundamentais à implantação dos princípios democráticos viabiliza a construção da responsabilidade colectiva democrática a caminho da democracia participativa. O apoio assegurado para a constituição e manutenção de um órgão associativo nas comunidades rurais é a alavanca para o aumento da participação democrática e para a proliferação de respostas às adversidades da comunidade. A valorização da cultura local em detrimento do facilitismo da adopção de modelos exteriores provém da edificação de uma associação gerida pela comunidade. A multiplicação de redes horizontais

estabelecidas através do reforço das entidades da “sociedade civil” – associações, grupos informais – diminuem o cepticismo, a apatia e a desresponsabilização. A comunidade sente a possibilidade de edificar a sua emancipação e de lutar pela justiça social.

No confronto entre as rádios comunitárias coordenadas pelo Estado e as rádios comunitárias de associações ao nível da acção dos agentes dinamizadores, destacamos, relativamente às últimas, uma maior sensibilidade face às necessidades da comunidade, mais competência para mobilizar recursos locais, a valorização da acção do voluntariado, a contínua formação técnica e a acentuada responsabilidade exigida. Além disso, a relação com a população é diversa: enquanto que as rádios da UNESCO fomentam a co-responsabilização, as rádios do ICS procedem à selecção exclusiva.

Ao nível das fragilidades – especialmente das rádios com mais carências financeiras, técnicas e humanas –, é notório a falta de parcerias promotoras da sustentabilidade, a falta de formação dos participantes, a incerteza da continuidade dos projectos e o recurso constante ao improvisado.

O fenómeno recente e diversificado das rádios comunitárias não pactua com uma atitude reflexiva num sentido único. O método seguido pela IBIS e pelo Projecto Média da UNESCO reforça a autonomia e sustentabilidade da acção associativa, ajustado às directrizes imanadas pelos princípios democráticos ocidentais. No entanto, encontra-se em fase de aplicação, tendo a concretização das directrizes anunciadas sofrido alguns adiamentos.

É de ponderar a necessidade de criar modelos de órgãos de comunicação comunitária que se libertem das orientações autoritárias e centralizadoras. Deverá promover-se a autonomia através da instituição de mecanismos de decisão junto dos interessados e protagonistas das situações, numa perspectiva aberta de promoção da cultura e identidade local e rejeitando a mercantilização da cultura imanada da redutora globalização hegemónica. A inclusão do conhecimento popular na dinâmica das rádios comunitárias

fortalece a participação da comunidade e possibilita uma mais fácil adequação do modelo importado à realidade local.

Consideramos que o sucesso da participação da comunidade não está apenas dependente de questões técnicas, mas especialmente do alargamento da capacidade das decisões dos intervenientes. Considera-se urgente a aprovação de legislação específica para os órgãos de comunicação comunitária, tendo em conta as suas características que não se enquadram apenas na natureza de uma associação ou de uma rádio local. Uma comunidade participativa não é um simples reservatório de práticas orientadas pelos técnicos exteriores. É, antes, o sujeito que promove as mais valias permitidas por uma rádio comunitária. A comunidade deve personificar o centro de resolução das questões surgidas – inclusivamente a resolução de posteriormente encaminhar qualquer questão para a autoridade.

A constituição efectiva de uma “sociedade civil” sólida e independente exige um Estado que intui a emancipação, descentralização e responsabilização. Para tal, o Estado terá de abdicar das pressões do seu poder de decisão, não apenas em benefício do Mercado, mas também, em benefício da “sociedade civil”.

O fortalecimento da “sociedade civil” pressupõe o estabelecimento de parcerias sólidas entre as organizações do Terceiro Sector para reforçar o seu espaço perante um Estado que teima em agir centralizadamente e o Mercado hegemónico, fazendo emergir os valores da solidariedade, da reciprocidade e do diálogo público.

BIBLIOGRAFIA

Geral

- AKOUN, André (1972), *Dicionário de Antropologia*, Paris, Nerbo
- BENOIST, Luc (1999), *Signos, Símbolos e Mitos*, Lisboa, Edições 70
- CEIA, Carlos (1995), *Normas para apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa, Editorial Presença
- CRAVEIRINHA, José (1995), *Karingana ua Karingana*, Maputo, Associação dos Escritores Moçambicanos
- DIAS, Maria Olívia (1999), *Métodos e técnicas de estudo e elaboração de trabalhos científicos*, Coimbra, Minerva
- DURAND, Gilbert (2000), *A Imaginação Simbólica*, Lisboa, Edições 70, pp. 7-109
- ECO, Umberto (1988), *Como se faz uma tese*, 4ª ed., Lisboa, Editorial Presença
- ELIADE, Mircea (2000), *Aspectos do Mito*, Lisboa, Edições 70, 2000, pp.152-160
- FERNANDES, António Teixeira (1992), "A Sociologia e a Modernidade", in *Sociologia*, série I, vol.II, Porto, Faculdade de Letras, pp. 7-29, 61-109
- GONÇALVES, A. Custódio (1997), *Questões de Antropologia social e cultural*, 2ª Edição, Porto, Edições Afrontamento
- GONÇALVES, A. Custódio (1999), "Dinâmicas do Desenvolvimento e Desafios Actuais", in *Africana Studia*, nº 2, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 47-60
- GONÇALVES, António Custódio (2003), *Tradição e Modernidade na (Re) Construção de Angola*, Edições Afrontamento, Porto, pp 121-130
- HALL, S. (1996), "Who needs identity?" in AAVV, *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage, pp. 15-20
- HARRIS, Marvin (1988), *Introducción a la antropología general*, 2ª Edição, Salamanca, Alianza Editorial, pp. 314-316, 407-411, 482-483, 490-491

- ILIFFE, John (1999), *Os Africanos – História de um Continente*, Edições Terramar, Lisboa
- LEE, Raymond M.(2003), *Métodos não interferentes em pesquisa social*, 1ª ed., Lisboa, Gradiva
- LEVI-STRAUSS, Claude (2000), *Mito e significado*, Lisboa, Edições 70, pp. 67-77
- MAZULA, Brazão (1995) *Educação, cultura e Ideologia em Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 123-234
- NEWITT, Malyn (1995) *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 466-490
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, 1ª edição, Lisboa, Gradiva
- RIVIÉRE, Claude (2000), *Introdução à Antropologia*, Lisboa, Edições 70
- SALOMON, Délcio Vieira (1997), *Como fazer uma monografia*, São Paulo, Martins Fontes
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), *Um discurso sobre as ciências*, 14ª ed., Porto, Edições Afrontamento
- SARUP, Madan, *Identity, Culture and the Postmodern world*, Edinburgh, Edinburgh University Press, s.d., pp. 46-63
- SILVANO, Filomena (2001), *Antropologia do espaço*, Oeiras, Celta
- TORRES, Adelino (1999), *Horizontes do desenvolvimento Africano – No limiar do século XXI*, 2ª ed.
- VENÂNCIO, José Carlos (2000), *O facto africano – Elementos para uma Sociologia de África*, Lisboa, Veja

Específica

- ARCHAMBAULT, Edith, (1996), *Le secteur sans but lucratif – Associations et Fondations en France*, Paris, Economica
- BARBOSA, Ernesto (2000), *A Radiodifusão em Moçambique – O caso do Rádio Clube de Moçambique, 1932-1974*, Maputo, Promédia
- BECK, Ulrich (1998), *Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*, Barcelona, Paídos
- BONIN, Marie-Hélène (2001), *Panorama do Pluralismo dos Media*, Maputo, UNESCO-PNUD, pp. 170-174
- BORDENAVE, Juan Diaz (1998), *A comunicação como ferramenta do desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro, relatório de consultadoria
- BORGES, Edson (1997), *Estado e cultura: a praxis cultural da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1982)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado em Antropologia
- CASAL, Adolfo Yañez (1996), *Antropologia e desenvolvimento. As aldeias comunais de Moçambique*, Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia
- CHARBONNEAU, Johanne (1998), "Lien social et communauté locale: quelques questions préalables", in *Lien Social et Politiques*, nº 39, pp. 115-126
- COELHO, João Paulo Borges (2004) "Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural", in SANTOS, Boaventura de Sousa, *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Porto, Edições Afrontamento
- COSTY, Alexander (2000), *From civil war to civil society? AID, NGOS and hegemonic construction in Mozambique*, Toronto, Universidade de Filosofia de Toronto
- DONZELOT, Jacques (1996), "Les transformations de l'intervention sociale face à l'exclusion", in Serge Paugam (dir.), *L'exclusion, l'état des saviors*, Paris, éditions la découverte, pp. 89-100

- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1993), *Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, London, SAGE Publications
- EVERS, Adalbert (1995), "Parto f the welfare mix: the third sector as an intermediate area", in *Voluntas*, vol. 6, nº 2, pp 159 -182
- FERNANDES, António Teixeira (1993), *A crise do Estado nas Sociedades Contemporâneas*, Porto, Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto
- FERREIRA, A. Rita (1975), *Povos de Moçambique – História e Cultura*, Porto, Edições Afrontamento
- FERRERA, Maurizio; ANTON, Hemerijck; RHODES, Martin (2000), *O Futuro da Europa Social. Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta Editora
- FIRMINO, Gregório (2002), *A Questão Linguística na África Pós – Colonial: O caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*, Maputo, Promédia
- FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1997), *A Nova Era das desigualdades*, Oeiras, Celta Editora
- FLORÊNCIO, Fernando José Pereira (1994), *Processos de transformação social no Universo Rural Moçambicano Pós-colonial. O caso do distrito de Búzi*, S. Paulo, ISCTEL
- FNUAP (2001), *Fala Fala Moçambique*, Joanesburgo
- FÓRUM NACIONAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS (2004), *Relatório da Conferência Constitutiva*, Chimoio
- FRASER, Colin; ESTRADA, Sonia Restrepo (2001), *Community Radio Handbook*, s.l., UNESCO
- FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment – Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora
- FURTADO, Celso (1999), *O Capitalismo Global*, Lisboa, Gradiva
- GALANT, Raashied (org.) (s.d), *So this is democracy? State of the media in Southern Africa*, Media Institute of Southern Africa, Windhock, pp. 72-84, 237-243
- GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora
- GIDDENS, Anthony (1997), *Para além da Esquerda e da Direita*, Oeiras, Celta Editora

- GIDDENS, Anthony (1999), *Para uma terceira via*, Lisboa, Presença
- GIDDENS, Anthony (2000), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Presença
- GIDDENS, Anthony (2004), *Sociologia*, 4ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- GUERREIRO, M. Gomes (1997), *Para uma melhor compreensão do conflito tradicional entre o Mundo-Rural e o Mundo-Urbano*, Faro, Universidade do Algarve
- HABERMAS, Jürgen (1984), *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro
- HARRIS, Margaret (1998), "Doing in their way. Organizational Challenges for voluntary associations", in *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, vol. 27, nº 2, pp. 144-158
- HESPANHA, Pedro (1993), *Vers une Société-Providence simultanément Pré-et Post-Moderne*, nº 38, Novembro, Coimbra, Oficina do CES
- HESPANHA, Pedro (1996), *Globalização, crise social e conflitualidade*, nº 79, Outubro, Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais
- HODGSON, Geoffrey M. (1994), *Economia e instituições*, Oeiras, Celta Editora
- INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1999), *Estratégia para o desenvolvimento das Rádios Comunitárias em Moçambique*, Maputo
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE (1999ª), *II Recenseamento Geral da População e Habitação – Província de Inhambane*, Maputo
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE (1999b), *II Recenseamento Geral da População e Habitação – Província de Tete*, Maputo
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE (2000), *Situação Linguística de Moçambique – Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*, Maputo
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE (2003ª), *Anuário estatístico 2002 – Província de Inhambane*, Maputo
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE (2003b) *Anuário estatístico 2002 – Província de Tete*, Maputo

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE (2003c), *Características Sócio-Económicas das Comunidades Rurais em Moçambique – 2002/2003*, Maputo
- INSTITUT PANOS (1993), *Liberté pour les Radios Africaines* ; Dakar, Éditions l' Harmattan
- JANE, Tomás José (1996), *Pesquisa sobre a viabilidade de instalação das Rádios Comunitárias em Manhiça e Moamba*, Maputo, ICS
- LEACH, Edmund (1992), *Cultura e Comunicação*, Lisboa, Edições 70, pp. 43-48
- LITTLEJOHN, Stephen W. (1988), *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara
- LOPES, Alexandra (2000), *O terceiro Sector nos sistemas de bem-estar – uma perspectiva das ONG's ligadas ao complexo VIH/SIDA*, dissertação de mestrado em Sociologia, não publicada, Coimbra, FEUC
- LUNDIN, Iraê Baptista (2000), “Uma leitura analítica sobre os espaços sociais que Moçambique abriu para acolher e cultivar a paz”, in MAZULA, Brazão (coord.), *Moçambique – 10 anos de Paz*, Maputo, Ndjira, p.116-137
- MAIA, Juarez (1999), *Community Rádios*, Maputo, UNESCO
- MANHANDO, Susan (1997), *Broadcasting in a Deregulated Southern Africa*, Oslo, University of Oslo
- MAZULA, Brazão (2000), *A construção da democracia em África: O caso moçambicano*, Maputo, Najira
- MEDIA INSTITUTE OF SOUTHERN AFRICA (2000), *Southern African Media Directory*, pp. 21-30
- MINTZBERG, Henry (1995), *Estrutura e dinâmica das organizações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- MONTEIRO, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra, Quarteto
- MORAIS, José Carlos Pereira de (1997), *Poder local e associativismo cultural: Câmara do Porto e Associações Culturais*, Porto, Faculdade de Letras

- NAMBURETE, Eduardo (2002), "Os Media, Paz e Democracia – 10 anos mais tarde", in MAZULA, Brazão, *Moçambique – 10 anos de Paz*, Maputo, Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento, pp. 81-95
- NEGRÃO, José (2004), "Os caminhos difíceis das ONG's em Moçambique", in *Savana à Terça-Feira*, 13 de Janeiro de 2004, Maputo, p. 8-9
- OPPENHEIMER, Jochen (1993), "Cooperação para o desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique", in *Revista Internacional da Estudos Africanos*, 16-17, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 171-203
- PAULO, Margarida (1998), "Modernidade e participação na sociedade moçambicana", in *Estudos Moçambicanos*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 159-170
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (1997), Boletim da República, I Série, nº 7, Resolução nº3/97, de 25 de Fevereiro
- RAPOSO (1988), "Do habitat disperso às "aldeias comunais". A transformação do habitat rural em Moçambique. Os camponeses e o Estado", in *Sociedade e Território*, VII, ano III, Porto, Afrontamento, pp. 11
- RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen (1998), *Entre Parceria e Partenariado – Amigos amigos, negócios à parte*, Oeiras, Celta Editora
- ROSANVALLON, Pierre (1981), *La crise de l'État-providence*, Paris, Éditions du Seuil
- SADIQUE, Faruco (2001), *Ondas Comunitárias*, Maputo, Projecto de Desenvolvimento dos Media UNESCO/PNUD
- SAINSAULIEU, Renaud (s.d.), *Sociologia da empresa: organização, cultura e desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 175- 257, 363-506
- SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. (1992), "In search of the non-profit sector I: The question of definitions", in *Voluntas*, vol.3, nº2, pp 125-151
- SANTOS, Boaventura de Sousa, Hespanha, Pedro, REIS, José (1992), *O Estado e a sociedade civil: a criação de actores sociais num período de reconstituição do Estado*, Agosto, Coimbra, Oficina de CES (Ver se não tem vários autores.)

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a democracia*, Lisboa, Gradiva
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999), *A reinvenção solidária e participativa do Estado*, Coimbra, Oficina do CES
- SANTOS, Boaventura de Sousa (dir.) (2001), *Globalização – fatalidade ou utopia?*, 2º ed. Porto, Edições Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade*, Porto Edições Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003^a), *Democratizar a Democracia – Os Caminhos da Democracia Participativa*, vol I, Porto, Edições Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003^b), *Produzir para viver – Os Caminhos da produção não Capitalista*, vol. II, Porto, Edições Afrontamento
- SITOE, Lucas (1997), *Relatório Pedagógico do primeiro curso regional de correspondentes e técnicos das Rádios Comunitárias*, Maputo, ICS
- SUMBANA, Hanise (2003), *Como utilizar melhor a rádio comunitária na área da HIV/SIDA – Pesquisa de audiência e estudo CAP: Rádio Comunitária de Homoine*, Maputo, UNESCO/PNUD
- TOURAIRE, Alain (1978), *La voix et le regard*, Paris, Éditions du Seuil
- UNESCO (2001), *Report on a community radio seminar*, Maputo
- UNESCO (2004), *Directório das Rádios Comunitárias de Moçambique*, Maputo
- UNICEF (1980), *Project de Communication Sociale pour le developpement au Mozambique*, Maputo
- VIEGAS, José Manuel Leite (1986), “Associativismo e dinâmica cultural”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº1
- VILAÇA, Helena Carlota Ribeiro (1993), *Associativismo e movimentos sociais: modalidades de participação*, Porto, Faculdade de Letras

FONTES COMPUTORIZADAS

<http://www.africa.amarc.org>, consultado a 20/08/2003

<http://www.aidscongress.net>, consultado a 2/05/2004

<http://www.africastudies.org/>, consultado 6/05/2004

<http://www.assis.unesp.br/posgraduacao/letras/orient.doc>, consultado a 7/10/2005

http://www.cbonline.org.au/resources/284_103.doc, consultado a 7/10/2005

<http://www.cplp.org/>, consultado a 7/10/2005

<http://www.developmentinpratica.org/>, consultado a 9/10/2005

<http://www.divida.org>, consultado a 2/05/2004

http://www.forumdc.net/forumdc/artigo.asp?cod_artigo=127632,
consultado a 30/01/2004

<http://www.forumsocialmundial.org.br>, 7/10/2005

http://www.icicom.up.pt/mestrado/comum/metodos_prog.htm, consultado a 7/10/2005

www.ine.gov.mz/iaf2002/iaf2002.pdf, consultado a 9/10/2005

www.johannesburgsumit.org/html/prep-, consultado a 6/05/2004

<http://www.link.org>, consultado a 12/06/2004

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/, consultado a 23/08/2005

<http://www.memoria-africa.ua.pt/> consultado a 30/01/2004

<http://moebuis.amarc.org/org/radios-comunitarias/>, consultado a 9/10/2005

http://www.ncra.ca/resources/articles/PAR_and_CHSR.pdf, consultado a 6/05/2004

http://www.rbc.org.br/rc_favela.htm, consultado a 12/8/2003

<http://www.rmaria.org.mz>, consultado a 2/05/2004

http://www.telecentros.org.mz/est_via3.htm, consultado a 2/05/2004

http://www.worldbank.org/publicsector/gov/kothmale_cs.htm, consultado a 30/01/2004.

ANEXOS

Anexo I



Figura 1 Centro da localidade de Homoíne.



Figura 2 Estrada de “matope” entre Homoíne e Ndzunguane. Os estudantes realizam este percurso para a escola.



Figura 3 Centro de Ndzunguane. Localidade do distrito de Homoíne onde foram efectuadas entrevistas a famílias.



Figura 4 Rádio Comunitária de Homoíne



Figura 5 Anexos da rádio para eventos e reuniões da comunidade, com coberturas de material típico.



Figura 6 Recepção da Rádio ARCO. A mobilizadora adjunta redige um anúncio necrológico a pedido do ouvinte.



Figura 7 Reunião do grupo editorial da cultura para elaboração de *scrips*.

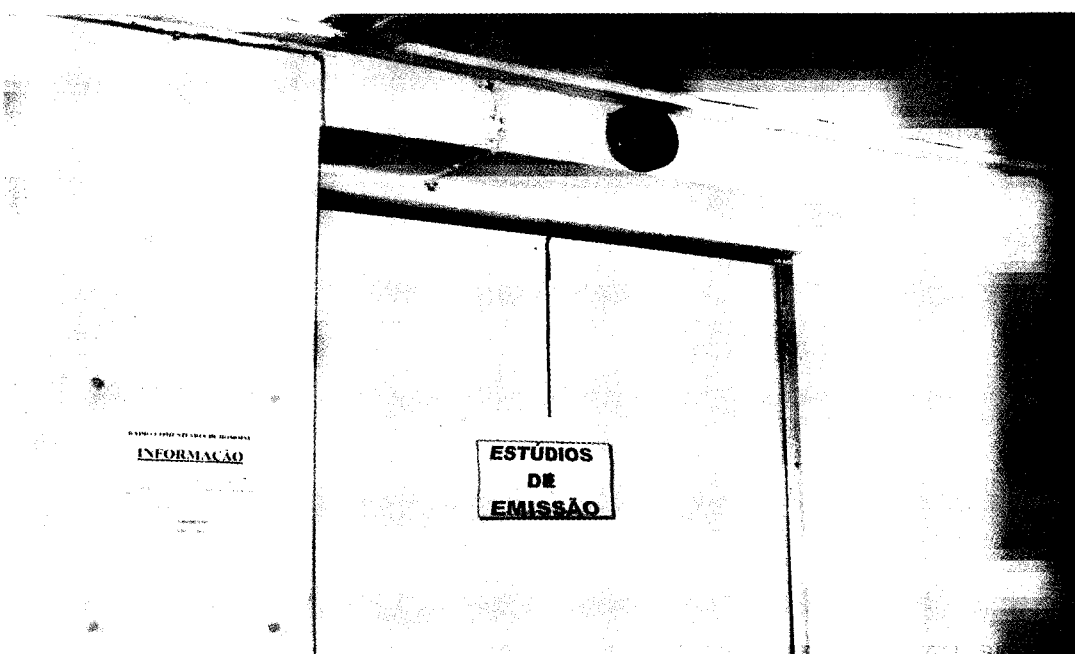


Figura 8 Sinal visual indicativo de proibição de entrada no estúdio.

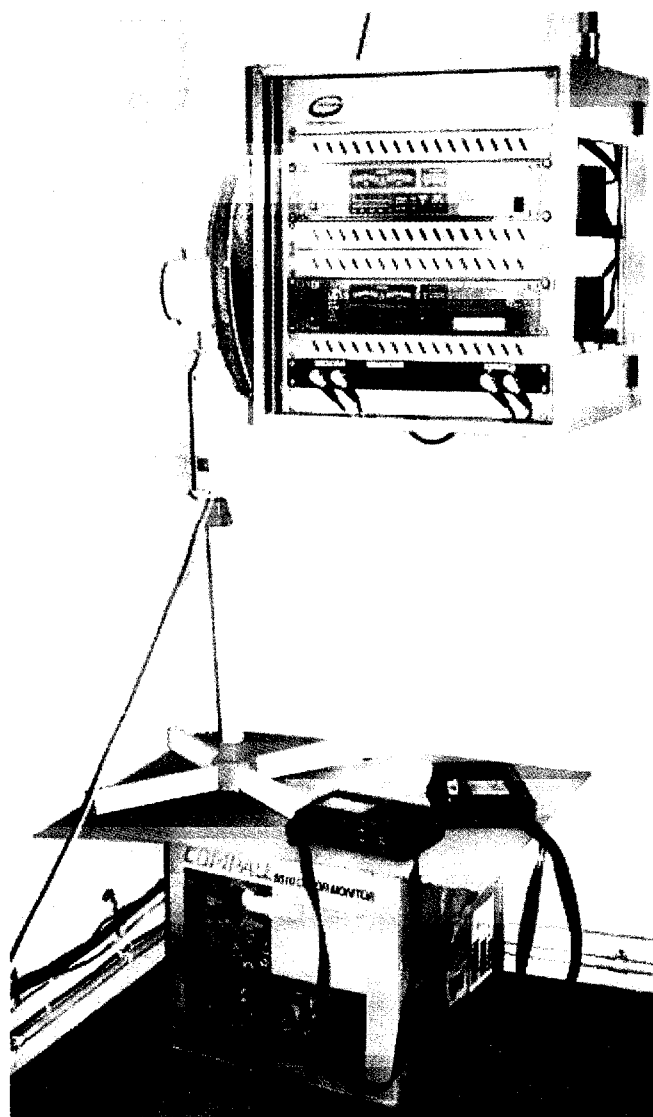


Figura 9 Emissor e gravadores portáteis.



Figura 10 Estúdio de emissão.



Figura 11 Voluntária desempregada.



Figura 12 Voluntários assistem a uma sessão de formação.



Figura 13 Grupo de voluntários que participaram na formação.

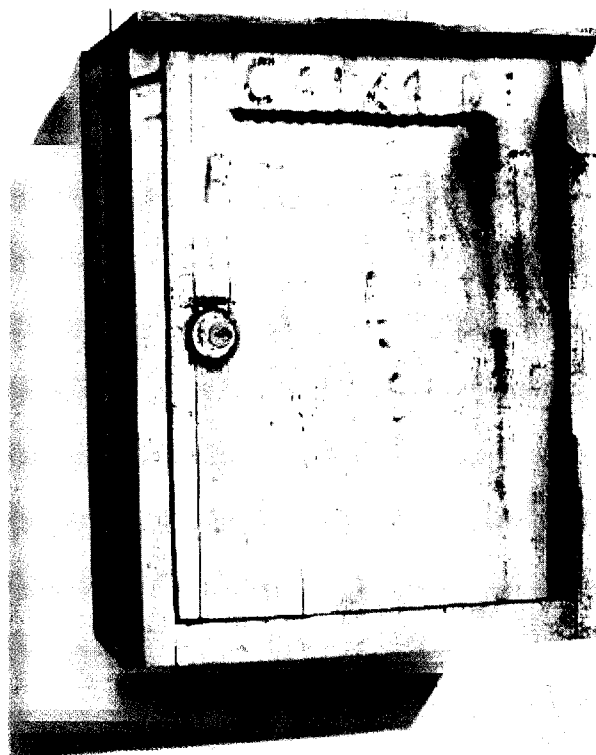


Figura 14 Caixa de sugestões e reclamações.



Figura 15 Grupo de líderes comunitários entrevistados. Um dos líder não falava Português.



Figura 16 Grupo de crianças que pretendia participar no *Programa da Criança*.



Figura 17 Gravação do *Programa da Criança*.



Figura 18 Participantes da prova de atletismo organizada pela Escola Secundária Geral.

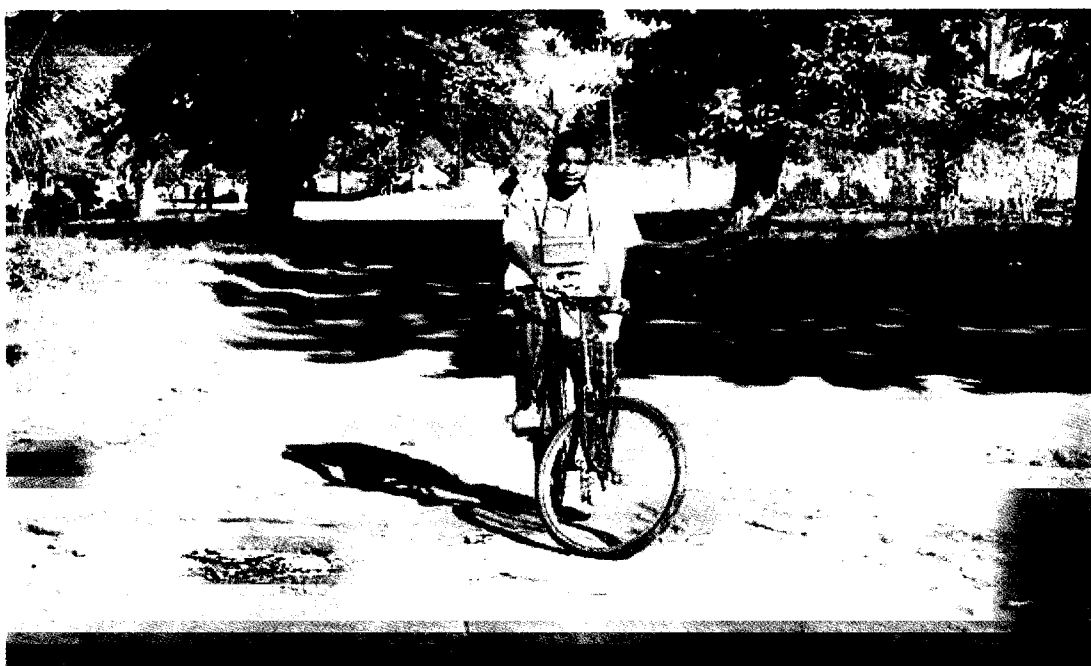


Figura 19 Durante as viagens a rádio ARCO é ouvida.



Figura 20 Estudante da 8ª classe. Estuda sempre com o transístor sintonizado na ARCO.



Figura 21 O transistor encontra-se em múltiplos locais.



Figura 22 Ponte D. Ana. Liga Mutarara (provincia da Tete) a Vila de Sena (provincia de Sofala).

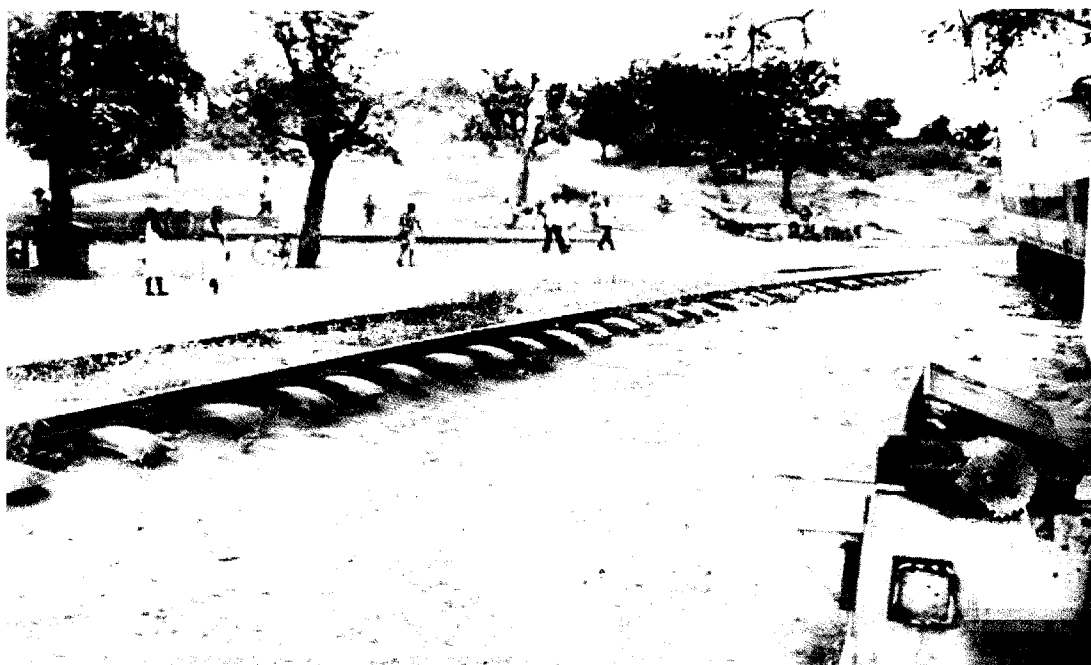


Figura 23 Linha de caminho de ferro desactivada e destruída durante a guerra civil.

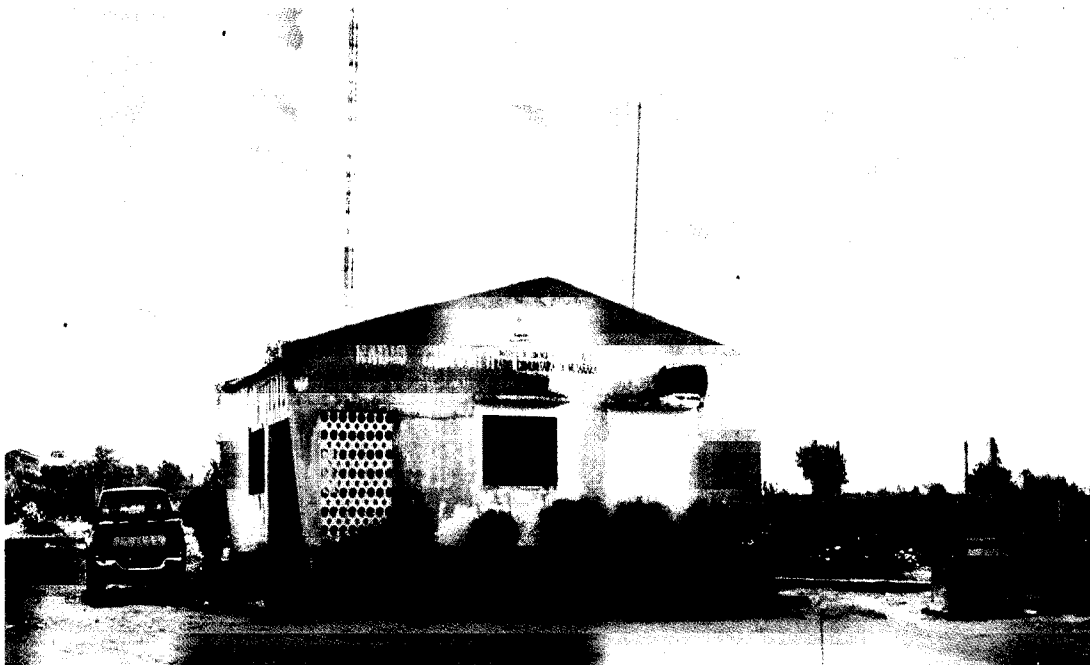


Figura 24 Instalações da Rádio Comunitária de Mutarara.



Figura 25 Os jovens costumam dirigir-se à rádio de bicicleta, porque fica distante das repartições públicas e do mercado.



Figura 26 Recepção da rádio. O contínuo redige um anúncio necrológico a pedido dos ouvintes.



Figura 27 Sinal visual indicativo de proibição de entrada no estúdio..



Figura 28 Voluntário a emitir o programa *Anúncios*.



Figura 29 Voluntária a realizar emissão no dia da Mulher Moçambicana.



Figura 30 Material áudio disponíveis na rádio. Os ouvintes oferecem cassetes para a rádio.

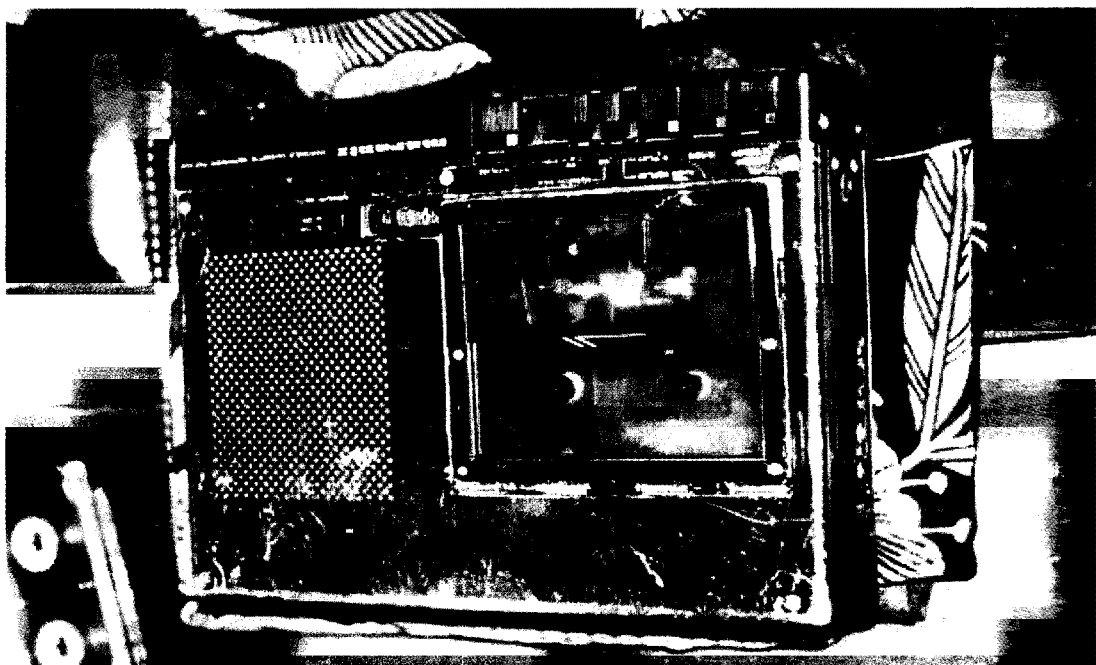


Figura 31 Gravador de reportagens.



Figura 32 Cesto das dedicatórias.



Figura 33 Ouvinte redige uma dedicatória. Após um dia de trabalho, este ouvinte passou pela rádio para comprar uma dedicatória.



Figura 34 Debate entre as representantes partidárias locais, realizado no dia da Mulher Moçambicana (7 de Abril).



Figura 35 As voluntárias da rádio cobriram as iniciativas do Dia da Mulher Moçambicana, especialmente os discursos das entidades locais.



Figura 36 A representante da OMM discursa. Ao fundo, o monumento evocativo dos Heróis Moçambicanos.



Figura 37 Teatro de rua, apresentado nas comemorações do dia da Mulher Moçambicana, sobre a temática da SIDA.

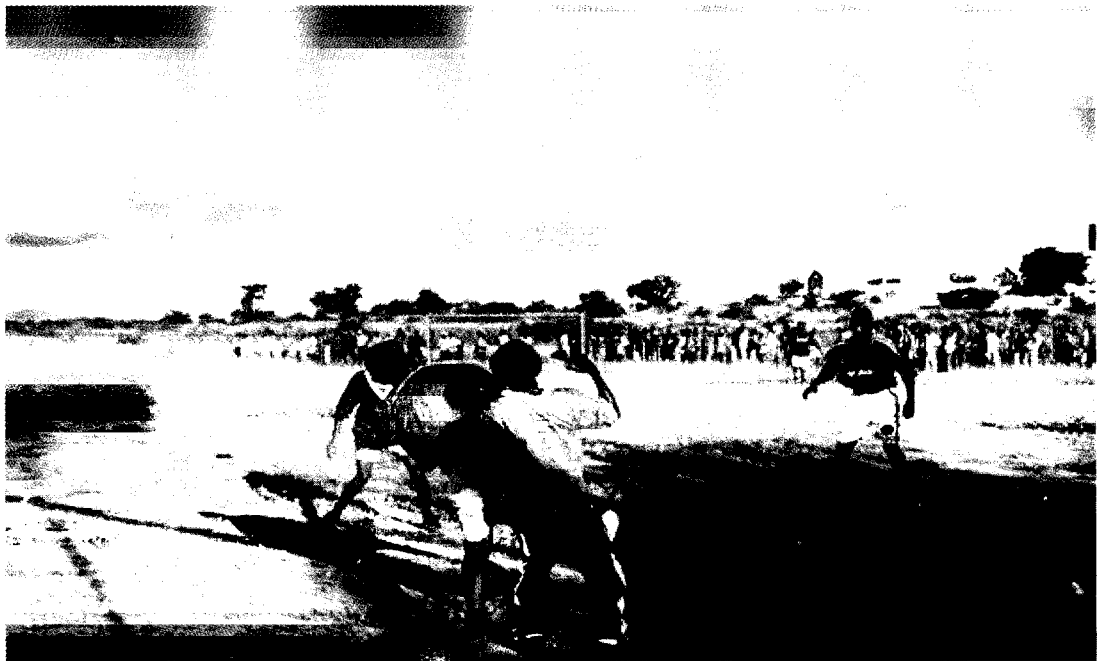


Figura 38 Jogo de futebol entre os representantes das entidades públicas locais e os jovens de Mutarara.



Figura 39 Grupo de líderes comunitários entrevistados. Cinco líderes não falam Português.



Figura 40 Família entrevistada. Só o adulto do sexo masculino percebe, mas com dificuldades, a Língua Portuguesa.



Figura 41 Família entrevistada. O pai é professor reformado. O filho pretende realizar a 10ª classe, para concorrer ao ensino.

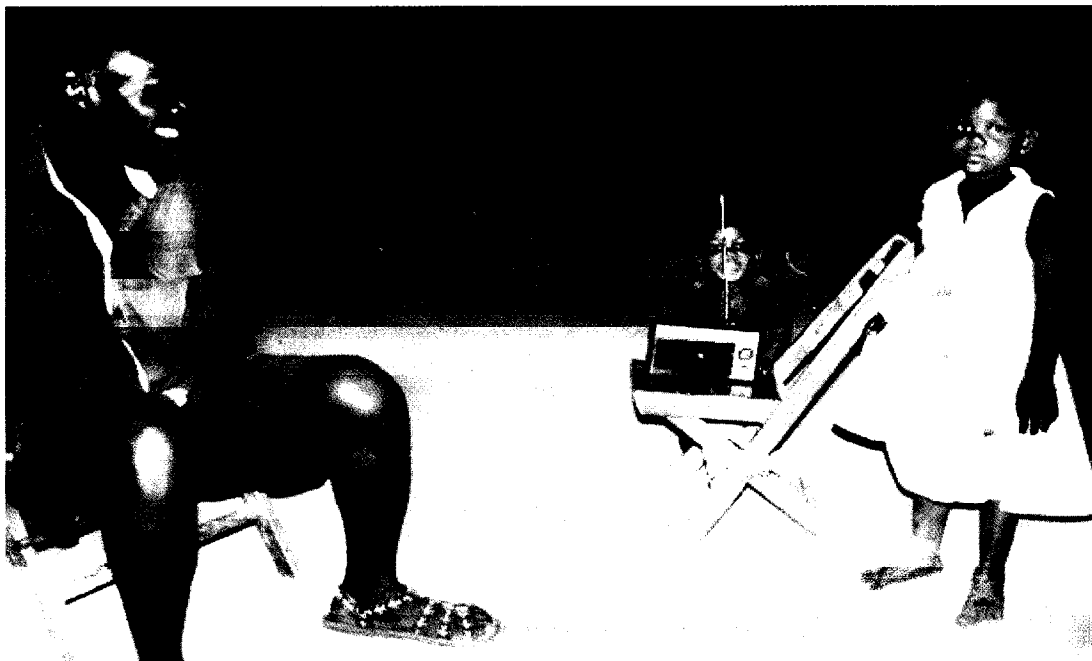


Figura 42 Família entrevistada. A criança mais pequena dança a música transmitida na rádio.



Figura 43 Rádio a manivela e sistema solar, distribuído pela UNESCO para os centros de escuta comunitária.



Figura 44 Vendedor do mercado mostra o transistor de marca Toshiko, fabricado no Japão.



Figura 45 O vendedor do mercado arranja um transistor com um canivete.

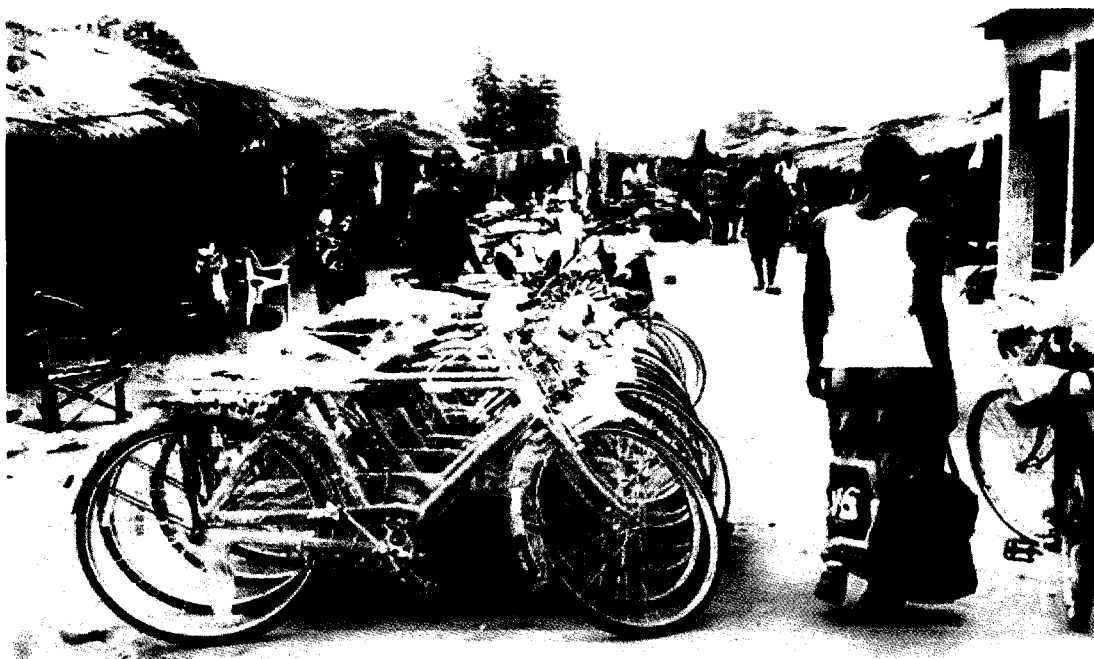


Figura 46 Mercado da Vila de Sena. Local onde os moradores de Mutarara vão comprar bicicletas, veículo imprescindível numa localidade de povoamento disperso.



Figura 47 Campo de Jogos situado em frente à Rádio e Televisão Comunitária de Vilankulos.

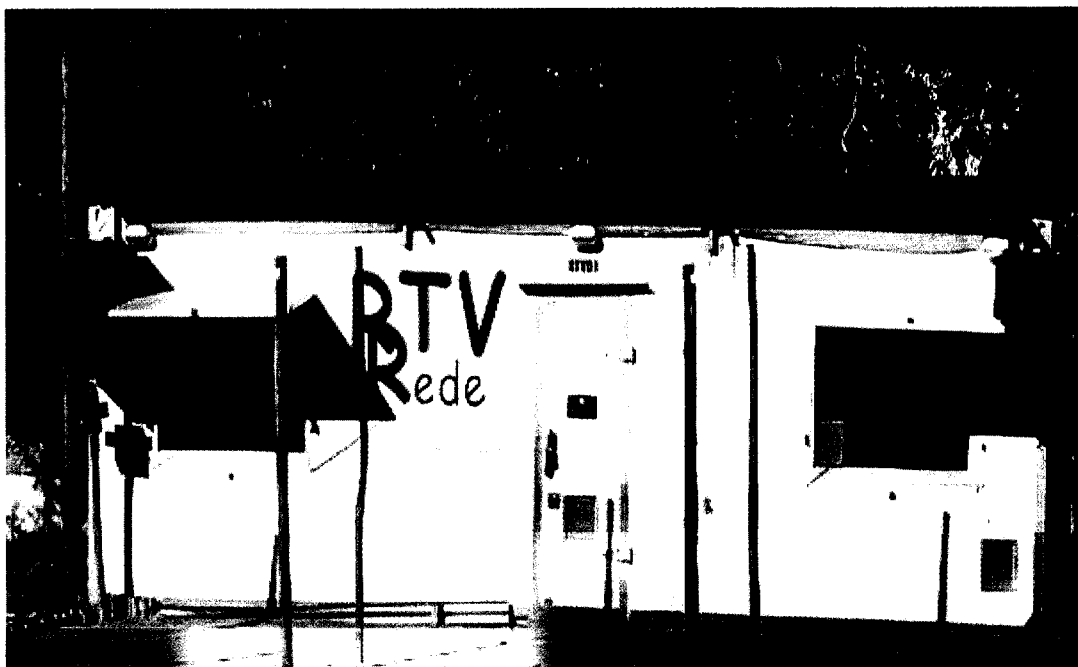


Figura 48 Estúdio/contentor da Rádio Televisão Comunitária de Vilankulos.

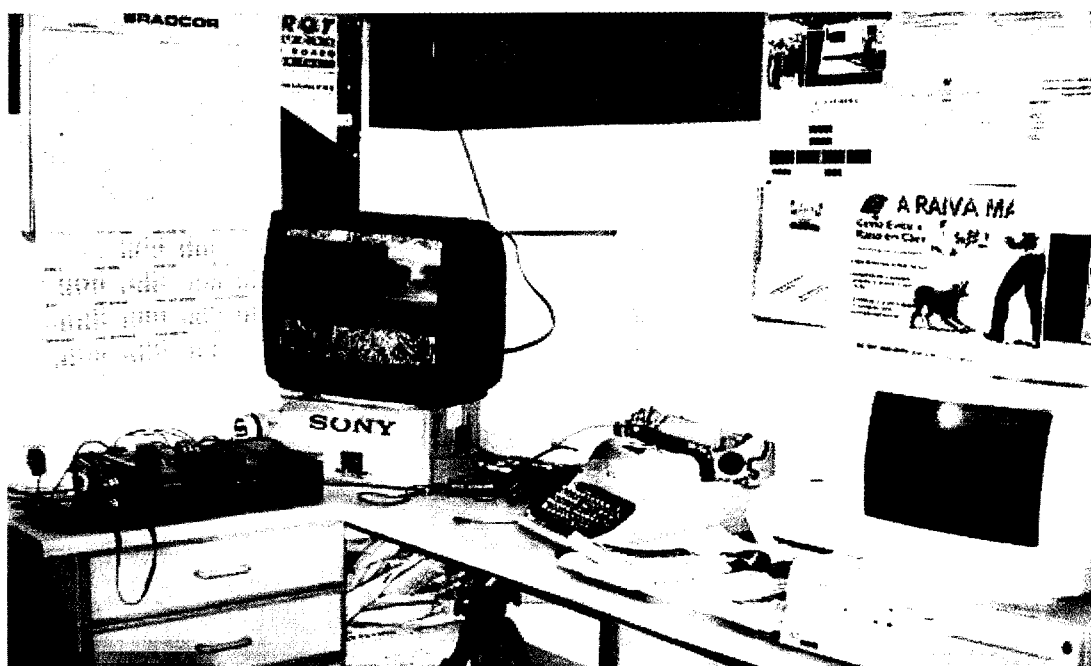


Figura 49 Equipamento da rádio de Vilankulos.



Figura 50 Habitualmente, as crianças ficam muito tempo a assistir à emissão da rádio através da janela do estúdio. A emissão é transmitida para o exterior com recurso a altifalantes.



Figura 51 Banca do mercado de Vilankulos. A oferta de transístores é diversificada.

Anexo II

Mapa 1

Moçambique



Anexo III

Quadro 1

Rádios Comunitárias em Moçambique

NOME	ORIGEM	ZONA	LÍNGUA	I. PLANIFICAÇÃO	ARRANQUE	PESSOAL				PROV. ORÇAMENTO			FINANCIAMENTO	HORÁRIO		PROGRAMAS			GESTÃO
						HOMEM		MULHER		DOADOR	RECEITA	DE MANUTENÇÃO		INÍCIO	FIM	SAÚDE	AGRICUL.	DRAMA	
						ASS	VOL	ASS	VOL										
R. Cuamba	UNESCO	Norte	Emakhuwa/Português	1999	Mar-02	3	26	1	9	Sim	Sim	Sim	5.10h	21h	Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. do Lago	UNESCO	Norte	Ciyao/Cinyanja/Portugues	Mai-02	Set-02	6	24	0	12	Sim	Sim	Sim	5.55h	8h	Sim	Sim	(pesca)	Comunitária	
R. e T. de Mandimba	ICS	Norte	Ciyao/Português	2000	2001	3	6	2	4	Não	Sim	Não						Comunitária	
R. e T. de Marrupa	ICS	Norte	Ciyao/Português	2000	2001	3	6	2	4	Não	Sim	Não						Comunitária	
R. de Mira-Lago	IBIS	Norte	Emakhuwa/Português	Nov-03	Fev-05							Sim						Comunitária	
R. de Ngauma	IBIS	Norte	Ciyao/Emakhuwa/ Português	Ago-01	Mai-04	1	33	1	12	Sim		Sim						Comunitária	
R. de Rurumwana-Mawa	IBIS	Norte	Emakhuwa/Português	Jan-03	Jun-04	3	39	0	7	Sim		Sim						Comunitária	
R. de Chiure	ICS	Norte	Emakhuwa/Português		Set-01	6	8	0	16	Não	Sim	Não	5.10h	21.30h	Sim	Sim		Centralizada	
R. de Mueda	ICS	Norte	Shimakonde/Português	Jun-02	Jun-05		4	1	3	Não	Sim	Não			Sim	Sim		Comunitária	
R. Sem Fronteiras	I. Católica	Norte	Emakhuwa/Shimakonde/Português	Jul-02	Set-04					Sim	Sim	Sim			Sim	Sim		Comunitária	
R. Encontro	I. Católica	Norte	Emakhuwa/Shimakonde/Português		Dez-95	17	6	5	3	Não	Sim	Sim	5h	12.35h	Sim			Centralizada	
R. da Escola F. de Nacala*	I. Católica	Norte	Português		Out-00					Não	Sim	Sim			Sim			Centralizada	
R. T. Nacala	Municipal /ICS*	Norte	Emakhuwa/Português		Out-04	6	7	3	1	Não	Sim	Sim			Sim			Centralizada	
R e T. Namialo	ICS	Norte	Emakhuwa/Português		Nov-02	7	5	2	3	Não	Sim	Não	5.15h	20.35h	Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. e T. Ribaúe	ICS	Norte	Emakhuwa/Português		Dez-02	10	3	2	3	Não	Sim	Não			Sim	Sim		Comunitária	
R. de Alto-Molôcue	ICS	Norte	Elomwe/Português	2000	Jan-01	3	7	2	5	Não	Sim	Não						Comunitária	
R. Gurué	ICS	Norte	Elomwe/Português	2002	Jan-02	3	8	4	5	Não	Sim	Sim			Sim	Sim		Comunitária	
R. Licungo-Mocuba	ICS	Norte	Elomwe/Português		Set-97	3	6	3	3	Não	Sim	Sim	11h	13.50	Sim	Sim		Comunitária	
R. Milange-Tumbine	UNESCO	Norte	Marendje**/Português	2000	Nov-01					Sim	Sim	Sim			Sim	Sim		Comunitária	
R. Morrumbala	ICS	Norte	Cisena/Português		Set-03					Não	Sim	Não	5h	20h	Sim	Sim		Comunitária	
Nova Rádio Paz	I. Católica	Norte	Elomwe/Echuwabo/ Português		Dez-98	0	14	0	7	Não	Sim	Sim	8.10h	23h	Sim		Sim	Comunitária	
R. de Bawa	ICS	Centro	Cinyungwe/Português	2000	Jul-03	0	4	0	3	Sim	Sim	Não			Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. de Mutirara	ICS	Centro	Cisena/Cicopi/Português	1999	Jul-99	1	17	0	3	Não	Sim	Não	5.25h	22.10/00.10h	Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. de Angónia-Ujôngue	ICS	Centro	Cinyanja/Português		Jul-98	4	17	0	3	Não	Sim	Não			Sim	Sim		Comunitária	
R. Gesom-Chinoio	UNESCO	Centro	Citewe/Português	2000	Dez-01	5	25	2	8	Sim	Sim	Sim	6.30h	20h	Sim	Sim		Comunitária	
R. de Sussundenga	ICS	Centro	Citewe/Português	2000	Abr-00	3	35	2	15	Não	Sim	Não	5.30h	23h	Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. e T. de Búzi	Instituto Austriaco	Centro	Cindau/Português	Fev-00	Set-00	7	5	1	0	Não	Sim	Não	5h	18h	Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. Dondo	UNESCO	Centro	Cindau/Cisena/Português		Set-02	6	65	1	17	Sim	Sim	Sim	6.10h	20.05h	Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. e T. de Marromeu	ICS	Centro	Cisena/Português		Dez-02	6	18	1	4	Não	Sim	Não	5.30h	20.05	Sim	Sim		Comunitária	
R. Paz	I. Católica	Centro	Cindau/Cisena/Português		Out-95	9	6	3	0	Não	Sim	Sim	9h	20h	Sim	Sim		Comunitária	
R. de Xai-Xai	ICS	Sul	Cichangana/Português		Dez-05	5	41	1	4	Não	Sim	Não	5h	22h	Sim	Sim		Comunitária	
R. Arco-Homolne	UNESCO	Sul	Cicopi, Xitswa/Português	Out-99	Dez-01	5	20	2	8	Sim	Sim	Sim	4.55h	21h	Sim	Sim	Sim	Comunitária	
R. e T. de Vilankulos	ICS	Sul	Xitswa/Português	2000	Out-00	4	15	0	1	Não	Sim	Não	8h	22h	Sim	Sim		Comunitária	
R. Cascalas	Estado	Sul	Cichangana/Português	Jul-02	Mai-03	0	9	0	1	Sim	Sim	Sim	6h	20h	Sim	Sim		Comunitária	
R. Komati	Estado	Sul	Cichangana/Português		Jan-03	0	53	0	9	Não	Sim	Não			Sim	Sim		Comunitária	
R. Maria	I. Católica	Sul	Cichangana/Xironga/Português	Fev-92	Jun-95	4	11	1	14	Sim	Sim	Sim	5.55h	22.30h	Sim			Comunitária	
R. Moamba	ICS	Sul	Xitsonga/Português		Jul-98					Não	Sim	Não			Sim	Sim		Comunitária	
R. Muthiyana	Assoc. de Mulheres	Sul	Cichangana	Jun-05	Jan-01	2	15	2	10	Sim	Sim	Sim	6.05h	15.30h	Sim	Sim		Comunitária	
R. Voz Coop	UNESCO	Sul	Tsonga/Português	Mar-99	Jul-02	5	42	2	27	Sim	Sim	Sim	7.30h	18h	Sim	Sim		Comunitária	

Fonte: UNESCO (2004), Directório das Rádios Comunitárias de Moçambique, Maputo

Notas:

* No início, a Rádio de Nacala foi coordenada pelo município. Posteriormente, o governo decretou a passagem da sua gestão para o ICS.

**Língua reconhecida pelo CCR (1983)

Quadro 2

 Voluntários da Rádio Comunitária ARCO

Nº	Grupo editorial	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Ocupação	Linguas	Anos de rádio	Formação	Dificuldades	Mudanças		Continuação c/o vol.
										Pessoal	Rádio	
1	cultura	23	Homoine	7ª	desempregado	Xitswa/Português	1	cultura	não tem	não sabe	mais informação local	sim
2	infantil	15	Homoine	10ª	estudante	Xitswa/Português	3	não	não tem	não sabe	saúde/ educação	sim
3	cultura/educação	50	Homoine	10ª	prof Inglês/apicultor	Cicopi, Xitswa/Port/Inglês	2	cultura	falta de dinheiro	formação jornalística	participação da comunidade	sim
4	mobilização	23	Homoine	8ª	estudante nocturno	Cicopi, Xitswa/Port/Inglês	6 meses	cultura	falta de tempo	formação jornalística	informação/ agricultura	sim
5	agricult/mulher	32	Machavale	6ª	doméstica	EmakhuwaXitswa/Port	1	cultura	falta de dinheiro	não sabe	Rádio perto/ do agrado	sim
6	T. radiofónico/cult. /agric./desp	27	Machavale	12ª	professor	Cicopi, Xitswa/Port/Inglês	2	Recenc. eleitoral	falta de música/ manusear computador	não sabe	informação no HIV	sim
7	agricult./desporto	19	Burinhene	9ª	prof. alfabetiz./estudante	Gitonga, Xitswa/Port/Inglês		não	não tem	mais experiência	informação	sim
8	cultura/mulher	45	Homoine	7ª	mobilizador	Gitonga, Xitswa/Port/Inglês	3 meses	não	não tem	não sabe	informação	sim
9	cult/meio ambiente/educação	49	Homoine	9ª	desempregado	Cicopi, Xitswa/Port	6 meses	não	falar ao microfone	não sabe	informação	sim
10	T. radiofónico	21	Homoine	10ª	estudante	Xitswa/Português	2	não	redigirr noticias	não sabe	informação	sim
11	agricult./desporto/saúde/ m. ambiente	18	Maxixe	9ª	estudante	Xitswa/Português	1	não	não tem	não sabe	informação	sim
12	coordenador dos voluntários	40	Homoine	10ª	professor	Xitswa/Português	início da rádio	voluntariado	falta de dinheiro /equipamento	não sabe	menos banditismo	sim
13	educação/saúde/mulher	26	Demande	9ª	estudante	Xitswa/Português	2	saúde	não tem	não sabe	informação local	sim
14	mulher	29	Homoine	6ª	doméstica	Xitswa/Português	6 meses	não	redigir textos	não sabe	informação local	sim
15	criança	20	Ilha de Moç	10ª	estudante	Xitswa/Português	1	não	não tem	formação jornalística	informação local	sim
16	criança	18	Homoine	8ª	estudante	Xitswa/Português	5 meses	não	falta de dinheiro	não sabe	informação	sim
17	cultura, agricultura e criança	22	Homoine	10ª	estudante	Xitswa/Português	5 meses	não	manipular equipamento	formação jornalística	informação	sim

Fonte: UNESCO (2004), Directório das Rádios Comunitárias de Moçambique, Maputo

Quadro 3
 Voluntários entrevistados da Rádio Comunitária de Mutarara

Nº	Função	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Ocupação	Linguas	Anos de rádio	Formação	Dificuldades	Mudanças		Continuação c/o vol.
										Pessoal	Rádio	
1	chefe da emissão Cisena/Jornal./locutor	29	Sena	10ª	desempregado	Cisena/Português		3 não	falta de gravadores	formação jornalística	espírito da comunidade	sim
2	jornalista/locutor	23	Mutarara	12ª	professor	Cisena/Português		3 não	falta de gravadores e m. de transporte	formação jornalística	fixa a comunidade	sim
3	locutor	21	Mutarara	10ª	desempregado	Cisena/Português		1 não	falta de gravadores e m. de transporte	formação jornalística	mais comunicação/ educação p.saúde	sim
4	chefe da emissão Port./locutor	25	Tete	10ª	professor	Cisena/Cinyungwe /Port.		4 não	não tem	formação jornalística	informação	sim
5	Chefe de redacção/locutor/jornalista	35	Mutarara	9ª	professor	Cisena/Cinyungwe /Port.	início	não	não tem	formação jornalística	mandar mensagens	sim
6	locutor	32	Maringo(Sofala)	12ª	professor	Cisena/Cinyungwe /Port.	4 meses	não	falta equipamento	formação jornalística	informações necrológicas	sim
7	locutor	22	Milange (Zambézia)	10ª	professor	Cisena/Cinyungwe /Port.	início	não	falta de gravadores	formação jornalística	notícias nacionais e necrologia	sim
8	locutor	31	Mutarara	10ª	mecânico	Cisena/Cinyungwe/ Cinyanja/ Port.	1 mês	não	não tem	não sabe	defende a comunidade	sim
9	chefe de emissão Cisena/locutor	30	Charre	8ª	alfabetizador	Cisena/Português		4 não	falta de equipamento	formação jornalística	informação	sim
10	locutora	16	Malawi	9ª	estudante	Cisena/Português	7 meses	não	não tem	não sabe	divertimento	sim
11	locutor	21	Mutarara	10ª	professor	Cisena/Cinyungwe/ Cinyanja/ Port.	1 mês	não	não tem	não sabe	valorizar tradições	sim
12	locutora	18	Mutarara	9ª	estudante	Cisena/Português	7 meses	não	na redacção e locução de notícias	não sabe	apresentar notícias e anúncios locais	sim

Fonte: UNESCO (2004). Directório das Rádios Comunitárias de Moçambique. Maputo

Quadro 5

Grelha de programação da Rádio Comunitária de Mutarara
(Abril de 2004)

Língua	dia	Hora	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Cisena		5.25	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura
		5.30	Saudação musical	Saudação musical	Saudação musical	Saudação musical	Saudação musical	Programa juvenil	Saudação musical
		6.00	Jornal da manhã (Port)	Jornal da manhã	Jornal da manhã	Jornal da manhã	Jornal da manhã	Contos	Canções religiosas
		7.05	Anúncios	Anúncios	Anúncios	Anúncios	Anúncios	Músicas diversas	Cena aberta
		7.15	Canções tradicionais	Música de vozes femininas	M. de vozes femin.	M. de vozes femin.	Canções tradicion.	Anúncios	Resumo noticioso
	7.30	Programa de saúde	Música variada	Música variada	Reportagem	Progr. da mulher	Dedicatórias	Anúncios	Músicas diversa
	7.45	Música de um cantor	P. da criança	P. da criança	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário	
	8.00	Dedicatórias	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Dedicatórias	Música	
	8.10	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Despedida	
	8.50	Despedida musical	Despedida	Despedida	Despedida	Despedida	Despedida	Fecho da emissão	Mús. fora de África
	9.10	Fecho da 1ª emissão	Fecho da emissão	Fecho da emissão	Fecho da emissão	Fecho da emissão	Fecho da emissão	Fecho da emissão	Anúncios
	10.00								Prog. da criança
	10.10								Rádio na rua
	11.00								Despedida
	11.45								
Português		11.50	Abertura de emissão	Abertura de emissão	Abertura de emissão	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura
		11.55	Apresentação e agenda	Apresentação e agenda	Apresentação	Apresentação	Apresentação	Apresentação	Apresentação
		12.00	Música Moçambicana	Música tradicional	Música tradicional	Mús. moçambicana	Mús. moçambicana	Música 1 conjunto	O mundo dos + novos
		12.30	RM Jornal -1ª edição	RM Jornal -1ª edição	RM Jornal	RM Jornal	RM Jornal -1ª ed.	RM Jornal -1ª ed.	RM Jornal -1ª ed.
		13.00	Diário de informação	Diário de informação	Diário de informação	Diário de inform.	Diário de inform.	Diário de inform.	(Retresp. semanal)
		13.10	Informações	Informações	Informações	Informações	Informações	Informações	Informações
		13.15	Juntos pela vida (repetição)	Juntos pela vida (repetição)	Boa tarde musical	Campo e desenvol.	Nós e o ouvinte	Juntos pela vida	Domingo da gente
		13.50	Interrupção de emissão	Interrupção da emissão	Interrupção de emis.	Interrupção	Interrupção	Interrupção	Interrupção
		13.55	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição
Cisena		14.05	Boa tarde Mutarara	Boa tarde, Mutarara	Boa tarde musical	Boa tarde musical	Boa tarde musical	Boa tarde musical	Canções religiosas
		15.00	Anúncios	Anúncios	Anúncios	Anúncios	Anúncios	Palavras em Cisena	Prog. de anedotas
		15.10	Desporto	Programa de agricultura	Educ. pela rádio	Prog. de desporto	Prog. de desporto	Notícias locais	Conver. no hospital
		15.30	Música Moçambicana	Música moçambicana	Mús. moçambicana	Mús. moçambicana	Conversa c/ 1 artista	Anúncios	Música africana
		16.00	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Radio na rua	
		16.10	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias	Dedicatórias
		17.30	Música variada	Música variada	Música para jovens	Música para jovens	Mesa redonda	Conversa c/ artesão	Repet dos anúncios
		18.00	Repetição dos anúncios	Repetição dos anúncios	Rep. dos anúncios	Rep. dos anúncios	Mesa redonda	Rep. dos anúncios	Canções tradicion.
		18.10	Voz da amizade	Juntos pela vida (repetição)	Juntos pela vida	Juntos pela vida	Músicas	Programa de jovens	
		18.50	Despedida musical	Despedida	Despedida	Despedida	Despedida	Despedida	Despedida
		18.54	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição	Sinal de transição
Português		19.00	Diário de informação	Diário de informação	Diário de informação	Diário de informaça.	Diário de informaça.	Diário de informaça.	Retrospect semanal
		19.10	Informações	Informações	Informações	Informações	Informações	Informações	Informações
		19.15	Música de um conjunto	Música variada	Música variada	Música variada	Música variada	Música variada	Música da semana
		19.30	RM Jornal – 2ª edição	RM Jornal - 2ª edição	RM Jornal	RM Jornal	RM Jornal – 2ª ed.	RM Jornal – 2ª ed.	RM Jornal – 2ª ed.
		20.00	Voz da amizade	Voz da amizade	A hora do recreio	A hora do recreio	Voz da amizade	Voz da amizade	Voz da amizade
		20.30	Revista desportiva	Campo e desenvolvimento	Clube nocturno	Clube nocturno	Revista desportiva	Revista desportiva	Juntos pela vida
		21.00	RM notícias	RM notícias	RM notícias	RM notícias	RM notícias	RM notícias	RM notícias
		21.10	Clube nocturno	Clube nocturno	Clube nocturno	Clube nocturno	Clube nocturno	Canal juvenil	Cena aberta
		22.00	Resumo noticioso	Resumo noticioso	Resumo noticioso	Resumo noticioso	Resumo noticioso	Escolha, nós tocamos	Boa noite musical
		22.10	Fecho de emissão	Fecho de emissão	Fecho de emissão	Fecho de emissão	Fecho de emissão	Top 10	Boa noite musical
		22.30						A nossa discoteca	Fecho de emissão
		23.00						RM notícias	
		00.00						Fecho	
		00.10							
Cisena		22.10					Programa juvenil		
		23.00					Música diversa		
		00.10					Fecho		

Anexo IV

Anúncios simples

Rádio ARCO

1. «Vi. M. grande criador de frangos no bairro Nzucwane avisa a todos os seus clientes e público em geral que por ocasião de 25 de Junho tem frangos grandes à venda a preços acessíveis.

Assim aproveita esta ocasião para desejar festas felizes a todos os residentes da vila de Homoine e não só.

Termina (divulgação na rádio) a 24 de Junho de 2004, pelas 21 horas.»

2. «Mónica M. e O. A., residentes nos bairros 18 de Julho e Zucerane respectivamente, pedem aos donos das crianças que a do masculino está trajada por uns calções azuis escuros e camisete azul com mangas curtas de cor azul e vermelho e a feminina apresenta uns calções azuis escuros com riscas verdes e uma blusa floriada. Estas, foram encontradas na fontanária e não conhecem a sua casa.

Quem for dono, por favor de vir aqui na Rádio “Arco” e o ainda, perguntando os nomes, a menina chama-se Zinha e o menino é Zito. A sua mãe é mama Candinha.

Termina (divulgação na rádio) a 24 de Junho de 2004, pelas 21 horas.»

Rádio Comunitária de Mutarara

3. « Comunicam-se a todos os interessados em viajar para a cidade de Tete, que vai amanhã dia 7 de Abril uma carrinha de marca Ford Ranger, tracção ás 4 rodas cujo não teme do matope.

A viatura irá obedecer o seguinte trajecto: às 06.00 horas arranca do complexo Francisco Magaço para a casa Mira Zambeze para tete no intervalo das 07.00 horas às 8.00 horas.

Viagem seguro com Ford Ranger.

Aibo, 16 de Março de 2004

3 vezes em Português

3 vezes em Cisená»

4. « Geração Biz convoca activistas a participarem numa formação sobre técnicas básicas de dramaturgia e encenação.»

Aibo, 2 de Abril de 2004

3 vezes em português

3 vezes em Cisená»

Anexo V

Recursos materiais

Rádio ARCO

- 2 emissores
- 2 estúdios (um de produção e outro de emissão)
- 2 mesas de som digital
- 3 leitores de cd's (1 está avariado)
- 3 decks
- 2 gravadores portáteis
- 3 microfones
- discografia variada (cd's e cassetes)
- cassetes com programas da rádio gravados
- 3 computadores (1 avariado)
- 1 impressora
- 1 fotocopadora
- Telefone
- Fax
- 1 motociclo
- 1 aparelho de ar condicionado

Rádio Comunitária de Mutarara

- 1 emissor
- 1 estúdio de emissão
- 1 mesa de som analógica
- 1 leitor de cd's
- 1 deck a funcionar (existem mais 2 decks, mas 1 está avariado e outro funciona apenas num sentido)
- 2 gravadores portáteis
- 2 microfones (1 deles em mau estado)
- 12 cd's de música
- 1 cd de efeitos sonoros
- muitas cassetes
- 1 máquina de escrever
- 1 motociclo
- 1 aparelho de ar condicionado

Anexo VI

Preçário de serviços

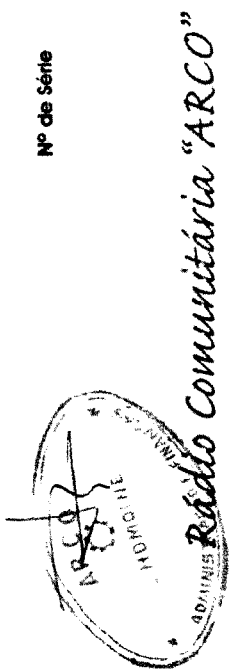
Rádio ARCO

1. Anúncio simples (individual) – 8 000 meticais com 8 leituras durante um dia.
2. Anúncio necrológico (individual) – 15 000 meticais com 8 leituras durante um dia.
3. Anúncio simples (institucional) – 40 000 meticais com 8 leituras durante um dia.
4. Spot publicitário – 45 000 meticais com 8 leituras durante um dia.
5. Spot publicitário de 30 dias – 500 000 meticais com 240 leituras.
6. Levantamento de documentos – 10 000 meticais.
7. Dedicatória – 3 000 meticais.
8. Compra de espaço de antena (15 minutos) – 500 000 meticais.
9. Fotocópia (página) – 3 000 meticais
10. Imprimir documentos (página) – 5 000 meticais
11. Outros serviços – preços a combinar com a Administração da Rádio

Anexo VII

Dedicatória

Modelo da Rádio ARCO



Nº de Série

Rádio Comunitária "ARCO"
Impresso para dedicatória

Preço: 3000,00MT

Data ____/____/____ Língua _____

De _____

Para _____

Com votos de _____

A Rádio "ARCO" pede a sua colaboração para
melhorar a sua programação. Responda às seguintes
perguntas por favor:

- 1. Sua Idade _____
- 2. Estudou? Se Sim até que classe? _____
- 3. Está estudando? Se Sim, em que classe? _____
- 4. Bairro em que vive _____
- 5. Quais os 2 programas que gosta de ouvir na rádio "Cuamba"?
Porquê? _____

- 6. Quais são suas sugestões para melhorar a rádio "Cuamba"?

- 7. Quais assuntos gostaria de ouvir na rádio "Cuamba"?

Modelo da Rádio Comunitária de Mutarara



RÁDIO COMUNITÁRIA DE MUTARARA

BAIRRO DE DE DE DE DE DE

MUTARARA

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

BAIRRO DE DE DE DE DE

Anexo VIII

Preçário de produtos

Comércio local de Homóine

- Transístor (marca Pansonic) – de 160 000 meticais a 270 000 meticais
- Pilhas – 1 500 meticais a 6 000 meticais
- Cassete virgem – 20 000 meticais
- Bicicleta – 1 700 000 meticais
- Pão – 1 000 a 1 500 meticais
- Arroz (kg) – 8 000 meticais
- Farinha de milho (kg) – 7 300 meticais
- Televisão a preto e branco – 1 500 000 meticias
- Televisão a cores – 3 500 000 meticais

Mercados de Mutarara e Sena (situada na outra margem do rio, com acesso através da ponte D. Ana)

- Transístor (marca Toshiko) – de 50 000 meticais a 150 000 meticais
- Pilhas – 2 000 meticais a 2 500 meticais
- Cassete virgem – 15 000 meticais a 25 000 meticais
- Bicicleta – 1 150 000 meticais a 2 500 000 meticais
- Pão – 1 000 a 2000 meticais
- Arroz (kg) – 9 000 a 10 000 meticais
- Farinha de milho (kg) – 15 000 a 25 000 meticais (mais barato na época da colheita)
- Televisão a preto e branco – 1 800 000 meticais (só disponível na cidade da Beira)

Anexo IX

**Material solicitado às rádios comunitárias durante a
pesquisa:**

- Estatutos
- Regulamento interno
- Folha de pessoal/salários
- Organograma ou listagem dos órgãos da rádio
- Plano de actividades
- Relatório das actividades do ano anterior
- Relatório de contas do ano anterior
- Folha de inscrição para sócios
- Folha de inscrição para voluntários
- Impresso de dedicatórias

Anexo X

Listagem de entrevistados

Porto e Maputo (2002-2003)

- José Capela
- Macedo Pinto
- Teresa Cruz e Silva
- Marcelino Liphola
- João Carlos Colaço
- Machado da Graça
- Álvaro Casimiro
- Gil Manuel

Maputo (Dezembro de 2003 a Junho de 2004)

- Directora do ICS (Sofia Ibraimo)
- Coordenador do gabinete de estudos de Planificação e Controle do ICS (Mário Paulo)
- Delegado Provincial do ICS (Francisco Tembe)
- Fundador do gabinete de Comunicação Social (Juarez de Maia)
- Coordenador nacional do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO (Tomás Vieira Mário)
- Coordenador da Vozcoop da UNESCO (Domingos Mazoio)
- Director Nacional da IBIS (Arne Mortensen)
- Assessora do projecto "Rádio Infantil" da Íbis (Lena Vind-Andersen)
- Coordenador do Projecto das Rádios Católicas (Padre João)

Inhambane (Dezembro 2003)

- Francisco Tembe

Mutarara (Abril de 2004)

- Delegado do ICS de Tete (Victor Marrão)
- Administrador (Damião Trinta)
- Director do GPZ (Dínis Matediane)
- Coordenador da Rádio (Bernardino Conselho)
- Elemento da Comissão Instaladora do Comité de Gestão (João Baptista)
- Líderes Comunitários (6 indivíduos)
- Voluntários (12 indivíduos)
- Ouvintes (30 famílias)

Homoíne (Junho e Julho de 2004)

- Presidente do Comité de Gestão e Presidente do Conselho Nacional do FORCOM (Imane Aly Baraca)
- Membro do Comité de Gestão (Pedro Sevene)
- Coordenador da Rádio (Lourenço António)
- Administrador (Cândido Isaías)
- Administrador Adjunto (Manuel Pascoal)
- Mobilizador (Jossias Nhasavel)
- Mobilizadora adjunta (Natália Daniel)
- Líderes Comunitários (6 indivíduos)
- Voluntários (17 indivíduos)
- Ouvintes (32 famílias)

Vilankulos (Julho de 2004)

- Coordenador da Rádio e TV Comunitária (Hermínio)
- Voluntário (2 indivíduos)